

CRISTINA FERREIRA SANTOS DE SOUZA

PIEDADE E REFORMA CATÓLICA NA BAHIA:

A atuação dos Frades Menores Capuchinhos

(1889 – 1924)

Salvador – Bahia

2005

CRISTINA FERREIRA SANTOS DE SOUZA

**PIEDADE E REFORMA CATÓLICA NA BAHIA:
A ATUAÇÃO DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS
(1889 – 1924)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. George Evergton Sales Souza

Salvador – Bahia

2005

S729 Souza, Cristina Ferreira Santos de.
Piedade e reforma católica na Bahia : a atuação dos Frades Menores Capuchinhos (1889 - 1924) / Cristina Ferreira Santos de Souza, 2005.
153 f.

Orientador : Prof. Dr. George Evergton Sales Souza
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

1. Capuchinhos italianos - Bahia - História. 2. Igreja católica - Bahia - História. 3. Igreja e Estado - Período Republicano. I. Souza, George Evergton Sales. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 271.3081

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia e à CAPES, pela oportunidade da realização do Curso.

À equipe de professores que integra o PROCES/UFBA, por ter contribuído para o meu aperfeiçoamento na área do ensino superior.

Às professoras, Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Dra. Lina Maria Brandão de Aras e Dra. Lígia Bellini, pelo apoio constante.

Ao Prof. Dr. George Evergton Sales Souza, pela orientação, pelo apoio e pela amizade.

Ao Prof. Dr. Cândido da Costa e Silva e à Profa. Dra. Elizete da Silva, pelo incentivo e pelos ensinamentos.

Ao Ministro Provincial dos capuchinhos da Bahia e Sergipe, Fr. Ruy Gonçalves Lopes e ao Fr. Ulisses Pinto Bandeira Sobrinho, pela confiança, assim como a todos os frades capuchinhos do Convento de Nossa Senhora da Piedade, que tão gentilmente permitiram o trabalho de pesquisa no Arquivo e Biblioteca do Convento.

A Terezinha Ferreira Neto, auxiliar de biblioteca da Universidade Católica do Salvador – Campus da Federação, de quem recebi o auxílio constante para o levantamento e pesquisa nas fontes bibliográficas.

A Marina da Silva, bibliotecária da FFCH/UFBA, e a Cecília, pela disponibilidade e amizade.

À equipe de colaboradores do arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, em especial a Renata Soraya, pelo precioso auxílio no acesso às fontes existentes no acervo.

Aos funcionários da Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Lindijane Silva Santos e Fernando da Costa, pela dedicação constante e pela amizade.

Sumário

Resumo.....	6
Introdução.....	7
Capítulo I – “O Popular” na ação missionária dos capuchinhos pelo sertão da Bahia.....	11
Canudos: Resultado da ação missionária no sertão.....	32
Catequese Missionária – Do Popular ao Oficial.....	40
Capítulo II – A ameaça liberal aos princípios católicos de autoridade e Ordem.....	52
A Imprensa leiga.....	75
Ensino religioso.....	79
A questão social.....	84
Capítulo III – Espiritualidade romana reforma fiéis na Bahia.....	91
O Concílio de Trento como referência para a reforma.....	95
A reforma das práticas de devoção na Bahia.....	101
Cultos reparatórios.....	109
Os cultos Marianos.....	121
Conclusão.....	134
Anexo.....	137
Fontes e Bibliografia.....	144
Fontes manuscritas.....	144
Fontes Impressas e Referências Bibliográficas.....	145

Resumo

O eixo central deste trabalho consiste na análise da participação da ordem dos frades menores capuchinhos no processo de reforma do catolicismo promovido pelo arcebispado da Bahia, no período de 1889 a 1924. Buscamos, em nosso estudo, examinar os instrumentos empregados pelos frades na igreja da Piedade, bem como nas missões pelo interior da Bahia, para a propagação da doutrina da Igreja. Ao mesmo tempo, procuramos demonstrar que a atividade apostólica dos capuchinhos não esteve desvinculada da luta pela conservação do prestígio político da Igreja e pela manutenção da religião católica como organizadora da vida social, assumindo uma atitude claramente reacionária frente ao avanço da secularização do Estado e ao processo de modernização da sociedade brasileira.

RÉSUMÉ

L'analyse de la participation de l'ordre des frères mineurs capucins dans le processus de réforme du catholicisme mené par l'archevêché de Bahia, entre 1889 et 1924, constitue l'axe central de cette recherche. Dans cette dissertation, nous avons examiné les instruments de propagation de la foi employés par les capucins dans l'église de la Piedade et dans les missions à l'intérieur de l'État de Bahia. En même temps, nous avons essayé de montrer que l'activité apostolique des capucins avait des rapports très étroits avec la lutte pour la conservation du prestige politique de l'Église et pour le maintien de la religion catholique en tant qu'organisatrice de la vie sociale, en soutenant des positions réactionnaires à l'égard du processus de sécularisation et de modernisation de l'État et de la société brésilienne.

Palavras-chave: capuchinhos italianos; Igreja Católica; Estado Republicano

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é comprovar que a atuação dos frades menores capuchinhos durante o processo de reforma católica na Bahia, no período das três primeiras décadas republicanas, compreendido entre os anos de 1889 a 1924 estivera associada à necessidade da Igreja em criar meios de resistência para coibir os efeitos da secularização do Estado brasileiro e do processo de modernização da sociedade. Para isto, a nossa investigação histórica procura evidenciar que a reação católica ao liberalismo presente nas instituições do Estado republicano e nos meios intelectualizados da sociedade civil não foi de mostrar-se inteiramente contrária às inovações da modernidade: sua ação oscilava entre a resistência às mudanças, reafirmando os seus dogmas e a sua doutrina, mas também, de transformações na forma de conceber determinados elementos já presentes no catolicismo de maneira a tentar comunicar-se com esta nova sociedade.

A pesquisa sobre esta relação conflituosa entre a Igreja e a modernidade nos levou às origens dessas diferenças, justamente no século XIX, quando a Santa Sé sentia os efeitos da Revolução Francesa, movimento que destacou a liberdade como fator essencial ao desenvolvimento humano e manifestou ao mundo a necessidade de se excluir a Igreja da vida pública civil, restringindo-a exclusivamente ao ambiente religioso. A resposta da Igreja a esta afirmação de liberdade ante a autoridade religiosa foi a de propagar uma posição conservadora desenvolvida na reafirmação doutrinária católica, imbuída naquele momento de um sentido político, em que a Igreja se colocou à disposição do Estado para justificar o seu poder de organização social. Empenhada em consolidar a religião como necessária para se manter a ordem e a autoridade, princípios que considerava banidos da vida social, em decorrência dos questionamentos protestantes do século XVI, e que, na concepção propagada pelos agentes reformadores, dera início a uma verdadeira desordem nas sociedades, incluindo a própria revolução de 1889.

A atuação dos capuchinhos estivera de acordo com a orientação do arcebispado da Bahia, atendendo às necessidades reformadoras com as missões pelas cidades do semi-árido baiano e com as atividades apostólicas realizadas no templo de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador. Os discursos proferidos pelos capuchinhos, em instruções catequéticas, homilias e

orações estavam perfeitamente enquadrados na realidade da Igreja da Bahia, isto se comprova porque o conteúdo destes discursos é similar ao das cartas pastorais do então arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva (1893-1924), e versava sobre o posicionamento da Igreja diante da secularização do Estado e da modernização da sociedade, como a reação da Igreja ao ensino leigo nas escolas do governo, a imprensa leiga, os movimentos socialistas e a autonomia das ciências em relação à teologia. Estes dados sugerem então que o movimento de reforma esteve relacionado à adesão do arcebispado baiano na consolidação da mentalidade conservadora da Igreja de Roma, que, na Bahia, assim como, nas outras dioceses brasileiras, se desenvolveu numa repulsa à secularização das nossas instituições ocorridas com a promulgação da primeira Constituinte da era republicana em 1891, quando efetivamente aconteceu a separação entre Igreja e Estado no Brasil.

O período estudado tem como marco cronológico inicial o ano de 1889. Para os capuchinhos, esta data foi especial porque, a partir deste período, a ordem começava a ter maior autonomia em relação à província na Itália, assim como, passou a ter seus missionários e a decidir sobre a realização das missões independentemente das decisões dos superiores italianos. Além disso, como consequência da maior liberdade que a Igreja adquiriu em suas questões internas, depois da separação do Estado, o convento da Piedade começava, após um período crítico, a renovar-se com a chegada de Fr. Venâncio de Ferrara que fora, então, nomeado superior da Ordem na Bahia e comissário Geral dos missionários no Brasil.¹ No seu superiorado foi dado um incentivo maior às missões capuchinha pelas cidades do interior e realizado as ações reformadoras também em atividades apostólicas na capital. Foram ainda intensificadas devoções com objetivos reformadores com as quais os capuchinhos idealizavam contribuir com o projeto do arcebispado baiano de reafirmação dos princípios religiosos frente aos sinais de indiferentismo religioso presente na sociedade moderna.² O nosso marco final é o ano de 1924. Sabemos que o processo reformador se manteve sem grandes alterações no período posterior a esta data, mas optamos por finalizar ali o estudo, pois a nossa intenção é de compreender a atuação dos capuchinhos no processo de reforma católica nos primeiros anos republicanos, quando a Igreja ainda sentia os efeitos iniciais causados pela secularização do Estado, tempo que coincidiu com o arcebispado de D. Jerônimo, o bispo que, gozando da liberdade que a Igreja usufruía após a separação do Estado, e auxiliado por ordens religiosas estrangeiras conseguiu concretizar várias ações

¹ Livro dos Missionários Capuchinhos 1^{os} Na Bahia 1682-1892, ACNSP

² Regni, Pietro V. Os capuchinhos na Bahia. Jesi: U.T.J., 1991 {Vol.3 – Os capuchinhos das marcas e a fundação da província de N. S. da Piedade}. Da Prefeitura à Custódia. 1892-1937. pp.57-75

reformadoras destinadas a restabelecer a condição que a religião possuía no período anterior junto ao governo e à sociedade.

Como queríamos entender a reforma da Igreja a partir dos agentes reformadores, escolhemos os capuchinhos por se tratar de uma ordem italiana que teve sempre uma ligação estreita com o Vaticano através da Propaganda Fide, órgão da Igreja Romana que, por muito tempo, foi responsável pelo envio de missionários para o Brasil. Ao lado de congregações religiosas como lazaristas, maristas, salesianos, irmãs da caridade, os capuchinhos contribuíram de forma destacada para a concretização do projeto reformador na arquidiocese de Salvador. Como características reformadoras da Ordem, podemos elencar a inclinação dos freis em práticas que concentravam no Cristo a essência da religião, a vocação missionária que os revelavam com sede de cristianizar os povos “pagãos” e chamando novamente à religião os católicos afastados. Além de serem famosos pelo incentivo às práticas sacramentais, principalmente da penitência e comunhão que foram tão estimulados pela hierarquia católica durante o processo de reforma.

Nas primeiras décadas republicanas chegaram ao convento da Piedade, vindos da Itália, vários frades que participaram intensamente das missões pelo sertão da Bahia, mas também, se destacaram como oradores nas celebrações feitas na igreja do convento. Basicamente utilizamos os discursos do Fr. Agostinho de Loro Piceno, que são textos feitos para as missões e para as celebrações na igreja da Piedade; frei Ângelo de Monterrubiano, que se dedicou mais à pregação urbana na Piedade, pois não tinha tantas aptidões para as missões, mas se destacou em atividades apostólicas no ambiente urbano. E outros que foram grandes missionários, como Fr. Caetano de San Leó, Fr. João Evangelista de Monte Marciano, pregadores que estiveram em Canudos, e o Fr. Inocêncio de Apiro, do qual utilizamos o caderno de sermões para as missões, os chamados novíssimos.

*

O primeiro capítulo, “*O popular na ação missionária dos capuchinhos pelo sertão da Bahia*”, constitui uma análise do método aplicado pelos capuchinhos às comunidades da região do semi-árido baiano. Verificamos como estes religiosos italianos, representantes da religião oficial, mesclaram elementos da cultura sertaneja com práticas de caráter penitencial, ligadas à tradição franciscana e capuchinha de mortificação dos sentidos e desprendimento das coisas materiais, com o objetivo de fazer acender nos sertanejos a urgência da conversão, pensando, assim, estarem contribuindo para enfatizar a autoridade da Igreja como aquela a quem compete a organização da vida social.

O segundo capítulo, “*A ameaça liberal aos princípios católicos de autoridade e ordem*”, procura estudar a pregação capuchinha no espaço urbano da igreja da Piedade em Salvador, onde os freis discursavam para a assistência das famílias mais importantes da cidade. Nela verificamos que os religiosos se esforçavam por esclarecer aos fiéis quais eram os inimigos da Igreja. Na maioria dos discursos são citados a maçonaria, o Estado Liberal, o racionalismo e o materialismo, o ensino leigo, a imprensa liberal e o socialismo. A todas estas inovações do mundo moderno os capuchinhos, em ressonância com os anseios contra-revolucionários da Igreja, se mostraram insatisfeitos com a introdução destas liberdades, e reafirmaram a religião católica como único meio de manter a ordem e a autoridade na sociedade civil, propondo aos fiéis contra todos estes supostos males modernos a obediência à doutrina católica.

No terceiro capítulo, “*Espiritualidade romana reforma fiéis na Bahia*”, verificamos quais foram as contribuições dos capuchinhos para o processo de reforma do catolicismo no que tange à promoção das práticas sacramentais e devocionais – promoção de culto aos santos. Os frades capuchinhos atuaram para mobilizar toda a Igreja militante a enfatizar que, somente através do controle religioso seria possível se pensar em paz social e prosperidade para a nação. Procuramos comprovar que a prática religiosa indicada pelo clero, além do sentido religioso, tinha o objetivo de manter o controle da Igreja sobre o grupo de fiéis, para dar evidência ao Estado e à sociedade civil de que teria o mesmo desempenho como a instituição responsável por organizar a vida social.

CAPÍTULO I

“O POPULAR” NA AÇÃO MISSIONÁRIA DOS CAPUCHINHOS PELO SERTÃO DA BAHIA

“Glória a Jesus na Eucaristia! –
No Sacramento de Amor!
Longe de nós toda heresia –
Que a nossa fé se queira oppôr”!

Canção antes da Eucaristia. Cit. *Ancora da Salvação Cristã*

Neste primeiro capítulo nos dedicaremos à análise da ação missionária dos frades menores capuchinhos pelo sertão da Bahia. Na apreciação sobre a performance destes missionários italianos nas chamadas missões populares³, partiremos da aplicação dos conceitos de reciprocidade e circularidade⁴ na relação entre religião oficial e religiosidade popular, para evidenciar que não houve, durante as missões capuchinhas das primeiras décadas republicanas, o estabelecimento de uma real separação entre erudito e popular, nem tampouco algo que formalizasse campos homogêneos entre o sagrado e o profano.

Pretendemos mostrar que há nas missões capuchinhas uma incorporação de discursos ou de técnica de discursos em que foram utilizados elementos presentes na realidade popular sertaneja. A propagação da ortodoxia da Igreja chegou até às cidades do sertão baiano através de métodos que promoviam uma visão popular da religião. Com esta forma pedagógica missionária, os frades menores, legítimos representantes da Igreja romana, desejavam avigorar a ação doutrinária da Ordem em sua contribuição ao processo de reforma empreendido pelo arcebispado da Bahia. Nosso objetivo aqui será, pois, o de analisar a metodologia aplicada às comunidades interioranas, com vistas a comprovarmos que existiu entre os frades missionários o esforço para que a sua mensagem de necessidade de conversão e de mudança de costumes, com base nas leis evangélicas, fosse compreendida e praticada pelos sertanejos. Antes, porém, de tratarmos destas questões, será importante ressaltar alguns

³ As missões além de populares, são denominadas como volantes, itinerantes ou ainda de santas missões. Regni, Pietro. *Os capuchinhos na Bahia*. Jesi: U.T.J., 1991. V.3 – Os capuchinhos das marcas e a fundação da província de N. S. da Piedade. Da Prefeitura à Custódia 1892-1937. p.217.

⁴ Os conceitos de reciprocidade e circularidade na relação entre a cultura erudita e popular foram definidos por autores como Peter Burke, Mikhail Bakhtin e Carlo Ginzburg. Para eles, em uma sociedade estratificada não é possível pensar as relações sociais apenas em termos dicotômicos. Com relação às missões capuchinhas pensamos que, mesmo sendo sacerdotes da religião oficial, o método que utilizavam para doutrinar as populações habitantes do sertão baiano baseava-se na cultura popular, em que benditos, novíssimos, procissões e penitenciais levavam os fiéis à prática sacramental.

aspectos relativos ao surgimento e desenvolvimento das missões populares no mundo católico, e, mais precisamente, sobre a atuação missionária dos frades capuchinhos.

Nas grandes missões surgidas na Europa medieval, os oradores destacavam-se pelo anúncio do final dos tempos e da vinda do anticristo. Esta visão apocalíptica expressava-se como meio de fazer com que as populações a serem evangelizadas percebessem a urgência da conversão e da penitência. Saídos dos grandes centros em direção aos lugares mais distantes, a presença destes estrangeiros era logo vista como a de emissários da fé, enviados por Deus para pregar junto ao seu povo. E esta era a vontade dos missionários, mostrar aos fiéis o quanto o tempo é precioso para se buscar a salvação. Por isso enfatizavam nos dias de missões a necessidade das missas, das orações, a fuga dos pecados e o afastamento das superstições⁵.

Entre os primeiros missionários, aqueles que sistematizaram a prática da evangelização nas pequenas cidades ainda no século XIV, na Itália e Espanha, destacou-se o dominicano Vicente Ferrier. Ele tinha em suas missões grande afluência do público de fiéis que esperavam pelo acontecimento de milagres durante os dias de retiro. Em postura penitencial, os fiéis, buscando a misericórdia de Deus, praticavam a autoflagelação e caminhavam atraídos pela cruz na mão do missionário, que guiava o povo ao destino da igreja ou do estrado onde se fazia o sermão de cunho reflexivo sobre o final dos tempos e a necessidade de se seguir constantemente vigilante em relação aos seus atos, pensamentos e omissões⁶.

Outro grande orador foi o franciscano Bernadino de Siena. Ao contrário de Vicente Ferrier, não enfatizava tanto o final do mundo. Para ele, o mais importante era implantar de forma verdadeira o reino de Deus na terra. As pregações de Bernadino de Siena serviram de inspiração para Mateus de Basci⁷, quando, no século XVI, este passou a pregar por todo o Estado pontifício com a autorização do papa Clemente II. O frade menor, Mateus de Basci desejava retomar a sua ação apostólica de acordo com os ensinamentos do fundador da Ordem, Francisco de Assis. A vida apostólica não poderia ser contínua, mas sim conciliada entre a pregação, e a contemplação em lugares afastados. A inspiração vinda dos dias de oração em recolhimento prepararia os missionários para os dias de retiro espiritual.

O desenvolvimento do apostolado missionário ganhou novo impulso a partir do Concílio de Trento, quando ficou estabelecida a necessidade de esclarecer os fiéis sobre a

⁵ Châtellier, Louis. *A religião dos pobres*. As missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno. Séc. XVI-XIX. Editora Estampa, 1995. p. 19.

⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 18-19.

⁷ Mateus de Basci, irmão menor da Observância, um dos reformadores da Ordem Franciscana que deu origem à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Idem, *Ibidem*, p. 21.

doutrina da Igreja e confirmou-se a atribuição aos bispos da responsabilidade de zelar pela evolução espiritual dos fiéis, principalmente daqueles que estavam sob o controle religioso de padres pouco preparados para a catequese. Só que a resolução tridentina relacionada à extensão da prática da fé católica não foi suficiente para estimular a instrução dos fiéis nas regiões distantes dos grandes centros europeus, pois os padres locais estavam já habituados a fornecer aos cristãos apenas o básico em termos de catolicismo, mormente a administração dos sacramentos. Em vista disso, como solução encontrada para reverter a situação de deficiência na atuação do clero, os bispos procuraram estimular as missões nas cidades e nos campos⁸.

As missões pretenderam contribuir para um maior esclarecimento sobre os benefícios dos sacramentos. Como destacou Châtellier, o objetivo na promoção das atividades missionárias ia muito além da difusão do Cristianismo, a missão era renová-lo, tornando a doutrina cristã vivida na prática. E, para essa tarefa, aqueles religiosos pertencentes às ordens religiosas estavam mais disponíveis e preparados do que os párocos⁹.

É indiscutível que as missões populares tiveram uma função importante para ensinar aos fiéis católicos a praticarem sua religião. Mas o êxito dessas pregações se deve à maneira como os missionários superaram a dificuldade, que de certa forma era uma barreira para o aprendizado das verdades a crer, impostas pelo analfabetismo predominante na grande maioria das populações a serem doutrinadas. Quando constataram essa realidade, souberam que teriam que utilizar outros métodos diferentes da leitura, para que os fiéis pudessem aprimorar os seus conhecimentos sobre o catolicismo. Daí, passaram a recitar no final dos sermões os principais mistérios da fé, e a ensaiar junto com o público assistente, perguntas e respostas, com a finalidade de incutir de modo resumido a santa lei da Igreja nos mais carentes de auxílio espiritual, indo ao encontro deles nos lugares mais distantes.

Ao nos referirmos à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, indiscutivelmente, teremos que tratar do seu apostolado missionário, afinal, a dedicação às missões evangelizadoras figura nos estatutos da Ordem desde a sua origem na Itália.¹⁰ A congregação, que teve origem no século XVI, surgiu com a dissidência de alguns integrantes da ordem

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 16.

¹⁰ S. Francisco de Assis, exemplo de vida dedicada à evangelização, deu novo ânimo às missões da Igreja, elegendo como uma das mais importantes obrigações de seus seguidores fazer com que os retiros espirituais fossem renovados e aperfeiçoados. Constituição e Estatuto da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – Com a regra e testamento de São Francisco e ordenações dos capítulos gerais – versão portuguesa do texto oficial – Edição da Conferência dos Capuchinhos do Brasil – São Paulo, 1992. Cap. XII – A difusão e a promoção da fé. p. 110.

franciscana que, desejosos de seguirem intensamente os passos de São Francisco de Assis, buscaram uma vida mais contemplativa, com ênfase na pobreza, oração, solidão e silêncio conciliados com o trabalho pastoral nas comunidades. “O verdadeiro missionário, segundo a regra capuchinha, devia assim consagrar a maior parte de seu tempo à meditação, no silêncio, no retiro e no despojamento, e depois, quando a isso era de novo impelido pelo espírito, descer da montanha para falar ao povo”¹¹.

Em 1517, Leão X tinha a pretensão de realizar a unidade da ordem franciscana, que estava dividida entre conventuais e observantes. Os conventuais passaram a questionar os rigores da ordem, reivindicando algumas concessões que lhes foram atendidas, como usar calçados e vestes mais confortáveis, ter casa, rendas e usar dinheiro. Eram conventuais porque habitavam em conventos. Mas, devido a este relaxamento da regra, alguns religiosos que não aceitavam viver de forma diferente daquilo que havia sido pregado por Francisco de Assis, os chamados *zelantes*, resolveram se separar dos conventuais e seguir a vida religiosa de acordo com as regras da Ordem, em pequenos conventos também chamados de retiros. Eram conhecidos como reformadores na Itália, recoletos, na França e descalços, na Espanha. Foi de uma das reformas criadas dentro da observância que surgiram os primeiros capuchinhos. Seu iniciador ou seu precursor involuntário – ele não sabia que estaria criando uma nova ordem, ao lutar para viver na pobreza e na pregação itinerante como São Francisco havia idealizado, foi o frei Mateus de Bascio, seguido pelo frei Ludovico de Fossombrone e seu irmão de sangue, frei Rafael. Após a concessão da bula, a ordem já dispunha de nove eremitérios para abrigar os reformados dissidentes da observância. Primeiramente eles foram chamados de “frades menores da vida eremítica”. Mas, a partir de 1531, ganharam a denominação de “fratres a scapucino”(frades de capuz pequeno) devido a sua indumentária. Depois passaram a ser chamados por “fratri cappucini” ou frade *capuchinho*¹².

As missões capuchinhas remontam a 1540. Chamadas “missões volantes”, eram compostas por grupos de quatro ou cinco sacerdotes empenhados no serviço da evangelização. A escolha dos missionários ficava a cargo do ministro provincial ou do prefeito das missões. Porém o apostolado missionário só veio a ampliar-se na segunda metade do século XVII, tendo se destacado nesse período Honorato de Nantes. As suas expedições duravam geralmente um mês. Eram pregações caracterizadas pelo exagero de expressividade durante as missas, orações com ênfase na oração mental, discursos sobre a doutrina católica e a exposição dos novíssimos. A estes exercícios acrescentavam-se cânticos, procissões,

¹¹ Cf. Châtellier, L., op. cit. p. 22.

¹² Mariano D’ Alatri, frei. Os capuchinhos das marcas, Editora Est. Rio Grande do Sul, 1998, p. 16-17.

confissão sacramental e reconciliações. O apostolado missionário dos capuchinhos tinha por objetivo principal a conversão dos fiéis, com o propósito de se fazer alimentar a fé dos já cristãos, isto em colaboração com os trabalhos do bispado e do clero local. Com seus exemplos retirados algumas vezes das Sagradas Escrituras incitavam o povo a uma reforma do modo de vida.¹³ Capuchinhos de várias nações se empenharam na prática do serviço missionário, principalmente os franceses, espanhóis e italianos.

A presença dos capuchinhos na Bahia data de 1670, sendo que primeiramente chegaram os franceses da província de Bretanha, trazidos pela corte portuguesa com a incumbência de catequizar os índios Kariris no sertão baiano. Os seus irmãos italianos chegaram em Salvador ainda no século XVII, nos intervalos das missões da África, no Congo português. Esses religiosos, através de suas pregações, conquistaram grande popularidade entre os fiéis baianos. Após a expulsão dos capuchinhos franceses, acusados de intermediários durante a ocupação holandesa no Nordeste, o hospício da Piedade ficara vago. No entanto, a permanência dos frades italianos, também não era do interesse do reino português. Apoiada no seu direito do Padroado, a Coroa portuguesa dificilmente aceitava a vinda para o Brasil de missionários ligados à Santa Sé. A presença da Ordem em Salvador e em outras áreas do Nordeste só foi possível graças à intervenção de Garcia D' Ávila, patrocinador da volta dos capuchinhos para o Brasil.¹⁴ Em 1679, Fr. João de Romano, ex-prefeito das missões do Congo e Angola, escreveu um relatório enumerando os motivos pelos quais entendia ser necessária uma residência fixa na Bahia, do qual transcrevemos um trecho abaixo.

Na Bahia de Todos os Santos é ainda mais necessário o hospício para satisfazer a devoção do povo que com insistência, o solicita a esta Sagrada Congregação e pede seis missionários italianos, entre os quais está incluída também a minha pessoa, como consta nos documentos públicos enviados a vossas excelências e ao procurador Geral. Segundo, por que há necessidade tanto para reavivar ali as devoções como catequizar os negros, seus escravos, esquecidos pelos outros missionários e livrá-los da idolatria, feitiçaria, superstições e gentílicos abusos em que vivem a praticá-los sem que ninguém os repreenda, senão os italianos[...]¹⁵.

Como a Bahia era ponto de distribuição de missionários para as missões da África, foi proposta pelo Fr. Francisco de Monteleone ao prefeito das missões do Congo e Angola a revitalização do hospício da Piedade para acolher os frades nos intervalos das missões, onde pudessem recuperar as forças e a observância regular¹⁶.

¹³ Idem, Ibidem, pp. 80-82.

¹⁴ Regni. Pietro Vittorino. Os capuchinhos na Bahia. Porto Alegre: Palloti, 1998. {Vol. 2 – Os capuchinhos italianos (1705-1892)} pp.19-20.

¹⁵ Idem, Ibidem, p.186.

¹⁶ Idem, Ibidem, p. 20.

A decisão de entregar o convento aos frades italianos foi comunicada a Roma pelo nuncio D. Michelangelo Conti (1698-1709) em carta de 21 de fevereiro de 1705 e os decretos régios assinados pela regente Dona Catarina da Grã-Bretanha, Infante de Portugal, outorgando o governador D. Rodrigo da Costa a entregar o convento aos italianos. Porém, o governo português, ao mesmo tempo em que cedia o convento, estabelecia algumas medidas restritivas, como a declaração de que deveriam abrigar-se no hospício apenas os missionários vindos da África, sendo proibido aos capuchinhos o exercício de qualquer atividade missionária na Bahia, com o argumento de que já existia em terras brasileiras um número suficiente de religiosos para cuidar da evangelização dos gentios¹⁷.

As proibições, quanto às atividades religiosas, não atingiam o apostolado em Salvador. Regni destaca que os capuchinhos encontraram acolhimento entre os fiéis e as autoridades, que em 1708 dirigiram pedidos a Roma para que os frades pudessem realizar atividades apostólicas de grande envergadura¹⁸. Para isto, precisavam ampliar a igreja da Piedade. O apoio financeiro foi dado pelo coronel Garcia D'Ávila Pereira, filho de Francisco Dias D'Ávila e herdeiro da Casa da Torre.

Além do apostolado na capital, os capuchinhos logo conseguiram fazer retornar as missões pelo interior da Bahia, reavivando as estações missionárias fundadas pelos franceses. Em 1712, frei Michelangelo de Nápolis era nomeado prefeito das missões da Bahia por sete anos. Além da prefeitura baiana, os capuchinhos tiveram ainda suas províncias em Pernambuco (1725) e Rio de Janeiro (1737). No entanto o desenvolvimento das missões por muitas vezes foi podado por determinação do governo português como em 1761 – no período da ruptura diplomática com a cúria romana -, com a decisão do Marquês de Pombal de afastar todos os religiosos que fossem ligados à Santa Sé. Nesse período o convento da Piedade que abrigava dezoito frades teve uma baixa de oito missionários. E, em 1882, no período pós-independência, também se estendeu a perseguição aos religiosos estrangeiros. Mesmo com todas estas dificuldades, os capuchinhos permaneceram atuando como catequizadores dos índios¹⁹.

¹⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁸ Em 1712 a Propaganda Fide reconheceu o interesse dos capuchinhos e nomeou fr. Michelangelo de Nápolis como prefeito da missão da Bahia, por sete anos, porém proibindo o recebimento no hospício de missionários vindos do Congo ou S. Tomé, que não tivessem cumprido o tempo determinado nas missões africanas. Em 1761, os capuchinhos sofreram as pressões do governo português, com a lei do marquês de Pombal, que estabeleceu o afastamento das missões de todos os que fossem oriundos dos Estados Pontifícios. Mariano D'Alatri, *op. cit.* p. 143.

¹⁹ Regni, Pietro. Vol. 2, *op. cit.* pp.19-20.

No superiorato de Fr. Ambrósio de Arcévia (1802-1839), a igreja da Piedade foi reformada pelos próprios missionários. A intenção era tornar o templo mais espaçoso para abrigar um maior número de fiéis. A construção inspirada no estilo neoclássico recebeu elogios de viajantes europeus, como o protestante Daniel P. Kidder, que destacou sua preferência por aquela igreja, entre tantas outras na Bahia. Esta preferência era justificada pelo projeto ter obedecido com maior rigor às regras arquitetônicas e às normas do gosto europeu. Para o naturalista alemão Martius, dentre as trinta ou mais igrejas que havia visitado na capital, só se destacava a nova e agradável, de zimbório, dos capuchinhos italianos. O historiador Silva Lisboa entendia que era a melhor igreja que o povo baiano tinha naquela época, construída com perfeição e gosto, segundo o modelo de Santa Maria Maior de Roma.²⁰

No século XIX, o arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas (1827-1860), um dos principais articuladores da renovação católica, solicitou a algumas ordens religiosas estrangeiras que colaborassem com a sua pastoral na divulgação da doutrina católica entre o povo e na formação do clero. Entre estas ordens estavam os capuchinhos, que tiveram um papel importante no processo de reforma, tanto por meio de suas pregações na Igreja da Piedade, em Salvador, como nas missões realizadas no interior da Bahia²¹. Embora dispusesse no convento, em 1840, de um quadro insuficiente de missionários para administrar quarenta aldeias indígenas e outras missões populares aos fiéis da Bahia, ainda assim o trabalho apostólico dos frades italianos foi frutífero²². D. Romualdo assim se referiu em 1839, ao agradecer aos capuchinhos Fr. Pedro de Senaveza e Fr. Candido de Taggia pelas missões que pregaram no recôncavo baiano:

Inumeráveis escândalos removidos pelo sacramento do matrimônio, inveterados ódios e inimizades extintas; muitos esposos discordes congraçados, os tribunais de penitência freqüentados e banhados de lágrimas de arrependimento; a piedade e devoção depurada de prejuízos populares ou práticas supersticiosas contrarias à santidade do culto; o respeito e obediência às leis altamente inculcados, não como o resultado de meras convenções, mas como o preceito e ordenação do mesmo Deus, ejs os benefícios que justamente excitaram o entusiasmo dos povos do recôncavo[...]

No período anterior à proclamação da república, as missões eram realizadas a partir da solicitação de religiosos da Itália ou de outras regiões à Propaganda Fide, através dos

²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 335-337.

²¹ D. Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia (1827-1860) E o movimento de Reforma Católica no Brasil. In. Silva, Cândido da Costa e; Azzi, Riolando. *Dois estudos sobre D. Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia*. Salvador; UFBA/Centro de Estudos Baianos, 1982. pp. 17-27

²² Mattoso, Kátia de Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 384.

²³ Coleção de Obras de D. Romualdo. Cit. In. Azzi, Riolando ; Silva, Cândido da Costa, op. cit., pp. 29-30

superiores hierárquicos ou pelo Procurador geral da Ordem em Roma. A partir de 1884 ficou estabelecido por decisão do Capítulo geral da Ordem, e depois pelo estatuto dos capuchinhos de 1893, o *Statum Missionibus*, que as diversas províncias capuchinhas deveriam assumir a realização das missões. Esta descentralização no controle do apostolado missionário favoreceu o seu desenvolvimento, e cada província então passou a ter a sua missão e seus pregadores subordinados diretamente ao provincial²⁴.

O novo estatuto tratou, entre outros assuntos, da promoção das vocações para que fossem cultivadas em todas as províncias; definiu-se quanto à questão hierárquica, dispondo as obrigações e atribuições do Ministro Geral, do secretário Geral, dos provinciais e das autoridades; da disciplina na atividade missionária para o incremento da vida espiritual dos frades; da regularização e administração dos bens temporais conforme o espírito de pobreza seráfica; da premiação dos missionários beneméritos, assistência aos enfermos e da dedicação a sufragar os defuntos²⁵.

Após a suspensão dos aldeamentos indígenas, os capuchinhos passaram a pregar nos diversos povoados do sertão a uma comunidade miscigenada. Em cada localidade permaneciam por alguns dias ministrando práticas penitenciais e instruções sobre a doutrina católica²⁶. Daí a designação de “missões itinerantes”. Segundo Cândido da Costa e Silva, foi basicamente através destas pregações volantes que se deu a formação cristã da população sertaneja²⁷.

Antes de passarmos à análise das missões capuchinhas realizadas no sertão da Bahia, gostaríamos de descrever a geografia da região para que seja possível uma maior compreensão do contexto de onde se seguiram as diversas ações dos missionários italianos em terras baianas, e de como a geografia da região influenciou na maneira como o povo vivenciou a prática do catolicismo. Tomaremos como exemplo a descrição feita por Cândido Costa e Silva:

[...]O traço fundamental na fisionomia da área é o seu clima semi-árido, seco, com chuvas escassas e principalmente irregulares.

É ele o responsável ecológico pelo vinco de dor que assinala a história do homem por esses rincões. Caem de abril a setembro as chuvas de inverno, e de outubro a março as chuvas improvisas das trovoadas. Tivessem a regularidade do registro, e o sofrimento não seria a grande constante no caminhar dessa gente. O regime pluvial incerto desequilibra o meio ambiente e provoca as secas periódicas que, “desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes

²⁴ O *Statum Missionibus* foi aprovado pelo Papa Leão XIII em 26 de junho de 1887. Regni, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia*. Jesi: U.T.J., 1991 {Vol. 3}, op. cit. p.26.

²⁵ Idem, *Ibidem*

²⁶ Silva, Cândido da Costa e. *Roteiros da vida e da Morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo, Ática, 1982, p.33.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 63.

naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, e seus habitantes sempre desprovidos de reservas, ao estado de inanição”. Fonte constante de insegurança a angustia, as estiagens prolongadas põem à prova a fragilidade de suas defesas culturais. Os elementos da organização espacial - a natureza do solo, o relevo e as fontes de água – perdem a sintonia[...]”²⁸.

Por meio desta retratação da realidade na região do semi-árido baiano, que inclui terras do Estado de Sergipe, podemos ter uma idéia dos caminhos percorridos pelos missionários no sertão nordestino, ambiente em que os grandes períodos de seca trazem a destruição para aqueles que lá habitam. O sofrimento compõe a marca do lugar. Além de ter que conviver com os problemas gerados pelas longas estiagens, o nordestino se vê vitimado também pelas desigualdades sociais resultantes da ganância de poucos que são proprietários de extensas faixas de terra, e do descaso dos dirigentes nacionais que não encontram ou não desejam encontrar soluções para minorar o panorama trágico que se apresenta no cenário do sertão²⁹. Vivendo de forma isolada, em grupos afastados uns dos outros, o povo nordestino não tem oportunidade de buscar meios para reivindicar por justiça social. A única solução, a única expectativa vem da intervenção do sagrado. Deus, Ele é quem pode reverter este quadro de misérias e aflições, como lembrou Cândido da Costa e Silva. A expressão, “*se Deus quiser*”, é uma das frases que não pode ser dispensada da boca do sertanejo, ela o acompanha como sinal de esperança de realização daquilo que se pretende fazer numa terra em que se vive cada instante com muita dificuldade³⁰.

A busca constante dos meios de sobrevivência, ainda que precários, fez do nordestino, por muitas vezes, suspeito de ser avesso a princípios éticos. Determinados desvios de conduta social, peculiares do sertão, eram vistos pela Igreja como sinônimo de perdição para as almas. Ariano Suassuna soube bem descrever os personagens típicos da região das secas, tendo enfatizado a questão moral deficiente como consequência das fragilidades humanas. Neste cenário nordestino, observa-se a subserviência do clero com relação aos poderosos da região, e do seu descaso com os mais carentes, a quem era negada a assistência religiosa.³¹ Este contexto de penúria e miséria é palco constante para o surgimento de pecadores, como jagunços e cangaceiros, sempre violentos devido às desgraças provocadas pela opressão do

²⁸ Idem, Ibidem, p. 4.

²⁹ Regni, Pietro. Vol. 3, op. cit. p. 225.

³⁰ Silva, Cândido da Costa e Silva, op. cit. p.226.

³¹ Suassuna, Ariano. *O auto da Compadecida*. Rio de Janeiro, AGIR, 1975.

poder público que não atende aos mais pobres.³² Mas, o sertão pode ser também centro espiritual com a aparição do santo, como o frade, representante franciscano que, assim como os capuchinhos em suas missões volantes, aparece na narrativa de Suassuna esporadicamente, mas tem sua presença focalizada como legítimo servidor da fé. É ele quem reza pela salvação dos homens, e que, por isso, é visto com ternura pelo sertanejo³³.

O povo do sertão apesar de praticar o catolicismo oficial ditado pelo clero, vivia também a religião de forma tradicional, caracterizada pelos cultos aos santos protetores que são oriundos da tradição portuguesa trazida ao Brasil pelos colonizadores. Podemos dizer que esta era a forma de traduzir a religião oficial, da qual o sertanejo não tinha amplo conhecimento, já que a ele faltava a assistência religiosa regular e assídua, mas sim, tinha-a de forma esporádica e limitada.³⁴ Da falta de instrução religiosa foi resultante ainda a não associação do indivíduo a uma paróquia para o apoio religioso numa constância que pudesse definir um perfil mais ortodoxo da religião àquelas comunidades, e a presença leiga na orientação da fé e das formas de devoção.

Em relatórios enviados aos superiores da ordem, os capuchinhos reconheciam que as autoridades civis também tinham responsabilidade pelas dificuldades vividas por aquelas comunidades, mas atribuíam à religião a função de manter a ordem organizando a vida social, e pensavam que a instrução religiosa bastaria para que fossem evitados problemas sociais comuns na região das secas como a prostituição e o abandono de parentes ou morais como o amancebamento

Na mais íntima caridade e harmonia demos começo [Fr. Egidio e Fr. André, carmelita] a esta excursão apostólica, Acompanhados pelo incansável vigário, Pe. Francisco Bereguer, através desses sertões baianos atormentados pela terrível seca de 6 anos, pelos cangaceiros, guiados pelo facinora Virgolino, vulgarmente Lampião, que vão espalhando toda miséria, mortes, furtos, desordens. A ignorância religiosa leva o povo a muitas desordens. As moças se perdem com a máxima facilidade, engrossando o exército de prostitutas, que forma o principal mal do sertão. É freqüente o abandono da esposa e dos filhos. Diante destes males o povo fica indiferente e os esforços dos missionários ficam inutilizados. Pouca esperança se nutre que tais desordens diminuam. A falta de sacerdotes, o abandono por parte das autoridades civis, tudo concorre para corromper os costumes. Ao lado destes vícios se acham peregrinas virtudes em muitas almas. Grande fé, terna devoção à Virgem Maria, espírito de sacrifício para assistirem à santa missão e receberem os S. Sacramentos e respeito para o sacerdote³⁵.

³² J. de Castro, sociólogo, foi quem definiu o sertão do Nordeste como zona explosiva, onde a presença do santo ou do bandido cangaceiro pode ser freqüente devido às misérias, ao sofrimento e as calamidades. Cf. Regni, Pietro, Vol. 3, op. cit. p.22.

³³ Suassuna, Ariano, op. cit.

³⁴ Regni, Pietro, Vol. 3, op. cit. p. 229.

³⁵ Apud, Regni, Pietro. Vol 3, op. cit. p.231.

Este reconhecimento dos capuchinhos das dificuldades dos fiéis sertanejos em viver apoiados nos princípios católicos estava de acordo com as orientações da Santa Sé, que já havia se manifestado com relação ao convívio de missionários e fiéis, tendo o Papa Bento XV solicitado aos pregadores que se deixassem guiar pela caridade de Jesus, e, a exemplo do Cristo, pregassem até aos mais perdidos, ressaltando que, também, estes poderiam ser salvos, resgatados do pecado. Para isto, os missionários deveriam se desfazer de qualquer ato de agressividade, e de maneira alguma se impressionar pelo grau de degradação dos costumes³⁶. Havia entre os missionários o entendimento de que o meio certamente influenciara o desconhecimento das verdades da fé católica. Uma vida distante dos centros onde se instalavam as ordens religiosas e longe dos seminários de onde saíam os representantes do nosso clero secular. Esquecido pela própria Igreja, o sertão negava à sua gente condições para que se inteirasse de forma consistente do mínimo desejável sobre as práticas do catolicismo. Por isso as missões tornaram-se o único meio daquelas pessoas sentirem-se parte integrante da Igreja³⁷.

Comparado ao catolicismo predominante no espaço urbano, podemos dizer que o católico do sertão vive à espera da manifestação do sagrado sobre os fenômenos da natureza. Isto deriva das necessidades de uma gente que não é bem assistida pelas autoridades e que tem na sua forma de transmissão dos costumes – a oralidade - o segredo da preservação da maneira de conceber a religião católica³⁸. Nisto ela difere das comunidades urbanas, imbuídas também de uma religiosidade eminentemente popular, nas quais o controle leigo da religião prevalecia sobre a prática sacramental, feita sem grandes motivações, mas que a partir da

³⁶ Carta Apostólica *Maximum Illud* – Del Sumo Pontífice Benedicto XV – Sobre a Propagacion de la Face Católica em el mundo entero, 30 de novembro de 1919. – Cap. 14 – Caridad y Mansedumbre. [on line] Disponível na Internet via <http://www.vatican.va>. Salvador, 2005

³⁷ O reconhecimento dos capuchinhos de que a falta de instrução religiosa era a causa da degradação moral daquelas comunidades podia estar de acordo com as determinações da Santa Sé de doutrinar a todos, a fim de incluí-los como filhos de Deus e pertencentes à Igreja. Mas a maneira do sertanejo perceber a realidade mostrava o quanto os frades estavam distantes da compreensão de que as condições desfavoráveis de vida influenciavam fortemente na conduta social daquelas populações. Cândido da Costa e Silva procurou demonstrar a dissociação entre os missionários e o povo sertanejo até na idealização do paraíso, citando um trecho do sermão proferido pelo Fr. João Evangelista de Monte Marciano que, ao descrever o paraíso-cidade, refere-se a um lugar que poderia ser encontrado em uma cidade italiana, lugar sequer imaginável para o sertanejo: “Meus irmãos, a formosíssima cidade estava disposta em amplo quadro; de cada lado duas altas muralhas, assentadas sobre fundamento de preciosas pedras; três magníficas e grandiosas portas cuja resplandecência porfiava a nitidez mais pura do crystal, incrustadas em doze raras e peregrinas pedras. Luxuosos palácios cujas linhas architonicas ondeavam garbosamente, perdendo-se em traços luminosos, no fundo azul do firmamento matizado de estrelas; espaçosas ruas ladeadas de árvores frondosas, cujas as extremidades assentavam sobre escarpadas de oiro finíssimo”. Cf. Silva, Cândido da Costa e , op. cit. p. 48-49.

³⁸ Otten, Alexandre. *Só Deus é Grande*. São Paulo, Editora Loyola, 1990. pp. 93-94.

segunda metade do século XIX e início do século XX, através do processo de reforma da Igreja, conheceu uma mudança na posição do clero que de mero coadjuvante nas questões da fé, passou a ser indispensável para o novo tipo de espiritualidade propagado pela hierarquia católica – na qual a prática sacramental torna-se efetivamente o único meio para alcançar a salvação espiritual.

O grande elenco de santos que recebiam as homenagens de seus devotos, geralmente tem o seu culto autorizado e reconhecido pela Igreja Romana. No entanto, a hierarquia Católica, no início do século XX, teve como uma de suas maiores intenções cristianizar a religião e mostrar aos fiéis que mesmo sendo possível e salutar recorrer à intercessão dos santos, ser católico é antes de tudo ser cristão. O Cristo é o centro de toda a prática católica. Mas, para a realidade do sertanejo, os santos são mais íntimos. É para a intercessão dos santos que os fiéis recorrem nas tribulações da vida. Deus é para eles inatingível, alguém que dificilmente ouvirá os apelos de pobres pecadores³⁹.

Os missionários capuchinhos no sertão pregavam a fazendeiros, criadores, lavradores, pequenos comerciantes e trabalhadores dos engenhos. As missões tinham boa aceitação entre esse público como um grande evento espiritual em um lugar onde nada de novo acontecia. O entusiasmo dos fiéis com a chegada dos freis “barbadinhos”, como eram chamados, demonstra que os fiéis do sertão baiano tinham um comportamento mais religioso do que aqueles que moravam nas cidades do litoral. “A gente simples e inculta do sertão era animada por um profundo sentimento religioso que, como já falamos, poder-se-ia definir “naturalmente cristão”⁴⁰. Era sabido pelos missionários que diferentes públicos tinham uma resposta distinta com relação às missões. Nas cidades do litoral nem sempre eram recebidos com o entusiasmo freqüente do sertanejo. A avaliação capuchinha era de que os fiéis das áreas litorâneas, por terem uma vida mais viciosa e serem influenciados pelo clima ameno, não possuíam uma maneira tão séria de reconhecer a religião, ao contrário dos sertanejos, que viviam na expectativa da ação do sobrenatural em suas vidas para abrandar os sofrimentos. E ainda buscavam na religião a forma de entender as suas dificuldades e o conforto para aceitar as privações de toda a espécie a que eram submetidos.⁴¹

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 109.

⁴⁰ Regni, Pietro Vol. 3, op. cit. p. 229.

⁴¹ Ao analisar o testemunho dos missionários sobre a religiosidade do povo do sertão e das cidades litorâneas, Regni constatou que os religiosos pensavam ser menos pecador o povo habitante na região centro-norte da Bahia e Sergipe e nos confins com Alagoas, ao passo que, afirmavam ser maior o indiferentismo religioso nas cidades praianas. Idem, *Ibidem*, p. 241.

As diferenças se tornam maiores quando confrontamos a religiosidade dos sertanejos com a maneira de encarar a religião dos habitantes de Salvador. A capital baiana, entre o final do século XIX e início do século XX, vivia um período de transformações sociais muito significativas, que se refletiam também na forma de conceber os preceitos religiosos ditados pela Igreja. A elite de Salvador estava em contato permanente com as inovações da cultura moderna européia. Os deleites da vida mundana entusiasmavam os baianos. Era costume entre as classes mais abastadas freqüentar teatros, onde assistiam às companhias francesas que estavam em cartaz pela cidade. A literatura e o desenvolvimento científico explicavam de modos diferentes os fenômenos sociais, fazendo com que muitos não aceitassem a religião como o único meio pelo qual seria possível atingir o conhecimento. Além disso, os cristãos estavam em contato com outros discursos sobre a doutrina cristã como o Protestantismo e o Espiritismo. Ao indiferentismo aos ensinamentos da religião desta elite letrada, muito próxima de valores profanos, a Igreja reagia de forma a esclarecer cada vez mais os princípios da religião, numa forte atuação das congregações religiosas européias, com a função de moldar o catolicismo praticado pelos baianos às determinações da Santa Sé.⁴²

Este quadro de mudanças no seio da sociedade forçou a Igreja a dar respostas às críticas protestantes sobre o culto externo e os elementos profanos que sobressaíam da manifestação da crença popular. Para o Pe. Julio Maria esta exterioridade da fé só contribuía para reforçar as críticas ímpias não só com relação às procissões, mas também, quanto ao ritual realizado nos interiores dos templos. O simbolismo característico do catolicismo muitas vezes confundia os leigos, propagando entre eles uma prática que não era católica, mas sim, o fruto de “desvios da falsa devoção”, o que dava uma idéia de uma religião de inutilidades que em nada ajudava a melhorar os costumes do povo, nada acrescentando em termos de valores espirituais, sendo apenas uma prática de divertimento⁴³.

Para reformar o modo de praticar a religião, o episcopado nacional esteve empenhado em aplicar à risca as determinações tridentinas, ansiando livrar a religião católica de quaisquer atos supersticiosos e fora dos dogmas, que fossem capazes de alimentar as críticas ferrenhas de seus adversários de tendência liberal. Nesta campanha reformadora, os frades capuchinhos

⁴² Sobre a vida social dos baianos na segunda metade do século XIX e início do século XX ver, Habsburgo, Maximiliano de. Bahia, 1860: esboços de viagem. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro: Salvador: Fundação Cultural do estado da Bahia. Mattoso, Kátia M. de Q. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1992. Ver também, E a Bahia civiliza-se...Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1916. Leite, Rinaldo César Nascimento. Dissertação apresentada ao Mestrado em história da Universidade Federal da Bahia, 1996.

⁴³ Maria, Júlio. A Igreja e a República – Biblioteca do pensamento político republicano. Câmara dos deputados. Brasília, Editora Universidade de Brasília. p. 86.

colaboraram de modo efetivo com o Arcebispado da Bahia, por meio de sua intensa atividade missionária.

Falamos da atuação de missionários protestantes na capital, mas a presença de protestantes batistas já era uma realidade também no sertão baiano. A expansão do Protestantismo seria um entrave aos anseios católicos de mobilizar toda a população brasileira para pedir o restabelecimento da fé no Brasil.⁴⁴ Os capuchinhos estiveram atentos aos concorrentes protestantes que chegavam nas cidades do interior baiano,⁴⁵ chegando mesmo a informar aos superiores da Ordem, na Itália, que, abandonados pelos padres locais, os fiéis se predispunham mais facilmente a aceitar os discursos proselitistas de missionários protestantes.

[...]pobre gente, em geral, bem disposta, porém ignorante de religião e com certa razão, pois não tem quem partilhe com ela o pão da palavra divina e para sua maior infelicidade, vivem em seu meio protestantes que ensinam ao povo falsas doutrinas, chegando, inclusive, a queimar as imagens dos santos por instigação dos hereges. Pobre gente digna de uma sorte melhor, pois sua índole não é má e geralmente é propensa à religião católica[...]⁴⁶

Os protestantes disputavam com os católicos a contribuição à ordem social do país republicano como a ideologia que garantiria ao Estado o respeito e obediência às autoridades, e ainda afirmavam que, pelo incentivo à leitura do Evangelho, erradicaria o analfabetismo entre os pobres brasileiros, principalmente os do sertão, povo esquecido pela Igreja. A referência protestante aos pobres incluía os sertanejos como a quem desejavam converter oferecendo-lhes o reino dos Céus, e livrando-os do abandono católico, que os condenara ao permanente analfabetismo e ignorância. “Pobres sertanejos, atirados ao desespero e olvidado por aquela que, com petulantes ares, se chama de mãe carinhosa”.⁴⁷

A Igreja em reforma, ao ser questionada por segmentos liberais e conservadores da sociedade que não aceitavam os princípios católicos para a organização social, procurou manter-se firme em seu poder junto à maioria da população, composta por católicos. Os bispos do Brasil pretendiam defender “a unidade perfeita dos espíritos pela unidade da mesma fé dentro do grêmio universal do rebanho de Cristo”. Queriam fazer retornar a fé e “restituir o poder a Jesus Cristo fazendo com que ele fosse reconhecido e adorado pela sociedade”.⁴⁸ Este pensamento difundido pelo episcopado nacional deveria ser transmitido a todos os brasileiros.

⁴⁴ Sobre a presença de protestantes anglicanos e batistas na Bahia, ver Silva, Elizete da, op. cit.

⁴⁵ Regni, Pietro, Vol. 3, op. cit. p. 233-234.

⁴⁶ Relatório de fr. Venâncio de Ferrara à Cúria Geral a 24 de julho de 1901. Cit. In. Idem, Ibidem.

⁴⁷ Silva, Elizete da, op. cit. p. 225.

⁴⁸ Pastoral Coletiva do Episcopado do Brasil, 1900, pp. 66-67 In. Rodrigues, Ana Maria Moog, Brasília, Universidade de Brasília, 1981, pp. 66-7.

Na concepção propagada pela Igreja, o distanciamento dos princípios da religião decretado pelo novo regime no Brasil faria com que cada indivíduo, assim como, todo o povo brasileiro estivesse em situação de agravo contra Deus. Para reverter esta situação, era necessário que fossem promovidas conversões individuais, e mais do que isso, para impedir todas as calamidades que se dariam como castigos divinos contra a nação brasileira seria preciso que os católicos – religiosos e leigos - auxiliassem o Estado promovendo a penitência pública. Defendia-se a realização das missões entre o povo como grande instrumento para a mudança de vida. E naquelas regiões onde faltavam missionários, que se fizessem missionários os próprios vigários e párocos, garantindo assim uma pregação de forma simples sobre a doutrina e os sacramentos nas freguesias sob seu controle⁴⁹.

Para coordenar o trabalho apostólico e administrativo da Ordem capuchinha como superior do hospício da Piedade, chegara à Bahia, alguns meses antes da proclamação da República, o Fr. Venâncio de Ferrara⁵⁰. A prefeitura de Fr. Venâncio foi marcada pelo início da autonomia na ação missionária e pela colaboração com o arcebispado da Bahia no processo de reforma católica. Nas primeiras décadas republicanas, estando D. Jerônimo Thomé da Silva à frente do arcebispado, os capuchinhos receberam a autorização do mesmo para administrar os sacramentos a todos os fiéis inscritos em toda a arquidiocese. A atitude da arquidiocese, ao incentivar a atividade missionária dos frades, estava relacionada à necessidade da Igreja em reunir em torno de suas práticas os fiéis e católicos afastados, para que, na quebra de braço com o Estado, a sua condição como controladora da população forçasse o governo à dependência do poder que a religião exercia sobre a maioria dos brasileiros. Assim, foi delegado aos missionários plenos poderes para dispensas matrimoniais⁵¹; para absolver todos aqueles que desejassem confessar, inclusive os maçons, adversários liberais da Igreja; para pregar em todas as igrejas e capelas. E naquelas cidades onde não houvesse o edifício sagrado, os capuchinhos foram autorizados a improvisar altares portáteis; podiam ainda convocar sacerdotes da arquidiocese para que também recebessem confissões onde se fizessem necessários mais servidores para a messe. E também a eles foi

⁴⁹ Pastoral Coletiva do Episcopado do Brasil, 1900, op. cit. pp. 66-67

⁵⁰ Livro dos missionários capuchinhos 1^o na Bahia – 1682 – 1892. p. 62. ACNSP

⁵¹ Aos capuchinhos foram atribuídas as dispensas matrimoniais nas seguintes condições: “de poder dispensar de impedimento de afinidade ilícita em 1 e 2 gráo, da linha lateral e também na 1 da linha recta quando houver certeza, que um conjuge, não é prole do outro...De poder dispensar nos impedimentos que seja licito ou illicito e também no de afinidade licita em 2, 3 e 4 grãos da linha lateral, embora o 3 e 4 grãos sejam mixtos; isto é, com attingencia, bem como, no 2 grãos de afinidade licita attingente ao 1 lateral. Quando o impedimento for de afinidade licita em 1 gráo lateral, ou de consaguinidade em 2 gráo, com attingencia ao 1: os RR. Missionários, usarão das facultades directamente a elles, concedidas pelo Internunciatura.” Cf. *Elenco das facultades que o Arcebispo da Bahia costumava conceder aos missionários capuchinhos. 10 de julho de 1899*, Regni, Pietro. Vol.3, op. cit. pp. 333-338, reproduz o *Elenco*.

permitida a administração dos sacramentos a todos os fiéis, mesmo aqueles que, por algum motivo, tivessem deixado de participar dos dias de missão⁵².

Vejam como transcorriam os dias de missão dos capuchinhos pelas cidades do interior baiano. Existia uma certa rotina no desenvolvimento das atividades apostólicas missionárias. Em cada cidade visitada, os frades seguiam um programa de atividades religiosas e juntos promoviam dias de arrependimentos, lágrimas e esperança de vida eterna. Logo após chegarem à cidade de destino, sendo recepcionados pela população local, os capuchinhos iniciavam suas pregações e, depois, a Exposição do Santíssimo, a bênção eucarística e os benditos⁵³.

A utilização dos benditos para a pregação entre os incultos surgiu entre frades de origem camponesa e artesã na Europa. Defendendo os mais pobres da opressão dos poderosos, estes frades tornaram-se queridos nas comunidades rurais que aceitavam facilmente seu coloquialismo na oratória, num estilo que variava entre as rimas, gritos, gesticulações e os cantos populares⁵⁴. Natalie Z. Davis também analisou como o uso de provérbios possibilitava a comunicação com os camponeses na linguagem habitual do lugar, para instruí-los sobre as verdades da fé de acordo com a realidade local. Contendo certo drama na fala cadenciada, esta linguagem popular facilitava a comunicação de mensagens embutidas. Na Europa do século XII, os sermões dedicados a diferentes grupos sociais eram compostos de provérbios para ajudar os fiéis na compreensão dos ensinamentos religiosos. A Igreja já utilizava esta técnica de discurso conhecido e familiar para convencer os fiéis a crerem no que estava sendo ditado⁵⁵.

Os benditos tinham uma função importante numa terra onde a maioria não sabia ler. As preces em versos combinados para facilitar a memorização faziam com que os fiéis se reconhecessem como grandes pecadores, causadores do sofrimento a Cristo, comparados a Judas Iscariotes e culpados por todos os sofrimentos aos quais foi submetido o Filho de Deus:

Eis-me a vossos pés
Grande pecador,
Meus enormes crimes,
Perdoai, Senhor.

Já os meus pecados
Lamento com dor;
Estou compungido,

⁵² *Elenco das faculdades que o arcebispado costumava conceder aos missionários capuchinhos em 10 de julho de 1899*. Regni, Pietro. Vol. 3, op. cit., pp. 333-38.

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 252.

⁵⁴ Burke, Peter, *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 96.

⁵⁵ Davis, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e oficinas da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp.188-217.

Perdoai, Senhor.

De quanto sofrestes
Fui eu causador;
Por estes tormentos,
Perdoai, Senhor.

Sou mais delinquente
Que Judas, traidor
Mas a vós recorro
Perdoai Senhor⁵⁶.

A utilização dos benditos facilitava para que aquelas pessoas do sertão tivessem em mente o entendimento de sua condição de pecadores, praticantes de atos de agravo a Deus, e, portanto, necessitados da reconciliação através dos sacramentos. Os fiéis eram chamados ao momento sublime da salvação. “Onde estás pecador? Onde te escondestes? Que te chama teu Senhor. E tu não lhe respondes?”⁵⁷ A convocação dos pecadores, segundo o anúncio dos capuchinhos, vem do Cristo Crucificado, ele é quem chama para prevenir a todos que é limitado o tempo de se buscar a salvação.

Que será de mim, meu Deus
Que será de mim, sem Vós?
Não poderei do pecado
Desatar os duros nós.

Não permitais, bom Jesus,
Que eu de vós seja apartado
Pois sem Vós todo o mortal
Vive e morre desgraçado.⁵⁸

No segundo dia de missão, normalmente, os trabalhos eram reiniciados a partir das 4 horas da madrugada, com celebrações de missas, seguidas por explicações sobre a necessidade do sacramento da penitência. Enquanto as mulheres se confessavam, os homens eram convocados para os trabalhos comunitários, geralmente a construção de obras para beneficiar a comunidade local e amenizar o sofrimento causado pelas secas. Eram edificadas obras de grande utilidade para o povo, como açudes, imprescindíveis numa terra onde a água era um bem tão precioso, e onde se fazia indispensável o aproveitamento das águas das chuvas; cemitérios, que favoreciam o povo, onde a morte era constante em meio a tanta miséria e necessidades; e igrejas, que ao povo sofredor das secas, serviriam como conforto os

⁵⁶ Regni, Pietro, Vol.3, op. cit., p. 365.

⁵⁷ Idem, Ibidem, p. 366.

⁵⁸ Idem, Ibidem

bens espirituais⁵⁹. As obras sociais desenvolvidas pelos capuchinhos faziam parte do empenho da Igreja em mostrar ao Estado e à sociedade civil que sua atuação, através das atividades de assistência social dada pelas ordens, poderia ir além do âmbito religioso.

As missões tinham um caráter fortemente penitencial. A performance dos frades nas procissões era como modelo para o povo, que ficava impressionado com a inclinação dos capuchinhos à autoflagelação, clamando por misericórdia. Estas procissões levavam uma multidão de fiéis contritos ao cemitério da cidade. Nelas, além do cilício, outros objetos penitenciais podiam ser usados pelos fiéis, como pedras pesadas, madeiras volumosas e grandes cruces.⁶⁰ Os capuchinhos, açoitando-se, contagiavam penitentes entre o povo. Para fomentar o arrependimento e a conversão, os religiosos capuchinhos promoviam ainda a queima de objetos que pudessem provocar alguma vaidade nas pessoas.⁶¹

As práticas de autoflagelação ensinada pelos missionários aos sertanejos fazem parte da tradição franciscana e capuchinha como meio de mortificar os sentidos, buscando o crescimento espiritual e o desligamento das coisas materiais. Frei Agostinho de Loro Piceno, por exemplo, costumava usar o cilício como penitência. Esses exercícios teriam sido a causa das profundas cicatrizes que o religioso possuía na região do corpo próxima aos rins.⁶²

Mas, por que aplicar este tipo de prática àquelas comunidades já tão castigadas pela vida? É bem provável que o povo, desconhecedor do saber religioso, se sentisse distante do sagrado, e não compreendesse o que significava este tipo de prática, “a ignorância simbólica do leigo decretava a sua dominação”.⁶³ Os fiéis buscavam na religião a forma de compreender a sua realidade, e absorviam a idéia transmitida pelos missionários de que o sofrimento era válido para a purificação espiritual, o que facilitaria aos que sofrem chegar vitoriosos à vida eterna. Assim, acabavam por reconhecer naquela materialização da penitência o caminho que deveriam trilhar para alcançar a salvação. E os frades capuchinhos, por sua vez, utilizavam a forma como eles percebiam a vivência do Cristianismo, tendo nos sacrifícios do corpo o meio de purificação espiritual e interiorização da fé. Muitos destes missionários tiveram uma educação estreitamente religiosa, e não estavam devidamente preparados para entender e lidar com as diferenças culturais que encontraram naquelas comunidades.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 252.

⁶⁰ Bourroul, Estevam Leão. *Frei Caetano de Messina. Estudo Histórico – Religioso*. Tipografia de Jorge Seckler, 1879. p.7-8.

⁶¹ Villa. Marco A. *Canudos – o povo da terra*, São Paulo, Editora Ática, 1995, p. 32.

⁶² Germano de Citeroni, frei. *Memórias do Frei Agostinho de Loro Piceno*, 1984. ACNSP.

⁶³ Velasques Filho, Prócoro ; Mendonça, Antonio Gouvêa. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 238.

Desta pregação penitencial um elemento sacro chamava atenção e atraía a multidão de fiéis, a cruz. Ela representava o convite à conversão e ao recolhimento, simbolizando a principal finalidade missionária. Mello Moraes Filho destacou a impressão que o implante da cruz provocava nos nativos no período anterior: “o tabaréu descobria-se, parando e ajoelhando-se; o escravo benzia-se e implorava misericórdia; as mulheres e as crianças paravam um instante, persignavam-se, e seguiam.”⁶⁴

A cruz posta na entrada do templo, exibida pelo missionário em meio à procissão penitencial, implantada como cruzeiro na despedida do evento espiritual, este era o sinal da dolorosa reconciliação com Deus. No contexto missionário ela não simboliza a esperança que foi causa do sacrifício de Cristo, do sacrifício que já foi cumprido para demonstrar aos homens a possibilidade de vida eterna. Os capuchinhos a enfatizavam, objetivando ensinar aos fiéis o quanto é certo o sofrimento para aqueles que desejassem a conversão.⁶⁵

Dentro da história das missões o implante dos cruzeiros ganhou, a partir do século XVII, uma destacada importância. Foi a maneira que os missionários encontraram de tornar constante na memória dos fiéis todos os ensinamentos que se seguiram durante os dias de retiro. Era erguida sempre num ponto alto da região, onde todos pudessem contemplá-la mesmo à distância, como sinal de conversão permanente.⁶⁶ Para o sertanejo aquela cruz significava ainda a pertença à religião católica, a lembrança da fé professada, e a devoção a Jesus no calvário. O levante dos cruzeiros era também o meio para que os fiéis percebessem que os sofrimentos que lhes assolavam poderiam ser associados à dor vivida por Cristo, fazendo assim com que Ele pudesse ser conhecido e amado por seu divino sacrifício.

No início do século XVIII, a exaltação da cruz feita pelos missionários popularizou esta devoção entre os mais pobres. Para a construção de cruzeiros erguidos durante as missões, era mobilizada toda uma comunidade de fiéis que se engajava espontaneamente em tal empreitada. Tinham eles a idéia de estar construindo um ponto irradiador de milagres.⁶⁷ Construídos em diferentes tipos, ornamentados com imagens, flores ou lisas, incutidas orações e as indulgências a serem concedidas, tornaram-se lugar de peregrinação, da busca e agradecimento pelas graças concedidas, tendo-se multiplicado por várias cidades da Europa. No entanto, esta dedicação dos fiéis ao implante de cruzeiros era vista pelas autoridades eclesiásticas com pouco entusiasmo e muita preocupação, afinal o fervor que

⁶⁴ Mello Moraes Filho. *Festas e tradições populares do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. pp.139-42.

⁶⁵ Silva, Cândido da Costa e, op. cit. p. 41.

⁶⁶ Châtellier, Louis, op. cit. pp. 129-30.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 135.

depositavam na adoração da cruz poderia desviá-los da intenção maior da Igreja que era a de fomentar o amor por Deus sobre todas as coisas. A empolgação cristã com os poderes da Santa Cruz já estava indo além do respeito que era recomendado aos fiéis aos símbolos da fé católica.⁶⁸

A cruz foi transformada, pela pedagogia missionária, no emblema legitimador do sofrimento do sertanejo, “o núcleo da pregação missionária só fez reforçar a consciência que a existência plasmou.”⁶⁹ A dureza da vida fez o sertanejo ter a sensibilidade de entender as suas dificuldades, a dor, há muito tempo, era digerida como normal, comum aos que vivem em regiões inóspitas. Ela está presente à beira dos caminhos, como sinal de que alguém foi sacrificado em meio aos ódios, ciúmes, pela disputa da terra mal distribuída, pela briga pelo ouro da região, a água. Mas, tornou-se a cruz também motivo de esperança. Aos seus pés são pedidas as graças ao divino, e manifestado o agradecimento pelas preces atendidas.⁷⁰

O forte apelo à prática penitencial promovida pelos missionários já havia sofrido as críticas em períodos anteriores na Europa por aqueles que clamavam por uma forma mais consciente de religião que pudesse levar os fiéis a uma verdadeira conversão e vivência real da fé cristã. Teve aqui também seus opositores, que acusavam os capuchinhos de provocarem um fervor passageiro ou fenômeno de fanatismo popular. Regni lembra as críticas feitas por Euclides da Cunha que ressaltara a suposta incapacidade, verbosidade retórica, pouco conhecimento da língua e exagerado rigorismo moral dos capuchinhos, contribuindo para os “desatinos do povo do sertão” e para o aumento de práticas de fanatismo religioso.⁷¹

Euclides da Cunha, ao comentar a presença dos frades capuchinhos no sertão da Bahia, deixou evidente a sua repugnância à atuação dos mesmos. Para ele, o trabalho missionário na era moderna tratou de apagar o que de bom os primeiros capuchinhos, como o Fr. Apolônio de Todi, tinham desenvolvido na região. E concluiu que as missões como eram realizadas nas primeiras décadas da república, só serviam para confundir o estado emocional do sertanejo. Usando de rispidez nas pregações não ajudavam a consolar aqueles tão prejudicados pela ação da natureza. Suas palavras só serviam para condená-los, pois não se falava nas bem-aventuranças do céu, pelo contrário, descreviam o inferno e seus pormenores assustadores.

[...] O missionário moderno é um agente prejudicialíssimo no agravar todos os desequilíbrios do estado emocional dos tabaréus. Sem a altitude dos que o

⁶⁸ Idem, Ibidem, pp. 135-38.

⁶⁹ Silva. Cândido da Costa e., op. cit. p. 62.

⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 60.

⁷¹ Regni, Pietro, Vol. 3, op. cit. p. 220.

antecederam, a sua ação é negativa: destrói, apaga e perverte o que incutiram de bom naqueles espíritos ingênuos os ensinamentos dos primeiros evangelizadores, dos quais não tem o talento e não tem a arte surpreendente da transfiguração das almas. Segue vulgarmente processo inverso do daqueles: não aconselha e consola, aterra e amaldiçoa; não ora, esbraveja[...]⁷²

No entanto, notamos que no período anterior a evangelização para a gente simples do interior baiano já era direcionada para reforçar entre fiéis a necessidade e urgência da prática sacramental, independentemente do conhecimento do que aquele ato representava. A visão dos missionários sobre aquelas comunidades incidia principalmente na sua suposta ignorância definitiva, que os impedia de entender a doutrina cristã. Como bem destacou Cândido Costa e Silva: “A catequese ou educação para a fé, entendida como memorização das verdades a crer e dos preceitos a cumprir, veiculou-se num código indecifrável de conceitos abstratos, sem levar em conta o lugar existencial do destinatário. O importante era submetê-lo a obediência da fé segundo o discurso religioso dos dominadores”.⁷³

No sertão, em caso de necessidade dos serviços espirituais, procurava-se o eclesiástico mais próximo. Não existia uma comunidade formada em que os presbíteros tomavam conta de determinado número de fiéis sob seu controle religioso. A população vivia nas roças, distante de uma vida religiosa com assistência contínua do clero.⁷⁴ A única preocupação da Igreja é que participassem dos sacramentos, para isto, muito espaçadamente algum religioso se mostrava interessado em atender a esta necessidade primeira de todo católico, principalmente no período quaresmal.⁷⁵

As missões eram para o episcopado brasileiro o meio mais eficaz para atingir as comunidades nos locais mais distantes do Brasil. Os bispos sabiam da deficiência do nosso clero, e reconheciam as dificuldades para uma ação ideal que garantisse a evangelização de forma duradoura⁷⁶. No entanto, ainda não existiam os meios necessários para isto, principalmente pela falta de um clero preparado e disposto a permanecer em regiões distantes e esquecidas pelo poder público. Por isso as missões volantes eram utilizadas como meio de fazer com que os fiéis, pelo menos, não esquecessem, em definitivo, a sua fé original, deixando-se converter a outras doutrinas.⁷⁷

⁷² Cunha, E. da, Os sertões, Rio de Janeiro, 35ª ed., 1981, p. 100.

⁷³ Silva, Cândido da Costa e, op. cit. p.15.

⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 19.

⁷⁵ Idem, Ibidem, p.20.

⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 219.

⁷⁷ Regni, Pietro. Vol. 3, op. cit. p. 219.

A atuação missionária dos capuchinhos pelo sertão da Bahia também revelou que aqueles religiosos contribuíram para se fazer reconhecer a função da Igreja enquanto instituição que auxiliaria o governo republicano a inculcar na população os princípios de autoridade e ordem, mesmo que, para isto, tivessem que se mostrar indiferentes aos valores que foram fomentados pela própria Igreja durante o processo de evangelização.

Canudos: resultado da ação missionária no sertão

Ao nos referirmos a *Canudos* como ambiente histórico dentro do nosso estudo sobre a atuação missionária capuchinha, não significa que pretendamos estabelecer aqui uma discussão sobre qual teria sido a essência da revolta popular em questão: teria sido um episódio de características políticas, ou se foi um movimento religioso. Afinal, vários estudos relevantes seguiram por esta linha de pesquisa. E talvez seja esta tese a maior impulsionadora do interesse de diversos autores sobre o assunto. No entanto, indubitavelmente esta questão permeia a nossa abordagem, já que implicações políticas e religiosas ali se manifestaram e tiveram relação direta com os anseios reformistas da Igreja Católica, com a colaboração, neste episódio, de representantes da Ordem dos frades capuchinhos.

Observamos no discurso dedicado às missões que a apologética penitencial dos capuchinhos, marcada pela demonstração da fugacidade das coisas deste mundo e pela exaltação da vida eterna, esteve em ressonância com a visão conformista presente no contexto sertanejo. As populações do sertão, excluídas do programa de desenvolvimento social do país, se mantiveram, ao longo dos anos, em estado de ingenuidade e aceitação espontânea das condições de vida, da forma como esta se apresentava, como se assim fosse a vontade de Deus e o meio mais seguro para alcançar o perdão dos pecados cometidos, mesmo que esses fossem pequeninos em meio a uma vida de muita carência material e espiritual.

Em suas pregações, os frades italianos versavam sobre temas como a urgência da conversão e a proximidade do juízo final, contribuindo deste modo para a fixação de uma visão apocalíptica entre os sertanejos. Vimos que o método penitencial empregado para incitar os fiéis ao arrependimento das culpas, fomentava uma visão popular da religião. Mas, foram os missionários também indicados pela Igreja para enfrentar o aparecimento de beatos e fanáticos, pessoas do povo ou do clero local que, influenciadas pelo discurso dos pregadores estrangeiros, divulgavam a idéia de uma felicidade plena vinda somente na vida futura, reforçando entre os roceiros que as privações a que eram submetidos constantemente seriam

recompensadas com o gozo da vida eterna. Desta forma, podemos dizer que a identificação da visão popular do sertanejo com o discurso missionário, de certa forma, veio a favorecer o aparecimento e a popularização, na região das secas, da figura do beato, leigo, que, pelo conhecimento teológico adquirido, inclusive, pela convivência com os missionários, se dispôs a sair em pregação pelo sertão. No entanto, seus ensinamentos fugiam em alguns pontos da ortodoxia da Igreja, principalmente no que tange à importância do clero como único encarregado para tratar dos assuntos referentes à salvação espiritual dos fiéis. A sua proliferação pelo sertão do Nordeste se deu ainda no período colonial, quando, pela escassez de religiosos para suprir a carência espiritual de toda a região, os leigos foram também convocados a se engajarem na propagação do cristianismo, sendo-lhes outorgado, inclusive, o exercício sacramental em certas ocasiões.⁷⁸

Em 1882, o então arcebispo da Bahia, D. Luiz Antonio dos Santos, em circular ao clero sertanejo, chamava a atenção sobre o poder que o beato Antônio Conselheiro estava acumulando, retirando dos sacerdotes da Igreja a autoridade para doutrinar aquela gente do sertão. Esta preocupação de D. Luiz era real, pois a identificação das multidões sertanejas com a forma de catequizar de Antônio Conselheiro tinha melhor resposta do que as pregações dos legítimos representantes da Igreja. Após o término das missões capuchinhas a vida do sertanejo que tinha sido modificada em sua rotina para acompanhar as atividades dos frades, retornava ao seu cotidiano.⁷⁹ Os transtornos decorrentes da realização das missões capuchinhas não ocorriam em Belo Monte. Notou-se entre os canudenses uma relação de reciprocidade contínua, afinal, o líder do grupo de religioso, era parte integrante do povo e compreendia sensivelmente as necessidades de sua gente e a maneira exata de atingir as mentes e corações dos fiéis, promovendo assim a pretendida reação às imposições do Estado e a conversão cristã em massa.⁸⁰

Sobre a permanência dos ensinamentos missionários entre as comunidades do sertão, Fr. Agostinho de Loro Piceno tratava em seus sermões de reconhecer ser grande a satisfação dos missionários em assistir a grande massa de fiéis arrependidos de seus pecados se aproximarem para o tribunal da penitência, demonstrando que os objetivos das missões foram atingidos, porém compreendia que muitos não o tinham feito de forma plena. O capuchinho não estava atento à falta de políticas públicas promovidas pelo Estado, capazes de transformar

⁷⁸ Benício, Manoel. *O rei dos jagunços*: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro, 1899.p. 61.

⁷⁹ Cit. in. Villa, Marco Antonio, op. cit. p. 25.

⁸⁰ Idem, Ibidem, p. 32.

a realidade do sertanejo, e atribuía à insuficiência dos exercícios espirituais aplicados àquelas comunidades o insucesso para assegurar conversões prolongadas. Para ele, muitos não seguiriam as verdades da doutrina por toda a vida porque participavam das missões sem estar realmente dispostos a se converter, abandonando os vícios, os roubos, e extinguindo as desavenças, como se estes problemas de ordem social fossem resultantes da carência da prática religiosa constante. Segundo o capuchinho, a falta de continuidade das pregações, os intervalos prolongados seriam fatores determinantes para que os costumes não fossem definitivamente reformados, que todos pudessem se dedicar intensamente aos dias de retiro e que as confissões fossem feitas com grandes motivações.⁸¹

Ao referir-se à disposição do povo do sertão para aceitar as pregações de Antônio Conselheiro, Marco Antonio Villa ressalta que um dos motivos que teria levado o povo do sertão à preferência pelos ensinamentos do beato estaria relacionado à compatibilidade das missões com a vida no sertão. Suas orientações espirituais não traziam mudanças significativas no cotidiano sertanejo. “O beato é uma das manifestações da religiosidade sertaneja. Com seu exemplo de vida radicaliza a vivência da fé”.⁸² Além disso, trouxe em seus discursos o esclarecimento das necessidades espirituais, sem deixar de tratar das questões sociais e políticas que envolviam o novo governo e a forma deste de relacionar-se com a Igreja.

Antônio Conselheiro talvez possa ser considerado o exemplo maior entre os beatos que surgiram no sertão nordestino, mas entre estes houve ainda a participação de ministros da Igreja à frente de movimentos populares que eclodiram como uma repulsa à doutrina da Igreja. Além da convocação feita pelo arcebispo para extinguir a revolta de Belo Monte, os capuchinhos foram chamados também a impedir que um vigário anunciador do fim do mundo continuasse a instruir o povo da freguesia de Fr. Paulo, próximo a Itabaiana, que não era mais preciso fazer confissões ou participar de missas. Fr. Venâncio de Ferrara, na época, provincial da ordem na Bahia, foi pessoalmente até àquela região com o intuito de acabar com a rebeldia dos fiéis que acatavam os ensinamentos do padre. Lá, ele pregou em Carira e Alagadiço, tendo ouvido ao todo a 1.500 confissões, além de celebrar casamentos e batizados, conduzindo os fiéis a retornar à obediência à ortodoxia católica. Os números dos sacramentos nos mostram que muitos moradores daquela localidade se converteram novamente aos rigores dos preceitos católicos. No entanto a maior parte das famílias continuou a viver dentro da doutrina ensinada pelo fanático, tendo se recusado à assistência religiosa do capuchinho. O

⁸¹ Agostinho de Loro Piceno, frei. Sermão, manuscrito avulso, ACNSP.

⁸² Villa, Marco, op. cit. p. 32.

vigário que era visto pelas autoridades como um “*alienado mental*”, mais tarde foi conduzido a um manicômio.⁸³

O surgimento do Arraial de Canudos se deu no momento em que a Igreja pretendia legitimar o seu poder de influência sobre a grande massa de fiéis, demonstrando ao Estado que a grande maioria da população era composta de católicos obedientes às autoridades eclesiais. Na visão do episcopado nacional, as mudanças que se estabeleceram na sociedade brasileira com a secularização das instituições não poderiam se estender à religião. Sobre isto, deveria prevalecer a vontade da maioria dos brasileiros, que esperavam que ela fosse respeitada, protegida e sustentada pelos poderes públicos.⁸⁴ Para reforçar essas reivindicações, a Igreja convocava o clero e os fiéis a se empenharem por melhorar as condições da pátria, promovendo dias dedicados à piedade em que se buscavam corrigir os erros e reformar os costumes, numa mobilização ampla com vistas a vivificar o respeito às autoridades religiosas e civis, para demonstrar que tal era a função social da religião e por isso se justificava a sua intenção de manter-se unida ao poder político.

Após separar-se do Estado, a Igreja começou a dar sinais evidentes de que pretendia recuperar o seu prestígio junto ao governo. Desta forma, podemos ver na expedição missionária capuchinha a Canudos dois motivos importantes para a Igreja: 1) Combater este intenso foco de religiosidade popular que estava distante das intenções da Igreja de enfatizar a estrutura hierárquica católica e de clericalizar o catolicismo, sufocando a ação independente de leigos na direção da doutrinação e da prática da fé católica; e 2) Neste momento de tentativas de reaproximação com o poder secular, no qual ela pretende mostrar a sua contribuição ao Estado para a manutenção da ordem social e respeito às autoridades constituídas, *Canudos* se apresenta como uma importante oportunidade para a Igreja ali se manifestar contra qualquer tentativa de reação contrária ao poder político em vigência no país, mesmo que fosse entre fiéis católicos. “A Igreja em reforma não está em condições de acolher a centenária tradição de uma Igreja sertaneja leiga com os seus beatos, ermitões e conselheiros. Em luta com as outras elites nacionais e preocupada com a sua influência e o seu acesso ao poder, ela se afasta do “povo pequeno”.”⁸⁵

D. Jerônimo Thomé da Silva atribuiu aos capuchinhos a incumbência de se dirigirem até Canudos para levar a ordem do arcebispado baiano de se pôr fim à comunidade liderada

⁸³ Livro de Registros das Missões, 1890-1933, p. 117. ACNSP

⁸⁴ Cf. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890, [on line] Disponível na Internet via: <http://revista.permanencia.org.br/politica/episcopado.htm>. Salvador, 2005

⁸⁵ Otten, Alexandre, op. cit.p. 327.

por Antônio Conselheiro. Foram então indicados pelo provincial da ordem na Bahia, Fr. Gabriel de Cagli, os missionários Fr. Caetano de San Léo e Fr. João Evangelista de Monte Marciano. Este era conhecido pelo povo das cidades do nordeste como um homem de atitudes severas. Segundo Regni, os fiéis das cidades do interior costumavam agitar-se com a chegada de Frei João, pois era sabido das comunidades rurais que tudo deveria estar preparado para que ele iniciasse a missão com muita ordem. Era famoso por conseguir a conversão daqueles mais resistentes. Tinha um temperamento impulsivo, um tanto quanto intransigente, mas um orador querido pelos fiéis, zeloso da observância, dirigia-se firmemente em seus discursos aos ricos e pobres, o que lhe rendeu muitas promessas de vingança.⁸⁶

Os missionários capuchinhos tiveram em Belo Monte o compromisso de estender àquela comunidade de fiéis católicos a mentalidade que estava se consolidando na capital, na qual se buscava a unidade entre os fiéis para que a Igreja se tornasse mais forte diante do Estado laico. A Igreja precisava mostrar ao governo republicano que compartilhava dos ideais de progresso e ordem, por isso não era interessante ter a sua imagem associada aos inimigos monarquistas. Porém, a mensagem de Antônio Conselheiro revelou que a integração católica pretendida pela Igreja não era uma realidade. Havia um grupo de fiéis, que numa visão saudosista da Cristandade, união entre o Estado e Igreja, não reconhecia o poder republicano como legítimo, pelo contrário, protestava a favor da monarquia e defendia a sacralidade da sociedade brasileira, confiantes que o próprio Deus se encarregaria de derrubar a república, restabelecendo o posto de oficialidade da Igreja no poder.

A Igreja que, naquele momento, insistia em denunciar que as calamidades que atingiam a nação eram conseqüência do afastamento dos princípios da religião, não poderia aceitar que fiéis católicos assumissem uma posição de hostilidade com relação ao Estado, nem poderia ser conivente com nenhum ato de subversão. Na medida em que pregava que todo o poder emana de Deus, para a Igreja nada a impedia a possibilidade de conciliar os seus princípios com as leis do novo regime político do Brasil. Se os republicanos chegaram ao poder foi porque Deus assim o quis. Quem estivesse à frente do governo teria este poder em nome de Deus, sendo a autoridade divina ali representada. Desta forma, a atitude dos missionários foi a de tentar convencer o beato argumentando: “se é catholico, deve considerar que a egreja condenna as revoltas, e aceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os povos, em nome de Deus”.⁸⁷

⁸⁶ Regni, Pietro. Vol.3, op. cit. p. 77-82.

⁸⁷ Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro, Bahia, 1895, p. 4.

Embora encarasse a separação da religião como ateísmo do Estado, a Igreja ainda tinha expectativa de retomar o *status* que antes possuía junto ao poder político, mantendo-se como a instituição responsável pela organização social do país. No relato sobre a missão a Canudos, frei João lembrou que um dos momentos de maior tensão durante as pregações foi no quarto dia em que esteve a pregar entre os seguidores do Antônio Conselheiro. Naquele dia sua prédica tratou sobre a obediência. Tentava exercer o seu talento de orador para persuadir os canudenses de que mesmo tendo a Igreja divergências com o governo republicano, a sua função era a de ensinar a todos os fiéis a devida obediência às decisões do Estado. Inclusive, relatando que o próprio Papa Leão XIII havia se manifestado quanto à relação do povo brasileiro e o governo da nação, e aconselhado de que era preciso que houvesse um entendimento entre o poder religioso e político, pois, se a maioria aceitava o novo regime político, não seria o interesse de um grupo de rebelados que subjugaria o interesse de toda a população, causando desordens na sociedade.

Vemos que a influência do método missionário que vinha sendo mantido entre as comunidades sertanejas formou um empecilho para que a Igreja pudesse levar até o sertão o movimento de reforma com o qual pretendia evidenciar ao Estado e à sociedade seu controle sobre a massa de fiéis. Como poderiam dar demonstração de controle social se os seguidores de Antônio Conselheiro sequer respeitavam a ortodoxia da religião, abalando, inclusive, a autoridade eclesiástica ao não reconhecer a hierarquia católica. Observamos em Canudos que a presença do beato acabou por superar a insuficiência do clero. Disto resultou uma negligência quanto às instruções sobre a necessidade da prática dos sacramentos como via de acesso à salvação espiritual. O líder de Belo Monte, apesar de ensinar aos seus seguidores a crença nas obras meritórias para o perdão das dívidas, entendia que a propensão do homem para o pecado era tão forte, que somente pelo amor despendido por Deus a todos os homens dar-se-ia a salvação como consequência do sacrifício de Jesus Cristo.⁸⁸ Para os missionários, ele desfez a autoridade dos sacerdotes relaxando na atenção aos dogmas, “não dá jamais o exemplo de aproximar-se dos sacramentos, fazendo crêr com isto que não carece delles, nem do ministério dos padres”.⁸⁹ Portanto, a prática sacramental tão enfatizada pela Igreja e pelos capuchinhos ganhou em *Canudos* uma importância secundária. Lembremos que a ênfase sobre os sacramentos era para a Igreja em reforma a maneira de elevar a importância do clero, atribuindo-lhe o controle de toda a prática da religião e coordenação das funções sociais da

⁸⁸ Otten, Alexandre, op. cit. p. 219.

⁸⁹ Fr. João, relatório, p. 5

Igreja com as quais reforçava para o Estado e a sociedade a necessidade de sua manutenção como a instituição que deveria ditar as normas sociais.

Embora o método aplicado pelos capuchinhos para evangelizar as comunidades rurais tenha-se pautado na linguagem habitual do sertão, a presença de representantes da Ordem na missão a Canudos revelou que alguns dos elementos da prática popular ensinada pelo beato conselheiro extrapolavam os ensinamentos dos missionários, o que ficou evidente quando os capuchinhos explicaram aos canudenses sobre o ato penitencial do jejum. Dizia Fr. João de Monte Marciano que era necessária esta prática pela importância que tinha para a mortificação do corpo e refreamento das paixões, mas, que não se deveria exagerar a ponto de perder as forças, fazendo o jejum de forma rigorosa, assim como era já de costume na região. Tentando apontar que muito embora o beato achasse que poderia superar a ausência dos ministros da Igreja, seus ensinamentos estavam distantes de cumprir a tarefa missionária como faria um verdadeiro sacerdote conhecedor da ortodoxia. A Igreja, dizia o Fr. João, mandava que, “para facilitar dispensava em muitos dias de jejum a abstinência, e nunca proibiu o uso dos líquidos em moderada quantidade.”⁹⁰ A prática do jejum foi difundida no sertão por Jesuítas e franciscanos no século XVI, só que a forma de flagelar-se ininterruptamente era perfeitamente adaptável em uma terra onde a comida era escassa e acreditava-se que o sofrimento vindo através da seca era um castigo oriundo da não aceitação do destino determinado por Deus.⁹¹

Apesar de Antônio Conselheiro ser acusado de incitar a população de Canudos a desobedecer a hierarquia da Igreja, os capuchinhos, que lá estiveram reconheceram que o beato não tinha intenção de administrar os sinais sagrados da religião, porém verificaram que infligia a ortodoxia da Igreja ao promover práticas às quais chamaram de superstição e idolatria. Tratava-se do *beijo das imagens*: neste ato religioso, os fiéis faziam a reverência com o beijo, sem distinção entre as representações do Divino Crucificado, da Santíssima Virgem e de outros santos. “... as ceremonias do culto a que preside, e que se repetem mais amiúde entre os seus, são mescladas de signaes de superstição e idolatria, como é, por exemplo, o chamado Beijo das imagens, a que procedem com profundas prostações e culto igual a todas, sem distinção entre as do Divino Crucificado e da Santíssima Virgem e quaesquer outras”.⁹² É bom ressaltar que em seu processo de reforma a intenção da Igreja era

⁹⁰ Fr. João, Relatório, p. 6.

⁹¹ Levine, Robert M. *O Sertão prometido: O massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro*, 1893, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p.164.

⁹² Fr. João, Relatório, p. 5

a de aplicar as concepções tridentinas. No Concílio de Trento foi confirmada uma determinação já presente na doutrina católica, a de que seria permitido o uso de imagens nos templos para a veneração dos fiéis, porém com as devidas restrições que foram impostas justamente a fim de que não houvesse a ocorrência de abusos. O uso de imagens deveria ser simplesmente para instruir os fiéis sobre os mistérios que levam a salvação espiritual. “A veneração se refere aos protótipos que elas representam, de sorte que nas imagens adoremos a Cristo e veneremos os santos”.⁹³ Portanto, pinturas, quadros e outras figuras poderiam ser colocadas nos templos para que através destas a piedade fosse cada vez mais incentivada. “Rendam, assim, por eles graças a Deus, regulem a sua vida e costumes à imitação deles e se afervorem em adorar e amar a Deus fomentando a piedade.”⁹⁴ No entanto ficou decidido no Concílio que os fiéis não deveriam ver nestas representações a personificação de divindades, ou que a elas se fizessem qualquer pedido ou depositado confiança, seriam apenas representações. Desta forma a Igreja queria deixar claro que não fazia parte dos dogmas católicos a idolatria, como os protestantes queriam fazer pensar.

Quando se trata de utilização de imagens no contexto popular, a ortodoxia da Igreja está distanciada da visão dos populares pobres, a questão hierárquica dos santos não é ali reconhecida. Os sertanejos têm maior intimidade com os santos de proteção, as preces com os seus pedidos de intercessão são dirigidos a eles. Os santos foram pessoas que conquistaram o poder da cura e do milagre por terem vivido de forma virtuosa, e teriam sido recompensados, tornando-se seres com poderes sobrenaturais. Para fazer seus pedidos aos santos intercessores é necessária a contemplação das imagens para que nelas a divindade seja concretizada. Para o homem simples a possibilidade de abstração é difícil, precisa de algo visível, palpável, humano. A relação do fiel para com o santo gira em torno das promessas: quando lhe é pedido um milagre, ao recebê-lo, o fiel fica obrigado a prestar-lhe um ato do culto.⁹⁵

Os católicos do sertão se sentem mais íntimos dos santos protetores, por perceberem Deus distante e inacessível. Mas Deus se torna popular na devoção do Bom Jesus. Esta é a devoção especial das camadas populares pobres e está associada ao sofrimento e à morte. É justamente por essas características que os fiéis do sertão se identificam com o Cristo. Em Canudos, a personificação do Bom Jesus foi atribuída ao próprio Beato, inclusive, milagres lhes foram atribuídos. Mas a devoção é realmente associada ao sofrimento do Filho de Deus e

⁹³ Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563). Contra as inovações doutrinárias dos protestantes. Sessão XXV – A invocação, a veneração e as relíquias dos santos, e as sagradas Imagens. [on line] Disponível na Internet via: <http://www.montfort.org.br/conciliodetrentohtml>. Salvador, 2005

⁹⁴ Concílio Ecumênico de Trento, Cap. XXV, item 985

⁹⁵ Otten, Alexandre, op. cit. pp. 95-98.

cultuada em quatro momentos da paixão de Cristo: a flagelação no pretório de Pilatos, na devoção ao Bom Jesus da Cana Verde; a caminho do calvário, na devoção ao Senhor dos Passos; a crucificação, na devoção ao Senhor do Bonfim; e a morte – Semana Santa que tem seu apogeu na Sexta-Feira Santa. Esta identificação do sofrimento do sertanejo com a paixão de Cristo foi promovida pelos missionários. Como Deus é visto como distante, vingativo contra os pecadores, é através dos santos e de N. Senhora que Deus se torna misericordioso. Então, para o sertanejo, os santos não são apenas modelos de virtude como assim ensina a doutrina católica, os santos são os que realizam o milagre, as graças são devidas a eles.⁹⁶

Catequese missionária – do popular ao oficial

Os capuchinhos em consonância com os anseios da Igreja pós-tridentina, sabiam da importância do seu trabalho missionário para diminuir a ignorância das comunidades sertanejas no que se referia à fé católica. No entanto, um dado comprometia a eficiência do apostolado missionário: a falta de instrução dos sertanejos. Em sua grande maioria eram analfabetos. Por isso, fez-se necessária a elaboração de uma metodologia capaz de cumprir o projeto evangelizador naquele pouco tempo em que transcorreria cada missão. A prática do ensino da doutrina era urgente e deveria surtir efeitos imediatos.⁹⁷

No desempenho de um trabalho, como a pregação, para a conversão em pouco tempo de apostolado, os novíssimos – sermões elaborados para promover a conversão e a prática sacramental de fiéis durante retiros espirituais - eram de grande valia na ação missionária dos capuchinhos pelo sertão da Bahia, visto que a finalidade destas prédicas estava relacionada à necessidade da Igreja em promover a conversão imediata dos ouvintes. Na verdade, o número de conversões era o mais importante para a arquidiocese, afinal, o período das primeiras décadas republicanas foi marcado pela abertura do culto religioso decretado pelo novo regime político. Desta forma, a Igreja Católica, que antes fora a religião oficial do Brasil, naquele momento, passava a disputar fiéis com outras tantas religiões. Para não perder seus adeptos para o Protestantismo ou o Espiritismo que começavam a se expandir também pelo sertão,

⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p.110.

⁹⁷ Veja que nos relatórios das missões constam em números os batizados, comunhões, casamentos, pregações. No relatório de fr. João Evangelista de Monte Marciano sobre a missão em Canudos, ele destaca que mesmo tendo que encerrar a missão antes do tempo previsto devido à maneira como havia sido recebido pelos canudenses, mesmo assim, “*Haviam-se feito já, quando encerrei de choque os trabalhos da missão, 55 casamentos de amancebados, 102 batizados, e mais de 400 confissões.*” Fr. João, Relatório, p.7.

após terem iniciado seu processo de conversão nas cidades litorâneas,⁹⁸ a Igreja pretendia, como medida de prevenção, manter os católicos sobre a consciência de que pertenciam já àquela religião. O meio mais fácil para isto, em um lugar onde os fiéis não participavam com assiduidade das práticas do catolicismo, era instruí-los sobre a brevidade da vida e a necessidade urgente da conversão de forma que cada um pudesse evitar a condenação ao inferno.

Ao analisarmos a oratória capuchinha destinada às santas missões, devemos considerar que a maneira adotada por esses franciscanos não poderá ser enquadrada como de influência de determinada escola de eloquência. A escolha por um método do discurso sagrado não era uma das prerrogativas do seminário no qual estudavam estes missionários. Avaliando a trajetória de alguns dos grandes oradores que atuaram no sertão baiano, encontramos uma ansiedade latente em concluir os estudos, e, numa demonstração vocacional missionária, eles queriam de imediato lançar-se ao desafio de seguir por caminhos outros, evangelizando as populações que habitavam os lugares distantes dos grandes centros. A inspiração para a definição da oratória vinha da tradição franciscana e capuchinha. Foi o próprio fundador da ordem, Francisco de Assis, quem teria estabelecido que os seus seguidores deveriam ir a toda parte e discursar sobre os vícios e as virtudes, a pena e a glória com brevidade de palavras.⁹⁹ Com este objetivo, limitavam-se a fomentar as conversões, mostrando aos fiéis o quanto desagradavam a Deus ao irem contra a doutrina da Igreja, para fazê-los reconhecer as faltas, e esperando que, numa atitude de remorso, os fiéis se enquadrassem na prática dos sacramentos.¹⁰⁰ Vamos encontrar a eloquência utilizada pelos frades ainda no século XVII no ambiente urbano da cidade de Salvador. Vejamos como agia Fr. João de Romano, ao pregar aos fiéis na Igreja dos beneditinos, tentando persuadi-los à conversão numa atitude pautada pela incitação ao medo e ao pavor.¹⁰¹ Estava ele a predicar sobre a morte. Tinha ao pescoço uma corda, na cabeça, uma coroa de espinhos, e nas mãos uma caveira: [...] “apto a comover os ouvintes e induzi-los ao arrependimento, o pregador observou que havia alguém indiferente

⁹⁸ Regni, Pietro. Vol. 3, op. cit. p.233-36.

⁹⁹ Esta também era a determinação do episcopado brasileiro, através da Pastoral coletiva de 1915 que incentivava a realização das missões como forma de instruir o povo sobre as verdades da fé, por isso viam com bons olhos a aplicação dos novíssimos entre as pessoas dos lugares menos assistidos. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 257.

¹⁰⁰ Mesmo deixando-se inspirar pelo fervor pessoal, notamos no discurso capuchinho uma tendência a se enfatizar a retórica, amplas descrições, gestos espalhafatosos, dramaticidade, que são características típicas da oratória do Setecentos e do Oitocentos. Idem, *Ibidem*, pp. 254-55

¹⁰¹ Como os capuchinhos são essencialmente missionários, e o século XVII é o período em que o apostolado na capital estava sendo iniciado, vamos ter então no ambiente urbano uma pregação de características missionárias.

e obstinado. Decidiu-se, então, a recorrer a um gesto ainda mais chocante. Arremessou em meio ao povo a caveira que tinha nas mãos[...]”.¹⁰²

Para instruir o povo sobre as verdades da fé católica, os missionários capuchinhos permaneceram durante as primeiras décadas republicanas a utilizar os novíssimos como os sermões principais durante as missões. Basicamente podemos dizer que esta forma de pregação pautava-se em demonstrar aos fiéis a brevidade da vida terrena, a morte, o juízo final, o inferno e a perseverança. A partir deste roteiro quase que invariável, os pregadores discursavam objetivando levar a grande maioria dos fiéis à prática sacramental. Para se ter uma idéia sobre a forma dessas pregações, tomaremos, como exemplo os sermões do Fr. Inocêncio de Apiro. A apresentação do sermão de fundo utilizado por ele, iniciava-se pelo último fim do homem. Para o capuchinho, este era o negócio mais importante da vida: a busca da salvação através da ação de boas obras. No entanto, é justamente esta a preocupação que menos ocupa a maioria das pessoas, pois são poucos aqueles que verdadeiramente seguem os ensinamentos de Jesus Cristo. A grande ansiedade desta vida é o acúmulo de riquezas, a busca dos prazeres e paixões da vida. E nesta ânsia pelas coisas efêmeras, o homem se esquece de se empenhar pela única coisa que pode lhe beneficiar eternamente, que é a salvação da alma.¹⁰³

Dessa negligência do homem com relação à sua salvação, decorre para o capuchinho um fator importante: muito provavelmente em referência aos protestantes, ele salienta que, talvez, muitos pensem que não precisam se esforçar, para a obtenção desse dom divino, que seria fácil consegui-lo simplesmente pela misericórdia de Deus, que será dispensada a todos os homens. Fr. Inocencio, alertava que isto seria uma mera ilusão. O homem foi posto no mundo para servir a Deus durante a vida, obedecendo as suas determinações, assim como do Estado e do Decálogo. Nesta concepção sobre a existência do homem, nada no mundo material teria real importância, já que as coisas mundanas possuem um valor provisório. Para reforçar esta visão fatalista, a pregação se fazia de modo que os fiéis fossem convencidos de que individualmente, a cada um é permitido a escolha, ou se empenhar pela salvação buscando “o seu lugar no céu ou no inferno com os demônios, sem que ninguém possa jamais aproveitar-se do seu tesouro eterno, ou ir ocupar o seu lugar no abysmo.”¹⁰⁴

Tendo por base as palavras do Evangelho em que está expresso no ensinamento de Jesus sobre a decisão daqueles que o quiserem seguir de negar a si mesmo, de mortificar-se, dispensando os prazeres materiais, tomar a sua cruz com resignação e o seguir, os

¹⁰² Regni, Pietro, Vol. 3, op. cit., pp. 256-57.

¹⁰³ Inocêncio de Apiro, frei. Sermões para as missões. Manuscrito encadernado, ACNSP.

¹⁰⁴ Inocêncio de Apiro, frei, op. cit. 1º serm.: Dilação da conversão a Deus

capuchinhos realçaram o quanto é difícil a busca da salvação e a urgência do homem de se empenhar para alcançá-la. Deus certamente ajudaria àqueles que se empenhassem com este objetivo, porém o sofrimento é indispensável. Mas este sofrimento revela-se como lucrativo na medida em que é provisório, pois, sofre-se por algum tempo na terra, mas, em compensação, “não se sofre eternamente na outra vida e goza-se sem fim das delícias celestes”. Aqueles que não crêem e vivem preocupados com suas fortunas também sofrem. O sofrimento não é exclusivo aos crentes humildes. A diferença que o sofrimento do cristão se torna ameno pelo conhecimento que ele possui de que ali está a fonte para sua consolação. Portanto é preciso sacrificar-se com penitências, com rezas freqüentes, não alimentar os vícios, pelo contrário, deve-se combatê-los, além de socorrer os pobres.¹⁰⁵

O Deus se apresenta para os missionários como aquele que castiga os pecadores, severo na forma de castigar, no entanto a sua bondade, em certo modo, supera a sua severidade. Para apelar para a compreensão de Deus só é possível através do sacramento da penitência, seria o meio mais eficaz para a obtenção dos perdões dos pecados, além de se buscar a mortificação dos sentidos, o que é bastante difícil. Mas, ao mesmo tempo em que pode ser sofrida a busca da salvação através dos sacrifícios, ela também pode se tornar fácil, pois, para alcançá-la, não é preciso ir a lugares distantes, peregrinar em meio ao perigo. A salvação pode ser alcançada em casa, na família, atendendo ao apelo da religião em praticar os deveres religiosos e sociais.¹⁰⁶

Ao exclamar: “Senhor daí-me o vosso espírito para fallar com fructo a este povo, porque o peccador não pode converter outro peccador sem o vosso auxilio”, o missionário intitulava-se como um verdadeiro enviado de Deus, exortando o povo a aproveitar o momento das missões para penitenciar-se, argumentando que quanto mais se adia mais pecados serão acumulados, e mais dificuldades terão para livrar-se das paixões do mundo terreno. Sendo incerto o futuro, deixar para depois talvez seja desperdiçar a última chance de reconciliar-se com Deus, pois o passado não mais existe, e o futuro somente Deus conhece, então, o que cabe ao fiel é aproveitar a hora presente para cuidar do que mais lhe é precioso. Para convencer os fiéis sobre a necessidade de se converter de forma urgente, os capuchinhos se valiam do conto de casos, que se referiam sempre a alguém que viveu sem preocupar-se com a sua salvação e prontamente recebeu a condenação.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Idem, Ibidem

¹⁰⁶ Idem, Ibidem

¹⁰⁷ Idem, Ibidem

Os homens estariam tão presos aos vícios, às amizades desonestas, aos prazeres vergonhosos, que largá-los seria uma verdadeira brutalidade. Então, o negócio é protelar a salvação para mais tarde quando o tempo não lhe será mais disponível. Para aqueles que cometem pecados sem ter a preocupação em desculpar-se diante de Deus, a qualquer momento o próprio Deus, assim como ele mesmo promete, irá acometê-lo com o seu castigo. Fr. Inocêncio de Apiro ressaltava que esta ameaça está manifestada nas Sagradas Escrituras, e que se Deus é a própria verdade como é possível que alguém duvide disso? No entanto, tentava amenizar o seu discurso, dizendo que é claro que esta não é a vontade de Deus, que pela sua infinita misericórdia quer que todos os pecadores sejam salvos. Porém Ele também é justo, e não se conterà para punir aqueles que continuarem obstinados no erro, a ofendê-lo. Desta predicação de Fr. Inocêncio, voltada à urgência em se aproveitar o tempo presente para conversão, conclui-se que da sua capacidade de assustar os fiéis depende o bom andamento da missão, ela terá sido bem sucedida se a maior parte dos ouvintes verdadeiramente se convencerem de que aqueles poderiam ser os últimos dias para se pleitear a salvação das almas, o único período em que Deus iria ouvir o clamor pelos perdões.

[...] Ah! Quantos fizeram como nós esses projectos de mundança de vida, depois que houvessem decorrido mais alguns annos, mas porque a morte não os esperou, hoje estam sendo victimas dos tormentos eternos. Quem vos assegura que tereis de viver ainda muitos annos? Quem vos disse que não haveis de morrer n'esta noite; ou ainda antes de sahir d'este templo? [...] A morte não respeita idade, e nem pessoas, vem quando menos se espera. A sua vinda é muitas vezes tão repentina que não dá tempo, não dá lugar a fazer um acto de contrição[...]¹⁰⁸

Aos fiéis, a quem chamavam sempre de pecadores, os frades alertavam que todos os males do mundo são resultantes do pecado, que é a ação do homem contra Deus. Porém ele como vingador imporá seus castigos que duram toda a eternidade. Ao pecar o homem vira um inimigo para Deus, ele então sai da alma do homem. A sua vingança se dá através de três decretos horríveis e espantosos. Para o céu, manda riscar o nome daquele pecador do livro da vida. Para a terra manda que seja dado conta da vida do desgraçado. E no dia do juízo os ministros que são moradores dos abismos infernais irão abrir as portas para estes inimigos de Deus e escrever os seus nomes no livro da morte.

[...]Oh! Infelicidade! Oh! Desgraça! O demônio autorizado com as ordens do Onnipotente principia logo a exercer sobre o misero peccador o castigo mais absoluto. O demônio obriga o peccador a trabalhar nas obras imundas e canais, pondo-lhe as costas para se perder, um jugo mais pezado de que levaram todos os santos para se santificarem – noites de frio, vigílias, intrigas, e temores, remorsos de consciência [...]¹⁰⁹

¹⁰⁸ Inocêncio de Apiro, op. cit., 2º serm.: Pecado mortal e suas conseqüências.

¹⁰⁹ Idem. Ibidem

Segundo o discurso do capuchinho, os pecadores começam a sofrer ainda nesta vida os castigos de Deus. O pecador, na hora derradeira, sofrerá antecipadamente, conhecendo o que virá a ser a sua vida eternamente após a condenação. Ele sofrerá vendo que deixará este mundo; sofrerá pelas doenças que o penalizam; com as lembranças dos pecados que cometeu; verá que Deus o abandonou naquela hora; e sofrerá ainda pelo medo dos castigos no inferno. E mesmo que ele venha a se arrepender naquele seu último momento, clamando a misericórdia divina, a sua conversão corre o risco de não ser aceita por Deus, pois estará em dúvida se se trata de um arrependimento verdadeiro, ou, se ele se diz arrependido apenas para livrar-se dos castigos que já se iniciam.¹¹⁰

Um outro ponto marcante na pregação dos novíssimos é a descrição de como se dará o dia do juízo final. Pregavam os capuchinhos que diante do tribunal divino, ao pecador serão expostos todos os pecados que cometeu desde o primeiro uso da razão até à hora extrema, como se Deus tivesse registrado todos os maus atos, palavras e pensamentos. Neste momento nada lhe servirá para fugir de suas culpas, nem o mundo, nem o corpo ou o dinheiro.

[...] Dizei-me agora que deverá ser a respeito dos excessos mais enormes! Daquellas desonestidades tão vergonhosas cometidas na mocidade, d'aqueles ódios, malediciencias, calúnias, juramentos falsos, escândalos, peccado de todo o gênero com que se agravou a Deus na idade avançada, e tantas iniquidades cometidas mesmo na extrema velhice? Que espetáculo horrível, meus irmãos, que desgraça horrível para o mísero peccador! [...]¹¹¹

Os missionários capuchinhos buscavam converter as pessoas por meio de uma espécie de pastoral do medo, que insistia mais na exposição dos castigos infernais aos quais serão submetidos os pecadores condenados, do que na descrição do paraíso prometido aos que se salvarão.¹¹²

Ao enfatizarem a real existência do inferno como um perigo que ronda todo pecador obstinado, os pregadores diziam que somente os hereges é que podiam duvidar de tão terrível ameaça, não acreditando na existência deste lugar de castigos e tormentos. Aos católicos cabia a plena certeza de que as suas ações desviadas da lei de Deus significavam deixar registrada a sua ida para tal lugar. Portanto, o missionário não deveria, durante as pregações, perder tempo

¹¹⁰ Idem. Ibidem

¹¹¹ Idem. Ibidem

¹¹² Sobre a pastoral do medo no ocidente cristão ver a obra fundamental de Delumeau, Jean. *O pecado e o medo no Ocidente*, 3º capítulo, Bauru, EDUSC -Editora da Universidade do Sagrado Coração. Ver também, do mesmo autor, *História do medo no Ocidente – 1300-1800*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, em particular pp. 205-209.

tentando comprovar a veracidade deste dogma, já que é sabido que desde o momento em que Deus, num instante de vingança, se afasta do homem, a sua ausência nele já lhe traz toda tormenta que invade o corpo e a alma.¹¹³

Estes novíssimos são, por muitas vezes, considerados como o ponto mais alto do apostolado missionário capuchinho nas missões pelo interior da Bahia, utilizados inclusive em missões por cidades do litoral, mas, com grande acolhimento nas comunidades sertanejas. Sobre esta forma de pregação já ressaltamos que sua aplicação durante as missões se fez necessária devido ao compromisso dos capuchinhos em efetivarem conversões rápidas, ou seja, que se dariam no período em que durassem as pregações em cada local visitado. No entanto, achamos importante mostrar que a pastoral do medo não está presente nos sermões dos mesmos frades missionários nas suas homilias preparadas para as celebrações realizadas na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador. A mudança de contexto presume também uma diferenciação em termos da concepção do projeto salvífico de Deus, pelo menos, na maneira como era transmitida aos fiéis na capital baiana.

As pregações do Fr. Caetano de San Leó, por exemplo, apresentam um Deus misericordioso, disposto a conceder o perdão dos pecadores em nome do seu amor infinito pelos homens. Mesmo que estes não fossem merecedores, tendo praticado blasfêmias e difamações contra Jesus, o homem sempre terá a possibilidade de reabilitar-se com Deus, através do sacramento da Eucaristia. Esta é a grande prova do imenso amor que Deus Pai tem por toda sua criatura, tendo dedicado o seu único filho, Jesus, a quem os fiéis poderão sempre recorrer para aliviarem-se das ofensas cometidas contra a lei de Deus.¹¹⁴ Este se doar de Jesus no mistério eucarístico é contínuo. Ele se entrega a todo o momento, preso nos altares por amor aos homens. Ainda que veja “ tantos christãos infelizes, ao mesmo tempo em que Elle se immola ao seu divino Pae, sobre as alturas, um mistério de amor, Misterim Amorie, mofam, falam, redicularisam, alimentam em seus corações pensamentos e desejos perversos. Ainda assim Deus permanece com seu amor fiel, e recebe em seus braços estes filhos ingratos.” Aqueles que amam de verdade a seu Deus precisam mostrar isto exteriormente, é preciso dar provas evidentes desta reciprocidade de amor da criatura para o criador.¹¹⁵

¹¹³ Inocêncio de Apiro, op. cit., 3^o serm.: Juízo Final

¹¹⁴ Este sermão datado de 1908 foi elaborado para a celebração na Igreja da Piedade em Salvador, pois, como nos atesta o relatório das missões escrito pelo fr. Caetano de Leó, devido às secas, não houve missões durante todo aquele ano.

¹¹⁵ Caetano de San Leó, frei. Sermão, Jesus na Eucharistia é um Misterio infinito de amor – *Mysterium Amorie*, Manuscrito avulso, 01-03-1908. ACNSP

Ao contrário do que encontramos nos novíssimos, existe nos sermões capuchinhos elaborados para o centro urbano uma tendência, à felicidade da contemplação divina nesta vida. O que daria aos crentes a certeza de que a intercessão do Sagrado é potente no alívio dos problemas mundanos, e que Deus já se encontra unido ao homem através da Eucaristia. Esta concepção do projeto salvífico não é explicitada desta maneira nos novíssimos, o que se fala é de uma contemplação futura, e que a vida terrena é cheia de sofrimentos. Em suas pregações urbanas fica evidente que não se anulou a presença de Deus, Ele já se encontra em comunhão com o homem, e atua para amenizar os sofrimentos da vida. A Santa Eucaristia seria a recompensa que Deus prometeu, o que vem para confirmar a Sua promessa e reforçar a esperança de vida eterna. Esta esperança de poder contemplar a face de Deus, de possuí-lo e amá-lo sem que nada seja empecilho para isto. Os homens aqui na terra não precisam invejar os que já vivem esta realidade celestial, pois na vida terrena já é possível, através do sacramento eucarístico ter esta união com Deus, contemplá-lo por meio da fé, possuindo-o e amando-o. Tendo o próprio Cristo convidado aqueles que são oprimidos ou que estão angustiados para confortá-los.¹¹⁶

[...] o que poderíamos invejar os Santos do céu? Eles veem Deus claramente e vendo-o aman-no, e amando-o possuem-no e possuindo-o sentem-se inundados de paz, de júbilo e de felicidade, e nós, na SS. Eucharistia, não podemos gozar do aspecto amavel do nosso Creador, não somente podemos amal-o de todo o coração, de toda alma, e de todo o entendimento, mas também nutrir-nos do seu immaculado corpo, e inebriar-nos do seu preciosissimo [sic] sangue[...]¹¹⁷

Os missionários tinham esta consciência da ação divina na vida presente do homem. Portanto não podemos afirmar que os sermões destinados à conversão dos pecadores - os novíssimos - exprimissem realmente o pensamento dos frades, era apenas um instrumento de persuasão para se fazer cumprir a meta da conversão em massa prevista pelas autoridades eclesiásticas. Assim como a propagação de práticas de piedade que tinham a finalidade de aproximar mais os fiéis de Deus, isto também fez parte da pregação missionária, muito embora, devemos ressaltar que eram incompatíveis com o emprego dos novíssimos.

¹¹⁶ Sabemos que os capuchinhos, além dos novíssimos, fizeram nas missões outros tipos de sermões, mas não encontramos na documentação uma definição exata de que outros sermões seriam estes. Então estamos fazendo esta comparação com base no conhecimento que temos de que nas missões os capuchinhos utilizavam os novíssimos como sermões principais, o que não acontecia na igreja da Piedade, onde constatamos a preocupação de esclarecer a doutrina aos fiéis e o incentivo à difusão de devoções reparadoras, como a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. O emprego do método penitencial concomitantemente ao método catequético dos capuchinhos sugere que a ação missionária da ordem passava por um período de transição em que a espiritualidade vivida pela população culta da capital começava a ser levada também aos fiéis moradores da região do semi-árido embora com distinções no método aplicado.

¹¹⁷ Agostinho de Loro Piceno, frei. Jesus na Eucharistia, sermão, manuscrito avulso

Contudo, não podemos dizer que os capuchinhos divulgavam a existência do Deus misericordioso e atuante na vida humana, na terra, apenas, no centro urbano. Os novíssimos foram realmente os sermões principais durante as missões. Porém, outras atividades foram desenvolvidas pelos capuchinhos como, encontros com categorias, lições de catecismo e práticas piedosas durante o dia.¹¹⁸ Mesmo que tenham feito de maneira diferente, a afirmação do amor de Deus pelos homens se apresenta no apostolado capuchinho em práticas devocionais. A exposição do Santíssimo, sem dúvida, aproximava os fiéis do Cristo, que, se fazendo presente na Eucaristia, convidava os fiéis a revezarem-se na adoração, de forma que o Senhor nunca estivesse sozinho. Nesta prática muito divulgada pelos capuchinhos os fiéis também oravam, cantavam, e no final recebiam a benção eucarística.¹¹⁹

Pietro Regni quis chamar a atenção para a impossibilidade de uma análise sobre a atuação missionária dos capuchinhos, pautando-se exclusivamente nos novíssimos, pois, mesmo sendo o ponto alto da forma de espiritualidade apresentada pelos frades menores, não significa que tenha sido a única. Observamos a existência de um dualismo presente no apostolado capuchinho pela região interior da Bahia. Entendemos que, embora tenha prevalecido naquele período a ênfase na prática da conversão por vias penitenciais, houve uma tendência à mescla da missão penitencial com a missão catequética.¹²⁰

Em outras atividades missionárias, os capuchinhos se empenharam por mostrar aos fiéis o quanto era necessário o aprendizado sobre a simbologia da prática católica, do comportamento do cristão no ambiente religioso e na vida em sociedade e, principalmente, uma explicação detalhada e racional sobre a necessidade da prática sacramental como a via de acesso à salvação. Enfatizaram o emprego do catecismo como um dos meios fundamentais para a instrução da fé. Encontramos os ensinamentos práticos sobre as verdades do evangelho, detalhados no livro de espiritualidade elaborado por eles para enfatizar a salvação como o mais urgente aos católicos. *A Ancora da Salvação Cristã*¹²¹, de autoria do Frei Fortunato de

¹¹⁸ Regni, Pietro, Vol. 3, op. cit. p.261.

¹¹⁹ Idem, Ibidem, p. 69.

¹²⁰ Esta definição de missão penitencial ou catequética foi feita por Châtellier. Châtellier, Louis, op. cit. pp.215-67.

¹²¹ Neste livro de devoção constam orações diárias e noturnas mais comuns, como O Pai Nosso, Ave Maria, Salve Rainha, Atos de Fé, Ato de Esperança, Ato de caridade, Ato de Contrição, O Anjo do senhor, o modo de portar-se na igreja, explicação dos mistérios da missa, paramentos sacros, modo pratico de ouvir com fruto a santa missa, Missa ao intróito – a epistola. A Consagração, elevação da hóstia, modo de responder à missa, Benção do Santíssimo Sacramento, antes, durante e depois. A confissão, como receber o sacramento, examinar a consciência. Via Sacra – Devoção a Nossa senhora, o Santo rosário. Devoções para cada dia da semana: Santíssima Trindade, o anjo da guarda, S. José, S.S. Sacramento, Sagrado Coração, N.S. da Conceição; Obrigação dos ricos, dos pobres, dos jovens, artificies e jornaleiros, caridade com os enfermos; e os hinos litúrgicos.

Tréia, consiste num dos grandes feitos para uma renovação da ação missionária da Ordem. Suas instruções foram levadas pelos pregadores ambulantes a várias regiões da Bahia e Sergipe.¹²² Desta forma propagou-se a espiritualidade vivida pela população culta da capital baiana ao povo humilde do sertão.

A espiritualidade francesa em voga no meio urbano é originária do apostolado missionário destinado ao povo camponês na Europa. O popular permaneceu expresso na prática oficial como meio de solucionar o problema missionário de realizar uma evangelização mais elevada espiritualmente, que fosse capaz de provocar reflexões na vida dos fiéis. Esta nova formação cristã ganhou impulso em finais do século XVIII e início do século XIX na Europa. Afonso de Ligório foi um dos primeiros responsáveis por esta mudança na pedagogia missionária. Os ensinamentos de religiosos na área rural passou a valorizar o emprego do catecismo como meio de fazer conhecer melhor a religião e a oração para alimentar a vida espiritual.¹²³ Não bastava mais a reunião da grande massa de católicos, deixaram-se os anseios dos missionários em quantidade de fiéis a uma conversão pelo medo que pouco acrescentava à vida quotidiana, e buscou-se evangelizar de forma que cada indivíduo percebesse a necessidade de uma mudança de vida através da conversão real, do entendimento da doutrina cristã e da necessidade de se adequar a ela para ser merecedor dos bens espirituais.¹²⁴

A praticidade era a palavra de ordem na instrução aos fiéis. Os religiosos observaram que eram desnecessárias e prejudiciais aos fiéis a retórica e a grande eloquência. Era preciso, sim, ensinar coisas práticas.¹²⁵ A grande diferença com o tipo de missão penitencial é a utilização do livro instrutivo, que ensina aos fiéis sobre o que significa os sacramentos, a necessidade de praticá-los, quais as condições para que deles resultem melhoras na vida de cada um. A ignorância não poderia mais ser utilizada como desculpa para justificar os erros, os fiéis passavam a ter disponíveis as explicações sobre o comportamento e as práticas católicas. Não era a missão que vinha apenas para cobrar uma atitude de remorso e penitência pelos pecados cometidos, mas, um ensinamento que se dedicava a explicar o motivo da necessidade de se pedir perdão a Deus pelos pecados.¹²⁶

Os jesuítas eram entre os missionários os maiores divulgadores do tipo de metodologia aplicada às missões ambulantes que, pelo incentivo à prática popular, contrariava as intenções

¹²² Regni, Pietro. Vol. 3, op. cit. p. 286

¹²³ Châtellier, Louis, op. cit. p. 215.

¹²⁴ Idem, Ibidem, p. 217.

¹²⁵ Idem, Ibidem, p. 220.

¹²⁶ Idem, Ibidem, p. 225.

das autoridades eclesiásticas cada vez mais desejosas de divulgar as verdades evangélicas de acordo com o catecismo, na intenção de difundir as determinações do concílio tridentino.¹²⁷

Mesmo acusados de incitar a superficialidade da fé, os missionários com seus exercícios penitenciais e suas pregações promoveram a conversão em massa, mantendo as populações rurais firmes na fé católica. Enquanto isso, os grandes centros, lotados por novas ideologias, tornavam-se cada vez mais distanciados da religião. Isto significa que, mesmo fugindo às determinações dos bispos, o clero regular soube, através da eloquência e de seu método que muito se aproximavam da realidade popular, conservar aquelas populações fiéis à religião católica. Aos poucos evoluiu também para uma religião que buscava converter utilizando-se de meios mais sensíveis que provocavam a comoção dos fiéis com o sofrimento de Cristo. Esta nova forma de pregar o catolicismo nos campos foi, mais tarde, reconhecida pela Santa Sé. Em 1765, a celebração da festa do Sagrado Coração de Jesus teve a autorização papal.¹²⁸ Esta devoção, divulgada nos campos pelos Jesuítas, tornou-se um meio de sensibilizar as populações urbanas e de se tentar, através dela, que os católicos dos grandes centros urbanos, influenciados pelo processo de modernização que invadira a sociedade européia pós-revolução francesa, passassem novamente a ter a religião como delineadora da vida social.¹²⁹

Com a racionalidade aplicada à catequese, consequência do processo de modernização oriunda dos meios urbanos, inicia-se em meio à sociedade, os questionamentos sobre a doutrina da Igreja. Era, então, preciso instruir os fiéis de modo que estes pudessem argumentar com sensatez sobre os rituais, práticas devocionais e as formas de representação que constituem toda a crença católica. Não era mais possível que permanecessem como códigos decifráveis apenas por poucos, já que todos professavam a mesma fé. A democratização do conhecimento da religião era necessária, por isso a espiritualidade mais interiorizada, propagada no meio urbano foi levada até às comunidades do campo.

Na Bahia, os missionários capuchinhos, em atenção aos propósitos reformistas da Igreja, quiseram atrair o interesse dos fiéis pela religião através da sensibilidade que emanava dos cultos reparatórios, e esclarecer com manuais de espiritualidade o valor dos sacramentos na vida do cristão.¹³⁰ Nos manuais difundidos pelos capuchinhos, os frades ensinavam a

¹²⁷ Idem, Ibidem, p. 231.

¹²⁸ Idem, Ibidem, p. 251.

¹²⁹ Idem, Ibidem, p.251.

¹³⁰ Enquanto na capital a devoção ao Sagrado Coração de Jesus era incentivada para que os fiéis, através da sensibilidade provocada pela meditação no sofrimento do Cristo, se rendessem à prática sacramental como meio de solidarizar-se com o sacrifício da redenção, nos sertões, como descreveu Carlos Steil, a mesma devoção era

necessidade dos sacramentos. A prática da penitência, por exemplo, era apresentada de forma diferente do que encontramos nos novíssimos. Não se falava da penitência como meio dos fiéis evitarem uma possível condenação caso não a praticassem. A ênfase a este sacramento era dada como necessária para fortalecer a fé e preparar o cristão para receber o corpo e sangue de Cristo na Eucaristia. Na capital, os capuchinhos aconselhavam os fiéis a não serem indiferentes para com o sacrifício de Cristo e seu sofrimento durante a paixão, quando, por amor aos homens, ele deu a sua própria vida. Demonstravam a importância da eucaristia, que deveria ser querida por todos os cristãos, o que daria a certeza do reconhecimento do projeto para a salvação que Jesus anunciou, “ [...]quem come a minha carne, e bebe o meu sangue, terá a vida: Porque a minha carne é verdadeiro alimento, o meu sangue verdadeiro bebida[...] quem come a minha carne e bebe o meu sangue, viverá em mim e eu n’ele”.¹³¹ Este era o principal sinal da salvação, explicavam que o homem, mesmo sendo batizado, poderia sair do estado de graça, manipulado pelo demônio, ou, pelas paixões, mas, ainda assim, teria chance de se reconciliar com Deus. Para isto seria necessário seguir as etapas: o exame, o arrependimento, o propósito, a confissão e a satisfação.¹³²

A ação missionária dos frades capuchinhos constituiu um dos meios usados pela Igreja baiana para fortalecer o catolicismo entre o povo humilde do sertão. A eloquência franciscana, mesmo pautando-se em atos penitenciais de grande dramaticidade e num discurso que versava sobre os tormentos infernais, encontrou grande aceitação entre os fiéis dos sertões baianos. As missões reforçavam a conformidade do sertanejo à espera do fim do mundo, mas não davam uma formação plena para a vivência cristã convicta, que garantisse a perenidade da conversão. No entanto, é possível notar que já havia entre os capuchinhos uma tendência a fomentar uma visão mais racional da Religião. Assim, a espiritualidade dos meios urbanos aos poucos deveria chegar a todos os católicos.

apresentada aos fiéis no Santuário de Bom Jesus inserida em discurso apocalíptico, em que a imagem do Coração de Jesus aparece como milagre em meio a um incêndio. Otten, Alexandre, op. cit. pp. 238-244.

¹³¹ Caetano de San Léo. Sermão – O Coração de Jesus e a Eucharistia. Manuscrito avulso. ACNSP.

¹³² *A Confissão*: methodo para receber dignamente e com fructo o sacramento da penitência - Ancora da salvação cristã, op. cit.,pp. 39-67.

CAPÍTULO II

A AMEAÇA LIBERAL AOS PRINCÍPIOS CATÓLICOS DE AUTORIDADE E ORDEM

Sou christão!...eis a minha nobreza!
E se alguém de negar a sua fé
Algum dia tiver a fraqueza.
Ímpio, sim, brasileiro não é?...
Sem temor, sem respeitos humanos
De Jesus professemos a Lei!
Eia irmãos, repítamos ufãos:
Sou christão e christão morrerei!

Profissão de fé. *Ancora da Salvação*
Cristã

O presente capítulo trata da reafirmação doutrinária católica vista dentro do movimento de reforma empreendido pela arquidiocese da Bahia. Aqui veremos como os frades menores capuchinhos, ao pregarem aos fiéis freqüentadores da Igreja de N. S. da Piedade, em Salvador, proferiam em seus discursos palavras de condenação a determinados valores modernos, e promoviam a vivência da fé como meio de reformar os costumes e de superar os supostos males decorrentes do processo modernizador. Em perfeita sintonia com a autoridade arquidiocesana, aqueles religiosos colaboraram para difundir entre os fiéis as novas orientações ditadas pela Santa Sé e, ao mesmo tempo, incutir nos espíritos católicos a rejeição aos princípios liberais em voga nos meios intelectualizados da sociedade baiana.

Sabemos que a reforma promovida pelo arcebispado baiano entre o final do século XIX e início do século XX teve um forte direcionamento para a “purificação” das práticas devocionais e, conseqüentemente, para um rigoroso controle da religiosidade popular.¹ No entanto, achamos que, apesar deste ser um dos pontos relevantes do movimento católico em

¹ O catolicismo popular será visto, pela Igreja como um obstáculo para a concretização da reforma romanizadora, por isso a necessidade de exercer um maior controle sobre as práticas populares: “O catolicismo romanizado, reorganizado centralizada e centralizadora da Igreja para “resistir” ao mundo, tornado hostil, colocará sob controle rígido as devoções, irmandades e construções. O legítimo e o ilegítimo – sagrado e profano – adquirem contornos nítidos, definidos pela Igreja oficial”. Benedetti, Luiz Roberto. *Os santos nômades e o deus estabelecido*, São Paulo, 1984. p.15. Sobre a atuação da Igreja baiana no controle da religiosidade popular ver Couto, Edilece Souza. *Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)* – Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis, 2004

questão, caso nos concentrássemos unicamente neste tema não contemplaríamos de forma ampla as intenções primeiras da Igreja em seu processo de reforma que se traduz na sua reação contra o Protestantismo e doutrinas e ideologias liberais que proliferaram no Brasil, ao longo do século XIX, e que trouxeram grandes mudanças durante a instituição do Estado republicano e nas primeiras décadas do século XX, forçando a Igreja Católica a tentar “reconquistar o monopólio no controle ideológico político da sociedade”,² através de uma reforma dos costumes entre o clero e os fiéis”.

O nosso objetivo neste capítulo é justamente comprovar, por meio da análise da pregação capuchinha, que as ações reformistas da Igreja na Bahia, entre os anos de 1889 e 1924, estavam relacionadas ao combate católico às inovações advindas de ideologias liberais, para impedi-las de atingir amplamente o *status* que a Igreja católica possuía junto à sociedade e ao Estado. Assim trataremos de evidenciar que as celebrações litúrgicas realizadas no templo da Piedade também serviram para consolidar entre os fiéis a mentalidade conservadora da Igreja Católica, pautada em acusar o liberalismo como causador de todos os problemas da sociedade moderna, e mostrar que a solução para a paz social estaria no reconhecimento da Igreja, *sociedade perfeita*,³ como a única instituição que poderia organizar a estrutura social no respeito às autoridades, à ordem e à moral.

Através da análise dos sermões proferidos pelos frades italianos nas missas celebradas na Igreja de N. S. da Piedade, em Salvador, no início do século XX, notamos uma relação direta entre aqueles representantes do clero regular e o bispado da Bahia, que se traduz na similaridade de conteúdo existente entre os sermões daquela congregação italiana e as cartas pastorais de D. Jerônimo Thomé da Silva. Esta cumplicidade é evidenciada na abordagem de questões referentes às grandes preocupações da Igreja diante da laicização dos Estados e da conseqüente liberdade de culto e de imprensa.

Os discursos católicos de teor conservador eram os mesmos que poderiam estar sendo veiculados em qualquer diocese católica na Europa ou América Latina.⁴ Vamos encontrá-los também nas pregações capuchinhas. Vale destacar que os sermões dos frades, embora sejam por muitas vezes traduções para o português de textos italianos, enquadram-se perfeitamente

² Assim Benedetti define o objetivo que a reforma do catolicismo no Brasil ganha no século XIX. Benedetti, Luiz Roberto, op. cit. p. 104.

³ A Igreja como sociedade perfeita deveria servir de modelo para a organização da sociedade. Menozzi, Daniele, *A Igreja Católica e a secularização*. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 151.

⁴ A ideologia ultramontana tem alguns aspectos que merecem destaque: centralização em Roma do controle administrativo da Igreja, que estava relacionado à liturgia, a disciplina e nomeações, a escolha passou a ser feita pelo Papa e pela cúria romana; movimento para promoção da imagem do Papa, através de audiências, bênçãos e peregrinações Benedetti. Luiz Roberto, op. cit., p.103.

no contexto da sociedade baiana das primeiras décadas da República, o que nos revela a posição restauradora adotada pela Igreja na Bahia, associada à necessidade da Igreja universal de buscar instrumentos capazes de manter seu poder de influência diante do franco processo de modernização que acontece no mundo ocidental.

Como iremos tratar neste capítulo da relação entre a Igreja católica e a modernidade, gostaríamos de inicialmente esclarecer o que entendemos por uma sociedade moderna. Em nossa abordagem o conceito de moderno será aplicado a uma sociedade influenciada pelo conjunto de mudanças que se instalou nas sociedades humanas como fruto do processo revolucionário francês do século XVIII, que se contrapôs ao antigo regime, geralmente associado ao religioso. Precisaremos, então, buscar nos ideais iluministas e na Revolução Francesa as origens desse confronto entre o sagrado e as inovações liberais que foram paulatinamente surgindo em substituição aos princípios defendidos pela Igreja Católica.⁵

A idéia de secularização fixada nos meios políticos na Europa também se infiltrou nos campos científico e cultural. Áreas do conhecimento antes pautadas predominantemente pela influência teológica passaram a considerar prioritariamente a razão, que derivava da observação baseada na experiência. Daí, como define Velasco, resultou no confronto entre “um mundo novo e uma Igreja velha, encastelada em suas estruturas e mentalidade medievais, entendidas como a verdade perene e imutável da Igreja.”⁶

Além dos ideais iluministas, a Revolução Francesa de 1789⁷ também veio a ameaçar os interesses centralizadores católicos. Não que o movimento francês tivesse se desenvolvido com objetivos anti-religiosos. Inicialmente teve por motivos questões políticas, sociais, econômicas, só posteriormente a revolução se empenhou em atos contra a religião, abalando de forma incisiva as estruturas da sociedade. Para a Igreja, a revolução foi o estabelecimento de um verdadeiro caos social, principalmente pela quebra do princípio da autoridade, e pela introdução de um sistema democrático onde o povo, com capacidade para escolher e determinar mudanças, pôs assim flexibilidade no poder antes incondicional que havia sido consolidado pelos governos monárquicos, desconstruindo o ideal católico da representação divina dos monarcas. A liberdade provinda da Revolução garantia o direito do homem de

⁵ Velasco, Rufino. *A Igreja de Jesus – Processo histórico da Consciência Eclesial*. Tradução de Nancy B. Faria e Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, Vozes., 1992. pp. 217-225

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 217.

⁷ É evidente a importância da revolução para as mudanças que se seguiram na relação entre o homem e a religião, no entanto, devemos entendê-la como algo maior que abrange o campo econômico, político e social, mas, que tem uma veia anti-religiosa revelada após a queda do antigo regime, tendo-se inclusive naquele momento tentado criar uma igreja nacional, Martina, Giacomo. *História da Igreja – III – De Lutero aos nossos dias*. São Paulo, Edições Loyola, 1996. p. 12

pensar e agir sem que obrigatoriamente tivesse que se ajustar às verdades ditadas pela teologia. Além disso, inspirados nos ideais iluministas e na *declaração dos direitos dos homens e dos cidadãos*, os revolucionários se empenharam por definir um perfil anticlerical à sociedade francesa.⁸

Neste período de tensão pós-revolucionária percebemos uma característica da Igreja que será usada para demonstrar a importância da religião na vida civil, traduzida como necessidade de respeito às autoridades. A ordem do Estado francês era de que todos, inclusive os religiosos, jurassem fidelidade à constituição civil e à república instalada. Mesmo não estando de acordo com as leis republicanas que afastavam a Igreja das decisões sociais, a deliberação do papado foi a de que os católicos obedecessem aos que estavam no governo, mas com a restrição de não ser acatada a imposição de uma outra doutrina. A Igreja não contestou diretamente a instituição de um novo regime político, mas estabeleceu a sua soberania diante do Estado.⁹

Assim, inicia-se a campanha católica para apontar as decisões sociais desvinculadas do conhecimento teológico como causa de todas as ruínas que assolavam a humanidade. Era então preciso evitá-las, isto em todos os âmbitos em que se apresentassem, fossem na política, nas ciências, na cultura ou na religião. A liberdade do homem da influência religiosa era então condenada pela Igreja que se mantivera em estado de alerta e contrária às novidades.¹⁰

Convocar uma Igreja militante. Eis a reação do papado na tentativa de resgatar a Igreja da condição de isolamento e de ser vista como contrária à civilização moderna.¹¹ A crise gerada pela secularização que negava os princípios católicos como inspiradores para a vida social significava o início do desmoronamento da sociedade, estabelecendo-se a existência de dois pólos extremos: o bem e o mal. A Igreja seria então a grande salvação para os homens e única instituição capaz de manter a ordem diante da anarquia proveniente do estado de secularização. O afastamento dos homens dos valores cristãos e católicos representava uma tentativa de aniquilar a influência da Igreja sobre a sociedade civil, o que caracterizava para Roma um pecado coletivo. E, para a remissão deste pecado, seria necessário o

⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 12-13.

⁹ A doutrina católica, mesmo permanecendo centrada nos seus mais antigos ensinamentos, condicionou-se ao momento em que a sociedade deixou as suas características homogêneas na maneira de perceber a realidade à sua volta, baseada unicamente na religião. Nesse momento de uma real separação, a reação da Igreja foi investir na doutrina como instrumento de coerência social. A doutrina católica ultrapassou o nível da crença e se tornou lei de moralidade social. Certeau, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 133-136.

¹⁰ Idem, *Ibidem*

¹¹ Aubert, R. (org.). *Nova História da Igreja na Sociedade Liberal e no mundo I*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975. p. 15.

reconhecimento da autoridade do romano pontífice como o representante de Deus entre os homens, sob o qual deveriam ser submetidas a julgamento todas as questões sociais.¹²

Ao distanciamento dos homens dos preceitos religiosos, a Igreja respondeu com a construção de uma mentalidade propagada como meio de restaurar os valores cristãos, em oposição às leis civis do novo regime político que não levavam em consideração os cânones da Igreja. Esta campanha que mobilizou todas as dioceses do mundo terá na Bahia os frades capuchinhos como grandes colaboradores, que, em auxílio ao arcebispado, se esforçaram por alertar os fiéis quanto à necessidade de que todos se mantivessem atentos à doutrina católica, e prontos a rejeitar as inovações de tendência liberal que já abrangiam a sociedade baiana nas primeiras décadas da república. Os discursos dos frades italianos apontavam estas novas tendências do pensamento como males que haviam se instalado em meio à sociedade moderna, resultantes da iniquidade de muitos livre-pensadores. Para o capuchinho Caetano de San Leó o princípio de autoridade, item indispensável à vida social fora substituído pela rebelião e pela anarquia; a paz, pela guerra; a virtude, pelo vício; em lugar do direito divino, se prezava prioritariamente a vontade dos homens; o egoísmo havia superado a caridade; e, numa tentativa de eliminar a religião, estavam emergindo o ateísmo, o materialismo e o racionalismo.¹³

Mas, antes de passarmos à análise da pregação capuchinha, buscaremos entender como se foi formando ao longo do século XIX a campanha desenvolvida pela hierarquia católica. As determinações que se seguiram, partindo dos papas e dos pensadores católicos contra-revolucionários, consolidaram-se entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Elas cessariam apenas no Concílio Vaticano II, quando, pela primeira vez na história da instituição católica, nota-se um interesse da Igreja por se aproximar de forma mais intensa da sociedade moderna e de entendê-la com o intuito de acompanhar as transformações sociais ocorridas nos últimos dois séculos. Antes disso, e é o que contemplaremos neste estudo, a Igreja se mostra arredia às inovações e não consegue enxergar a possibilidade de aceitar a convivência com outras ideologias e religiões, tendo atribuído a elas todos os problemas sociais.

Na tentativa de evitar o progressivo descontrole da Igreja sobre a estrutura social, a hierarquia católica influenciada por teorias conservadoras e tradicionais, quis buscar as causas e efeitos daquele distanciamento da humanidade com relação à doutrina da Igreja e ainda sugerir os meios capazes de reverter a situação, com o retorno da cristandade, quando

¹² Menozzi, Daniele, op. cit. pp. 5-79.

¹³ Caetano de San Leó, frei. Sermão. Manuscrito avulso, ACNSP.

estariam novamente unidos o poder espiritual e secular. Teóricos católicos apontavam a revolução de 1789 como um dos agentes impulsionadores do desprestígio da religião, alguns desses pensadores, como J. F. Lefranc, viam no protestantismo a chave que dera início a toda a confusão social que se formou de maneira contrária ao que a Igreja entendia por ordem e autoridade. Lefranc não foi o primeiro a esta definição, mas a partir dela, pôde afirmar que, por conta da recusa protestante em reconhecer a autoridade da Igreja, foi aberto caminho para o surgimento de concepções liberais inspiradas na maçonaria, que defendiam a necessidade da separação entre os poderes civil e religioso.¹⁴ Outros, como H. G. Le Sage, afirmavam que o objetivo da reforma Protestante era justamente o de destruir a França Católica com a separação entre a Igreja e o Estado. Assim teria início o final dos tempos onde o bem e o mal se enfrentariam. Esta visão apocalíptica se tornou um ponto de argumentação católica insistentemente pregada aos fiéis.

Para Bonald, os protestantes foram os responsáveis por romper a união perfeita entre o poder secular e o espiritual, que haviam se unido por questões históricas, mas que resultou na perfeita unidade européia constituída pela crença comum em um mesmo Deus. Com o argumento de que era preciso encontrar o meio de impedir a caminhada para o abismo para o qual se dirigia a humanidade, os pensadores indicavam a recuperação da união entre a Igreja e a sociedade. Essa seria a única maneira de evitar a anarquia. Era preciso retornar as características do período medieval, quando a Igreja estabelecia as bases da organização social e a questão hierárquica era respeitada por todos.¹⁵

Como já foi notado em outros momentos da história, períodos de mudanças radicais no seio das sociedades, quando provocam um certo receio do que se dará posteriormente, torna comum a necessidade de uma volta ao passado. Joseph de Maistre, em sua visão tradicionalista da sociedade, desejava uma ação contra-revolucionária em que se restabelecesse novamente a teocracia como fator de organização estrutural entre os povos. Não que houvesse o interesse da Igreja em restituir aos monarcas o poder absoluto extinto na revolução, mas fazer de cada Estado um reino para Cristo, onde o romano pontífice pudesse interferir nas questões sociais.¹⁶ Entre os pensadores contra-revolucionários, Edmund Burke também quis reforçar a idéia do tradicionalismo para garantir a autoridade da qual gozavam os romanos pontífices no período medieval. Esta seria, segundo ele, a solução para a desordem instalada. Para Burke, a razão individual tinha uma importância nula quando

¹⁴ Menozzi. Daniele, op. cit. p. 32.

¹⁵ Idem, Ibidem, p.36.

¹⁶ Idem, Ibidem, p. 39

confrontada com a tradição, considerada por ele como Razão Social, que beneficiaria a toda a comunidade, e não se dedicaria a defender apenas os direitos individuais de cada cidadão.¹⁷

Contudo, a secularização das instituições não causou à Igreja a vontade de se afastar do poder secular, pelo contrário, como destacou Menozzi, os resultados da Revolução, embora pudessem ser considerados como “uma ocasião para a Igreja purificar-se das superfetações provocadas pela sua milenar conexão com o poder, não queria significar a renúncia ao reconhecimento do cristianismo como fator de legitimação do novo ordenamento social.”¹⁸ Mesmo tendo perdido os privilégios políticos, a Igreja reclamava ainda o papel do clero como fundamental para a manutenção da ordem, e para a conservação das virtudes sociais. A democracia teria trazido a fusão de diversas formas de pensamentos, portanto seria a Igreja a única capaz de coordenar a prática desta liberdade.¹⁹ Assim, como destacou Donoso Cortes, a ordem católica é o sustentáculo para a ordem política, o seu desaparecimento seria muito prejudicial. Se fosse necessária uma restauração da sociedade, que ela tivesse início pela ordem religiosa, justificando com isso que o cristianismo era responsável pela civilização do mundo, tendo definido autoridade absoluta, obediência e abnegação.²⁰

Os males advindos da perda de bens e da concorrência com outras religiões que surgiram com vigor fizeram com que a Igreja estivesse mais intensamente voltada para o campo espiritual.²¹ Esta independência da Igreja possibilitou uma maior aproximação entre os fiéis e o papa. Com a separação das questões temporais, a imagem deste foi propagada, não apenas, como o chefe da Igreja, mas também como a do vigário de Cristo conhecido e amado pelos fiéis. Incentivador de uma nova piedade que atraía cada parte integrante da Igreja, o clero secular e regular e os leigos, para Roma. O ideal católico em torno do papa visava dispensar os apegos às nacionalidades e levar toda a Igreja em comunhão a uma única fé.²²

¹⁷ A ação católica contra-revolucionária estaria relacionada ao que propuseram os pensadores católicos do século XIX e que se resumia numa atitude contrária à Revolução Francesa (1789). No Brasil a proposta foi apoiada e também divulgada na obra de Jackson de Figueiredo com o incentivo do Centro Vital. Esta se concentrava numa ênfase aos princípios de autoridade e ordem. Os discursos de Figueiredo estimulavam os católicos brasileiros a recusar as transformações sociais resultantes do processo revolucionário, achando que assim estariam combatendo os agentes propiciadores das desordens sociais, principalmente o liberalismo que seria o responsável pelas injustiças sociais, das políticas que desfavoreciam o povo. Acreditavam, sim, numa política que enfatizasse o respeito às leis, reforçasse os conceitos de ordem e autoridade. As decisões da Igreja no Brasil foram reproduções dos documentos emitidos pelo Papado e também pelas doutrinas formuladas pelos pensadores contra-revolucionários. Dias, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil – 1922-1930*. São Paulo: UNESP, 1996. p. 34.

¹⁸ Menozzi, Daniele, op. cit. p. 42.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 42-43.

²⁰ Dias, Romualdo. op. cit. p.35.

²¹ Martina, G. A., op. cit. p. 125.

²² Gaeta, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a folia popular. *Revista Brasileira de História*, n. 34. São Paulo, 1997.

A centralização de poder na pessoa do papa constituiu a mais importante das mudanças nas estruturas da Igreja naquele período. Com otimismo, podemos afirmar que a dissolução do acordo entre Igreja e Estado trouxe benefícios para a Religião: as questões eclesásticas que, antes, eram decididas pelo poder de interferência dos Estados, passaram às mãos do romano pontífice. A independência da Igreja tornou possível o exercício de sua autonomia em matérias como as nomeações de bispos e muitas outras que antes eram resolvidas pelos chefes de Estado.²³

Apesar da reação católica aos princípios liberais da sociedade ter sido uma constante preocupação dos pontificados no período pós-revolucionário, Pio IX, sem dúvida, teve um papel fundamental na solidificação desta postura conservadora da Igreja. A decretação dos dogmas imutáveis da fé marcou o seu pontificado, tendo ele estabelecido o compêndio de verdades sob as quais o mundo seria visto. A condenação aos erros modernos, o *Syllabus* (1864), pode ser considerado como uma espécie de guia que acompanhou o mundo católico até meados do século XX.²⁴ A sucessão de papas até Pio XII não alterou de forma consistente as determinações reunidas neste documento promulgadas por Pio IX. Podemos dizer que alguns avanços mais progressistas se deram durante o pontificado de Leão XIII, mas nada que revertesse amplamente o posicionamento da Igreja diante das questões liberais.

Na *Quanta Cura* encontramos descritas as condenações aos erros da época moderna, que foram sintetizadas no *Syllabus*. Nesta encíclica, o papa Pio IX enfatizava que a Igreja se sentia responsável por zelar pela manutenção da fé, e por não deixar que os fiéis fossem iludidos por ideologias formadas por teorias *envenenadoras*, em que se enfatizava muito a liberdade, mas que só serviam para trazer toda tormenta e ruína não só para a Igreja, mas para toda a sociedade civil. A Igreja não poderia deixar de intervir, assim como sempre fora feito em pontificados anteriores, pregando uma resistência incessante para não deixar que a fé e a ordem social viessem sucumbir diante de tão terríveis contaminações.²⁵ Vejamos então como a Igreja sintetizou a condenação aos erros do mundo moderno no *Syllabus*.

Devido ao número de proposições condenadas, ao todo são 80, não seria possível, no espaço deste trabalho, uma análise minuciosa sobre o *Syllabus*, capaz de contemplar cada proposição em especial. Por isso nos limitaremos a estudar os blocos de proposições e suas

²³ Martina, Giacomo, op.cit. p. 116.

²⁴ A Igreja só mudaria os seus conceitos em torno do mundo liberal tentando compreender os valores da sociedade moderna com objetivo de acompanhá-la em suas transformações, com o Concílio Vaticano II realizado na segunda metade do século XX, durante o pontificado de João XXIII.

²⁵ Quanta Cura – Sobre os principais erros da época - Carta Encíclica do Papa Pio IX, promulgada em 8 de dezembro de 1864. [on line] Disponível na Internet via <http://www.montfort.org.br/documentos/Quanta>, Salvador, 2005

características gerais: No primeiro grupo de erros apontados no Syllabus, a Igreja alerta quanto ao *panteísmo, o naturalismo e o racionalismo absoluto* (prop. 1-14). Neste primeiro bloco a Igreja rejeita estas inovações ideológicas, que, pela definição de Deus como inerente ao homem, não se faz diferença entre a matéria e o espírito. Estas concepções elevam a versão moderna da inexistência de um deus que rege a vida humana e que atua sobre ela. Tendo por base esta concepção, não seria através da religião que o homem poderia chegar à compreensão do mundo, isto se daria apenas, baseado na razão, a fé só impediria a perfeição do homem. No segundo bloco (prop. 8-14), temos a condenação ao *nivelamento da teologia com as outras ciências*. A Igreja condenou a visão moderna de que a religião é um impedimento para o desenvolvimento das ciências, que o seu conhecimento é atrasado e não respondia mais aos questionamentos da sociedade que estava em acentuado processo de emancipação, e que o conhecimento filosófico deveria ser desvinculado das revelações divinas. No terceiro bloco trata do *Indiferentismo e do Latitudinarismo* (prop. 15-18). Para a Igreja, entendendo-se como única e verdadeira religião, via como impossível reconhecer e compartilhar fiéis cristãos com outras religiões. Neste bloco ela condenou o *Protestantismo* como o responsável pela quebra da unidade cristã e pelos males decorrentes dele, como a própria revolução. No *Syllabus* deixou claro que a opção pela concepção protestante era um dos males da sociedade moderna, assim como, a livre escolha de uma outra qualquer religião, como se qualquer uma delas pudesse ser o caminho que levaria o homem à salvação espiritual. O quarto bloco refere-se ao *Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades Bíblicas, Sociedade Clérico-liberais*. No quinto bloco (prop. 19-38), constam os erros sobre a Igreja e os súditos, no que tange à compreensão secular de que a Igreja deve estar subordinada ao poder civil. A Igreja condena a idéia de ser associada apenas ao campo espiritual e não se engendrar em outras áreas do campo social, onde ela não tem poder temporal algum. O sexto bloco (prop. 39-54) dispõe sobre *os erros da Sociedade Civil*, tanto considerada em si, como nas suas relações com a Igreja sem limites para o Estado, que diziam que a Igreja se opõe ao bem e aos interesses dos homens, assim como, afirmavam que o poder secular poderia interferir nas questões da Igreja. No sétimo bloco (prop. 56-64), foram expostos *os erros sobre a moral natural e a moral cristã*. Foi condenada a argumentação que afirma que a moral estaria dissociada dos preceitos religiosos, bastando-se pensar na honestidade dos costumes, sem respeitar os cuidados recomendados pela Igreja em relação à busca do acúmulo de riquezas, ou na necessidade de se obedecer ao papa. E o oitavo bloco (prop. 65-80) aponta os erros que envolvem o matrimônio cristão, onde a Igreja condenou as afirmações de que Cristo não estabeleceu o matrimônio; não haveria na união matrimonial consagrações religiosas, o que

tornava legítima a possibilidade da separação; ou que a Igreja seria responsável por estabelecer os impedimentos para o casamento civil. E mais, condenou também a conciliação da Igreja, através do papa, com o progresso e com a civilização moderna.²⁶

Agora que já sabemos contra quais inimigos a Igreja estava lutando, passemos então a analisar como estas idéias contra-revolucionárias foram propagadas na sociedade brasileira, e particularmente na Bahia.

Em meados do século XIX, os conflitos entre a Igreja Católica e o Estado já eram notórios. Exemplo disso vê-se na insistência da hierarquia eclesial, influenciada pelo pensamento ultramontano dos bispos reformadores, em clamar por autonomia espiritual para adequar o catolicismo brasileiro às exigências de Roma, contrapondo-se às investidas do Império regalista que, mesmo influenciado pelas inovações das doutrinas filosóficas e pelo pensamento liberal, tentava manter a Igreja sob seus domínios.

Na segunda metade do século XIX, o empenho da hierarquia eclesiástica se intensificou com o objetivo de tornar a Igreja no Brasil mais “romana”, isto é, mais diretamente submetida às decisões da Santa Sé. Exemplo desse empenho foi a atitude firme dos bispos na exaltação das verdades da fé católica contrapondo-as aos ideais liberais e às doutrinas religiosas em expansão no país, como o protestantismo e o espiritismo.²⁷

O papado conseguiu atrair para si a atenção do clero e dos fiéis, estimulando audiências, bênçãos e peregrinações.²⁸ Também fez com que os bispos compartilhassem dos dissabores do Vaticano, como durante a invasão de Roma pelas tropas Garibaldinas em 1870, quando a Igreja no Brasil e em particular a arquidiocese da Bahia solicitou ao clero e aos fiéis que oferecessem preces solenes pedindo a liberdade do papa e a desocupação da sede católica, demonstrando a íntima ligação entre os católicos brasileiros e o pastor universal.²⁹ A solidariedade do episcopado brasileiro para com o Papa foi também demonstrada em seu apoio irrestrito à aprovação do dogma da infalibilidade papal durante o Concílio Vaticano I.

²⁶ Silabo de Pio IX, 1864.[on line] Disponível na Internet via <http://www.montfort.org.br/documentos/silabo.html> Salvador, 2005

²⁷ Fragoso, Hugo.A Igreja na formação do Estado Liberal. In: *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Caxias do Sul: Paulinas, 1992. Tomo 2, Segunda Época – Séc.XIX. p.143.

²⁸ A exemplo disso, para demonstrar a ligação entre a Diocese da Bahia e a Santa Sé, D. Jerônimo Thomé da Silva comentou com o clero e com os fiéis baianos sobre sua visita ao Vaticano. Nessa ocasião foi recebido pelo Papa Leão XIII. O Sumo Pontífice então havia demonstrado o interesse em saber as condições da Igreja na Bahia, o movimento católico em todo o país, a direção do seminário baiano, a restauração das ordens, o ensino religioso e o sentimento cristão das famílias. Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva. Por occasiao de seu regresso da Visita Limina Apostolorum, Bahia, Officina Dois Mundos. 1894. p.7. (Carta Pastoral n. 2)

²⁹ Carta Pastoral de Marques do Monte Paschoal. Ordenando um tríduo de preces publicas pela reivindicação da liberdade e soberania do Vigário de Jesus Cristo. Typ. João Gonçalo Tourinho, Bahia, 1889

Embora o processo reformador católico tivesse ganhado força após a república, é importante reconhecermos que as idéias anti-revolucionárias começaram a ser propagadas, na Bahia no início do século XIX, durante o arcebispado de D. Romualdo Antonio Seixas, participante do grupo de bispos reformadores, que pela formação religiosa italiana manifestara em seu arcebispado seus interesses em propagar as idéias ultramontanas, divulgando na Bahia a posição católica contrária à instituição de uma igreja nacional, como queriam vários integrantes do governo imperial movidos por tendências galicanas.

A chamada “questão religiosa”, considerada como o ápice dos desentendimentos entre as duas instituições no século XIX, acabou por revelar a ansiedade da Igreja em firmar a sua doutrina e estabelecer os limites de atuação do Estado, na intenção de restringi-la às questões temporais. Esta atitude do episcopado brasileiro pode ser vista como o meio de equilibrar os dois poderes, mas também é expressivo da ambigüidade na atitude católica, que, mesmo manifestando uma urgência em conduzir o catolicismo no Brasil de acordo com as diretrizes romanas, desejava manter-se unida ao Estado para permanecer influenciando as decisões sociais.³⁰

A reação católica que se desenvolveu com maior força entre o final do século XIX e início do século XX foi organizada em uma séria oposição às transformações que se seguiram após a difusão dos valores revolucionários franceses de liberdade, igualdade e fraternidade. Estes lemas libertários, inspirados nos ideais iluministas, são procedentes do pensamento maçom, que versava por uma visão liberal do mundo, onde prevalecesse a liberdade e o racionalismo como princípios fundamentais da sociedade, recusando-se à submissão do homem à lei divina.

No Brasil Império, a tendência maçônica, incutida nos meios políticos e culturais já havia produzido protestos a favor de uma igreja fundamentada no ideal liberal, desvinculada do poder romano e com características nacionais. Este projeto encabeçado pelo Pe. Antonio Feijó não teve êxito em suas aspirações nacionalista e liberal para a religião, tendo sido superado pela ala ultramontana que defendia uma ligação mais estreita entre a Igreja no Brasil e a Santa Sé.

No entanto, os conceitos maçons de neutralidade e indiferença da sociedade e do Estado em relação à religião, infiltrado nas instituições civis, viriam, na era republicana, compor um entrave à concretização da unidade religiosa pretendida pela hierarquia eclesiástica. Com isto, a Igreja sentiu-se ameaçada em seu poder de influência e temia cada

³⁰ Pereira, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife: Editora Monograma – Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

vez mais ser banida da sua função social, como provedora da ideologia dominante. Para combater a ascensão de seus adversários, insistia em realçar a atuação do sobrenatural no cotidiano dos homens, e defendia seu posto de guardião dos meios pelos quais haveriam de ser obtidos, pelos fiéis, os bens eternos, condenando a idéia difundida no período anterior pelo clero liberal sobre a criação de uma nova igreja em substituição a Igreja Católica, tendo prevenido os fiéis quanto aos resultados que viriam numa sociedade onde, em substituição ao divino, prevalecesse o culto à matéria.

[...] espalharam pelo mundo afora a insana ideia de uma igreja nacional, sem Deus, sem religião, sem sacramentos, substituindo-lhe o culto da força, da matéria, da evolução e da natureza. Proclamando o ateísmo que é o que acontece? [...] desfiaram nossos olhos espavoridos, a guerra fatricida que enluta a face da terra, esses combates exterminadores, arrojados pelo orgulho e pela ambição da glória, que é o resultado lógico, a conseqüência funesta que se levanta como poderoso gigante dos princípios lançados pela semente do erro³¹[...]

A maçonaria, caracterizada pela diversidade e pelo mistério que envolvia os seus princípios, constituiu-se em um inimigo ferrenho da Igreja devido aos ataques violentos que fazia contra esta instituição. Multiplicada em vários países, as suas ações em muitas regiões se destinavam a abalar o poder de Roma. No Brasil, a atuação dos maçons mostrou-se realmente inclinada a uma postura anticatólica.

Apesar de condenada pela Santa Sé desde 1738, através da *Bula In Eminenti*, acusada de heresia, a maçonaria teve ampla influência sobre algumas instituições católicas, como as confrarias e irmandades, levando muitos fiéis a participarem de suas reuniões secretas, mesmo sob pena de excomunhão. A Igreja, em sua defesa, repetiu em vários documentos eclesiásticos que a contestação aos dogmas era o maior erro dos maçons, avisando ao clero e aos fiéis sobre a atuação da maçonaria no Brasil. Os bispos, através de cartas pastorais, lembravam que, já há alguns anos, os maçons atuavam em várias regiões do Brasil, promovendo uma verdadeira campanha contra o catolicismo, uma perseguição organizada, por isso bastante perigosa, maquinando contra os projetos do episcopado nacional. Segundo o bispo de Olinda, Fr. Vital, as ofensas se davam sobre todo aquele que se declarasse obediente às determinações do papa, a quem chamava de *sultão da infalibilidade*, e dos bispos, afirmando que a Igreja não passava de um *cadáver pútrido já em decomposição*. Eram acusados também pelas autoridades eclesiásticas por atacarem os dogmas fundamentais da Religião, tramando assim convencer os fiéis da Igreja de que se tratava de fanatismo e superstição.³²

³¹ Agostinho de Loro Piceno, frei. Sermão. Manuscrito avulso, 1911, ACNSP.

³² Carta Pastoral de Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Premunindo os seus diocesanos contra as ciladas e maquinações da maçonaria, Recife, Typ. da União, 1873, p.5

No início do século XX, Fr. Agostinho de Loro Piceno falava aos fiéis sobre a participação de católicos na maçonaria. Numa ação em defesa da submissão do clero e dos fiéis locais ao poder papal, o frade se dedicara a demonizar a maçonaria,³³ mostrando como era inconciliável a participação de cristãos numa associação que se dedicava a perseguir a Igreja de Cristo, tramando para que muitos católicos fugissem do cumprimento de suas obrigações para com a religião.³⁴

Encontram-se em nossos paizes não poucos ingratos catholicos, os quaes ainda que nascidos no grêmio da Egreja Catholica, embora nutridos com o leite das evangélicas doutrinas, todavia tanto com as palavras quanto com os escriptos comportam-se como acérrimos inimigos da Cruz de Jesus Christo. Porventura não é assim elles ouvintes? Sim, é innegavel. Com effeito encontramos em nossos dias muitos cegos catholicos, os quaes alistados em seitas tenebrosas de que e chefe e inspirador o Demônio, juraram custe o que custar destruir a religião de Jesus Christo. Realizar tão negro intento, não poupam violências, nem ciladas...³⁵

Embora a Igreja, em suas acusações, tenha-se mostrado preocupada com os ataques dos maçons aos dogmas da religião, a grande preocupação das autoridades eclesiásticas estava direcionada para a influência do pensamento liberal na instituição do novo governo no Brasil, o que significava a exclusão da religião da vida social do país. A maçonaria defendia valores inversos aos difundidos pela Igreja Católica. Mesmo acreditando na existência de um Ser Supremo que seria o arquiteto do universo, os maçons negavam a revelação e pregavam o livre pensamento, desvinculado dos preceitos religiosos, tendo por base a razão e a consciência. Cada indivíduo deveria decidir a forma como lidar com o sagrado e a maneira de homenageá-lo, de prestar-lhe culto, sem que obrigatoriamente tivesse de seguir as orientações dos sacerdotes católicos. Mas esta relação deveria se dar no plano individual. A sociedade civil e o Estado deveriam manter-se indiferentes a qualquer religião.³⁶ E foram justamente estes princípios liberais da maçonaria que influenciaram os idealizadores do regime republicano no Brasil.

Com a proclamação da república houve uma expectativa da Igreja em ter maior liberdade na condução do catolicismo no país. Essa autonomia espiritual veio à tona

³³ A reação católica à maçonaria data de 1738, no pontificado do papa Clemente XIII. Neste período a Igreja através da Bula *In Eminenti* decidiu punir os fiéis da Igreja que tivessem alguma ligação com os maçons, com a pena da excomunhão. A perseguição aos adeptos da maçonaria que se seguiu após esta determinação papal foi a causa da característica secreta desta associação. Junior, Celso Jaloto Ávila. *A maçonaria baiana e sua história*. Salvador, P&A Editora, 2000, pp. 15-16.

³⁴ Fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira., op. cit.

³⁵ Sermão. Agostinho de Loro Piceno, “E o pão que eu darei é a minha carne para ser a vida do mundo”, 1911. ACNSP.

³⁶ Kloppenburg, Dr. Boaventura. *A maçonaria no Brasil* : orientação para os católicos. Rio de Janeiro :Vozes, 1956, p. 253.

permitindo assim a concretização do projeto ultramontano da Igreja brasileira. O Estado republicano não impetrou obstáculos para impedir que a Igreja no Brasil estivesse estreitamente subordinada ao poder de Roma, o que possibilitou um período próspero, organização mais interativa. Sob os cuidados do episcopado nacional, viveu um período de florescimento apostólico com a criação de dioceses e paróquias; aos conventos chegaram mais religiosos vindos da Europa, capazes de auxiliar na recuperação do clero mais voltado ao campo espiritual e pronto a defender a função social da Igreja.³⁷ No entanto, a pretendida participação eclesiástica nas decisões sociais do país fora negada pela Constituição de 1891, com a decretação do Estado Laico, que extraiu da Igreja Católica o título de religião oficial do Brasil, permitindo assim que cada cidadão praticasse o culto que livremente escolhesse. Quanto à separação entre Igreja e o Estado, os bispos do Brasil, assim, já haviam se manifestado:

A felicidade eterna, que consiste na posse e fruição de Deus – termo final a que visa a Igreja – não se realiza e completa senão no céu . Entretanto aqui na terra é que esta felicidade se prepara pelos árduos labores e combates da vida cristã, aqui na terra é que se empenham valorosas as forças e se sustentam renhidas pelejas para atingi-las um dia; aqui na terra é que se adquirem, apuram e enterram méritos para recebê-las no céu, como glorioso galardão que é.³⁸

O arcebispado da Bahia, de acordo com as resoluções do episcopado nacional, tinha a incumbência de promover ações direcionadas para o reconhecimento, por parte do Estado e da sociedade, da importância de se manter a Igreja Católica como a instituição que deveria ditar as regras do convívio social.

Para dar seguimento a esta tarefa na Bahia, promovida pelo então arcebispo D. Luiz Antonio dos Santos, que estivera à frente da Igreja baiana nos primeiros anos de instituição do novo regime, chegava à Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva,³⁹ ordenado como arcebispado pelo ofício apostólico expedido pelo Papa Leão XIII, em 12 de setembro de 1893. Em carta pastoral, onde tratou de saudar os seus novíssimos diocesanos, enfatizou que, “numa sociedade em que reina a paz, a presença da Igreja é marcante, e produz benefícios espirituais

³⁷ Azevedo, Thales. *Igreja e Estado em tensão e crise*. Rio de Janeiro, Ática, 1978. pp. 161-62.

³⁸ A Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro. *Separação entre Igreja e Estado e liberdade de cultos*. 1890. Disponível na Internet via <http://permanencia.org.br/revista/politica/episcopado.html>. Salvador, 2005

³⁹ D. Jerônimo era natural de Sobral, no Ceará. Nasceu em 12 de junho de 1849. Estudou no Colégio Pio Latino Americano, em Roma, e na Pontifícia Universidade Gregoriana onde cursou o doutorado em Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote secular a 21 de dezembro de 1872, na Arquibasílica de S. João Latrão. Em 1893 foi nomeado arcebispo da Bahia onde pôde durante as primeiras décadas republicanas aplicar as ações reformistas da arquidiocese, entre estas, estão a convocação do Primeiro Congresso Católico do Brasil, em 1900, a organização da peregrinação brasileira aos santuários europeus de Roma, Lourdes, Paray-le-Monial em 1905, Jerusalém e em 1914, a de Roma e Lourdes. Criou novas paróquias como as de N. Senhora de Nazaré, em 1894, Sant’ Ana do Rio Vermelho em 1913, e a de N. Senhora do Carmo de Salinas das Margaridas em 1914, e a de N. Senhora de Candeias. Magalhães, Monselhor Walter. *Pastores da Bahia*, Salvador, 2001.

e materiais”. Mas em suas conclusões não era este o panorama que se vislumbrava naquele momento em meio à sociedade brasileira, onde identificava que tudo havia se transformado em anarquia e desordem. E a causa desses problemas que se multiplicavam na nação era o distanciamento da religião que o novo regime havia decretado ao ter adotado o Estado laico, quando a religião, a base que sustentaria toda a organização social, foi banida e se pôs em risco de desmoronamento toda a sociedade.⁴⁰

Seguindo as orientações da Santa Sé, D. Jerônimo destacou a atuação das ordens religiosas como suporte da Igreja em seu processo de reforma. Mas, segundo ele, exatamente por este motivo, estariam elas sendo atacadas pelos adversários da religião. Reunidos em torno dos altares nos conventos, as diversas congregações de frades e freiras, em suas orações desenvolviam a suprema função religiosa clamando a Deus pelo perdão dos pecadores. Dizia o pastor da arquidiocese da Bahia que os benefícios das atividades pastorais dos frades justificavam a função social da Igreja, na medida em que ultrapassava o campo espiritual, promovendo o progresso da sociedade, na catequização dos índios elevando-os ao grau de civilidade, no incentivo da agricultura e das belas artes. No entanto, os religiosos eram alvo de perseguições por grupos radicais e liberais, que questionavam a opção de vida destes homens e mulheres vivendo em comunidades nos conventos. Tomando os frades capuchinhos como exemplo legítimo de religiosos que se dedicavam ao ensino da doutrina católica, D. Jerônimo enfatizou que o hospício da Piedade sempre esteve disponível aos interesses reformadores da Igreja, pois tinha constantemente sacerdotes e alguns leigos professores que realçavam a fé daqueles que freqüentavam a igreja do hospício, principalmente as famílias mais ilustres da capital baiana.⁴¹

Vamos encontrar na pregação capuchinha um discurso semelhante ao do arcebispo, no que diz respeito ao governo leigo. Os frades capuchinhos auxiliavam o bispado a consolidar entre os fiéis baianos a mesma mentalidade propagada pela Igreja de Roma de que somente a religião católica tinha a capacidade para garantir a pacificação dos povos, freando os excessos das paixões dos governantes. Segundo o pensamento conservador da Igreja, aqueles que estavam distante dos princípios religiosos não podiam governar segundo os interesses do povo, mas seguiam a administrar de acordo com suas próprias ansiedades, o que resultava nas injustiças sociais e daí originando as guerras e a confusão que se forma com as anarquias. Os

⁴⁰ Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva. Por ocasião de sua transferência da Diocese do Pará, Bahia, Imprensa Econômica, 1894. p. 22. (Carta Pastoral n. 2)

⁴¹ Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva, Publicando a Carta do Santo Papa Leão XIII, Imprensa Econômica, 1894. pp.25-26. (Carta Pastoral de D. Jerônimo n. 3)

capuchinhos, em seus sermões, divulgaram também que a idéia de um Estado livre que não levasse em conta os preceitos da religião seria uma ilusão, pois, afastado da orientação religiosa, o governante tentaria dominar o povo de acordo com os seus interesses pessoais, o que não caracterizaria a liberdade, mas sim, um sinal de que o homem estaria escravizado por suas próprias paixões.

[...] Felizes os povos que em taes emergências tiverem a ventura de serem guiados por heróes de virtude e sabedoria; generosos, benéficos, livres do sórdido interesse e paixões vis. Infelizes d'aqueles que dominados por taes sentimentos, são governados por homens egoístas e ambiciosos; tudo é devorado pelos instinctos brutaes destes governantes sem coração. Louvores infinitos sejam tributados, ao verdadeiro reformador da humanidade Jesus Christo, porque com a sua infinita sabedoria e virtude do seu preciosíssimo sangue, livrando os povos dos vínculos do erro, das cadeas das vaidades e loucuras humanas, das paixões e da escravidão de satanaz, os restauram, á luz da verdade, da justiça, para a vida da graça e da glória e ao novo tempo lhes concedeu a paz, a tranqüilidade e a verdadeira felicidade[...]⁴²

Com o objetivo de superar a crise provocada pela ruptura das relações com o poder político e a concorrência crescente de novas correntes do pensamento religioso e político que estavam penetrando na sociedade brasileira, a Igreja entendeu que era preciso unir os católicos para professar uma só fé, com o ideal de ordem e disciplina, não somente, para combater os inimigos liberais, mas também, para dar continuidade a uma característica que lhe era própria, a de manter a ordem social.⁴³ Para isto foi realizado, por iniciativa de D. Jerônimo, o Primeiro Congresso Católico Brasileiro. Nesse evento o clero e os fiéis oriundos de vários segmentos da sociedade se reuniram para definir estratégias de reafirmação da fé católica.⁴⁴ Assim como os inimigos da Igreja se reuniam (no caso dos maçons nas lojas), os católicos utilizar-se-iam da mesma arma para estabelecer quais seriam os seus mecanismos de defesa.

Naquele evento, os congressistas chegaram à conclusão de que as mudanças na sociedade, resultantes da laicização do Estado fizeram com que o governo não mais se preocupasse com os assuntos da Igreja. Era um período difícil para os católicos enfrentarem

⁴² Caetano de San Leó, frei, Sermão para o dia 4 de outubro - festa de S. Francisco. Manuscrito avulso. ACNSP

⁴³ Azzi, Riolando. O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano, São Paulo, Paulus, 1994. pp. 40-47

⁴⁴ Sobre a utilização dos congressos como instrumentos de aglomeração dos fiéis, os organizadores do evento alertavam a assembléia que nestes encontros só participariam os verdadeiros católicos, aqueles que desejavam ouvir os ensinamentos do bem e que aceitavam intensamente os dogmas. Outras pessoas que tivessem idéias contrárias à Igreja não seriam admitidas nas reuniões; A assembléia concordou na elaboração de uma petição, que deveria ser enviada ao Poder legislativo em todos os estados declarando que os católicos brasileiros não aceitavam uma pátria sem Deus, muito menos as leis que forçavam as autoridades ao ateísmo. Neste documento constaria ainda a conclamação a todos os católicos para divulgar obediência e amor ao Sumo Pontífice no seguimento de suas orientações e atenção as suas constituições, encíclicas, decretos e cartas apostólicas; Foi reforçada ainda a condenação das novas doutrinas e proibição aos católicos de participação em seitas. Primeiro Congresso Catholico Brasileiro. Promovido pelo Apostolado da oração. Bahia, 03 a 10 de junho de 1900. Actas e documentos, São Paulo: Typographia A Vapor. Pauperio & Comp. 1900.

aqueles que tentavam descristianizar os povos, negando a Jesus Cristo nos governos, nas escolas e nas famílias, e, portanto, era preciso que os fiéis de forma organizada e coletiva intervissem para assegurar os direitos da Igreja. No congresso, foi debatida a idéia de permanência de união entre a religião e o poder político, visto que para a Igreja ambos os poderes tinham objetivos comuns que era o de promover a ordem, a justiça, a prosperidade e paz na sociedade. Estes elementos vitais para o desenvolvimento social achavam-se, entretanto, ameaçados pelo pensamento liberal que havia substituído a observância dos preceitos divinos pelo conhecimento das ciências, resultando na proliferação de doutrinas subversivas como o ateísmo, socialismo, comunismo, monismo, niilismo, positivismo, espiritismo, racionalismo e materialismo.⁴⁵

A Igreja embora desconfiada das inovações que surgiam como fruto da modernização, principalmente dos meios de comunicação que facilitavam o contato dos baianos com a cultura européia, fazia questão de afirmar que a sua doutrina não era incompatível com a sociedade dos novos tempos, e alertava os fiéis sobre a perseguição que vinha sofrendo por conta da emancipação social, responsável pela propagação da Igreja como uma instituição ultrapassada e sinônima de atraso para o desenvolvimento da sociedade. Hugo Fragoso chamou a atenção para uma possível psicose ou mania de perseguição em que se debruçou a Igreja ao afirmar a existência de forças inimigas que estariam tramando estratégias com a nítida intenção de destruí-la.⁴⁶ Nas considerações do Fr. Ângelo de Monterrubiano, influenciado por esse pensamento catastrófico sobre a situação da vida cristã diante do mundo moderno, foram definidos os inimigos da fé, aqueles que tanto desprezavam a vida cristã: seriam eles então os pensadores modernos que, segundo o frade, apesar de terem aglomerado tanto conhecimento com seus estudos, não percebiam o que ia além dos sentidos. Por isso eram incapazes de compreender a ação do sobrenatural entre os homens.⁴⁷

A sociedade brasileira, antes forçosamente católica em sua maioria, em parte, naquele momento, estava dividida em “dois mundos, duas culturas opostas e irreconciliáveis: uma centrada em Deus e a outra centrada no materialismo, uma sacralizada e a outra secularizada”.⁴⁸ Contra a secularização das instituições civis, a Igreja respondia com o exemplo americano de estado confessional, onde a emancipação social não havia afastado a

⁴⁵ Primeiro Congresso Catholico Brasileiro, op. cit., pp. 9-11.

⁴⁶ Fragoso, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal. In: *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Caxias do Sul: Paulinas, 1992. Tomo 2, segunda Época.

⁴⁷ Ângelo de Monterrubiano. Sermão. Manuscrito Avulso. ACNSP.

⁴⁸ Rodrigues. Afonso. *Igreja e Estado*. São Paulo: Edições Loyola, 1975. p.36.

religião da vida pública.⁴⁹ Para os católicos, ao Estado competia a legitimação das leis, à Igreja cabia fazer-se conhecer e cumpri-las: somente a aceitação das verdades da fé tornava possível o seu cumprimento pelo povo. Sem a fé não haveria como o homem querer cumprir regras ou respeitar autoridades.⁵⁰

Segundo o projeto conservador católico, o liberalismo era o grande mal do século XIX, todas as mazelas humanas tiveram origem nele. A Igreja apostava no século XX como a era de retorno absoluto à Religião, tempo em que a humanidade, redimida, reconheceria novamente os preceitos religiosos como fundamentais para a organização da vida em comunidade. Nesta expectativa, o bispado da Bahia, atendendo ao apelo do Papa Leão XIII, organizou como festa solene em todas as igrejas da arquidiocese, uma homenagem especial a Jesus Cristo Redentor. Isto fora feito como um pedido de desculpas pelo distanciamento dos fiéis dos ensinamentos da doutrina durante o século que se findava, e a confirmação de uma promessa que a Igreja convocava todos a fazer, esta consistia no comprometimento de que o século XX marcaria para toda a sociedade o ano de volta à fé. A comemoração foi marcada pela realização de diversas procissões. A principal delas saiu do S. Bento, em direção à Catedral. A festa também lembrou a circuncisão do Senhor no momento da passagem de ano, com a realização de missas em quase todas as igrejas da capital, inclusive, na Piedade. Com grande fluxo de fiéis a comemoração foi realizada com cânticos, comunhão e benção do sacramento, e no dia seguinte, a benção da cruz. No dia 1º do ano após a missa solene na Catedral com o canto do Te-Deum, houve um ato de desagravo em nome da nação brasileira.⁵¹

Apesar da iniciativa da Igreja em tentar fazer com que o século XX fosse uma volta expressiva do monopólio católico na sociedade brasileira, sua situação diante do Estado e da sociedade permaneceu a mesma, e os capuchinhos estiveram, naquele período atuando a favor do ideal católico de seguir ditando as regras da convivência civil, alertando os fiéis sobre um complô contra a Igreja. A intenção do discurso dos frades era o de convencer os seus ouvintes de que intelectuais liberais maquinavam meios de afastá-los da religião. A descrença presente nos meios intelectualizados, segundo o capuchinho Fr. Agostinho de Loro Piceno, estava sendo questionada como consequência do desenvolvimento das ciências, e do predomínio da

⁴⁹ O modelo americano de governo foi uma das inspirações para o grupo republicano que promoveu a instituição do novo regime no Brasil. Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 24-25

⁵⁰ Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva. p. 26. (Carta Pastoral de D. Jerônimo n. 2)

⁵¹ Jornal - Diário da Bahia, 1 de janeiro de 1901.

razão em oposição ao sobrenatural, porém, segundo as suas explicações, este argumento era falso.

Sobre o desenvolvimento da sociedade, notamos que a Igreja, contagiada pelo processo de urbanização da cidade, que significava um traço característico dos novos tempos, foi também favorecida com a inclusão da nova técnica arquitetônica. Os capuchinhos, em 1910, inauguravam a iluminação elétrica do altar-mor, dos altares laterais e da fachada, durante a festa solene em homenagem a N. S. da Piedade.⁵² O uso da eletricidade era naquele momento um grande sinal de desenvolvimento e progresso do país republicano. Esta interação da Igreja com um fator integrante da evolução tecnológica, típica dos tempos modernos, mostra que a sua ação reformadora não se empenhava numa posição contrária ao desenvolvimento social. As suas condenações levavam em consideração as novidades que de alguma forma ferissem a doutrina da Igreja ou os seus princípios de autoridade e ordem moral, assim como salientou o capuchinho Fr. Agostinho de Loro: “Meus irmãos, não pareça que quero condemnar a actividade, o commercio, a sciencia, as artes, não, todas estas coisas são úteis e de certo modo necessárias, eu condeno somente o total esquecimento da santa lei de Deus, das boas obras, das practicas religiosas, da doutrina christã.”⁵³

Para os capuchinhos, o que realmente estaria motivando a propagação de discursos contrários à religião era uma revolta contra o catolicismo, por isso se justificava a imposição da incredulidade como condição para aqueles que freqüentavam os meios acadêmicos serem aceitos como verdadeiros intelectuais. Afirmara o capuchinho que “a descrença brota e vive quase sempre em corações perversos e corrompidos: o fóco de onde emana a incredulidade não é a ciência nem a critica, e sim a corrupção dos costumes, dar-lhe outra origem é um engano”. Portanto, seria falso apontar a incredulidade da época aos estudos científicos, à lógica ou à critica. A incredulidade tinha origem na ignorância ou na perversidade do coração. E esta incredulidade era a causadora da degradação da sociedade, desviando-a da ordem moral na medida em que alimentava a libertinagem.⁵⁴

Sobre a relação da Igreja com os aspectos modernos da sociedade existem dois pontos a serem analisados. O primeiro refere-se à forma com que Pio IX, no Syllabus, se posicionou sobre a questão, tendo condenado a seguinte proposição “O Pontífice Romano pode e deve

⁵² Jornal Diário de Notícias de 17 de outubro de 1910.

⁵³ Agostinho de Loro Piceno. Sermão. Manuscrito avulso, 27 de maio de 1911, ACNSP

⁵⁴ Ângelo de Monterrubiano, Sermão, op. cit.

conciliar-se e transigir com o progresso, com o Liberalismo e com a civilização moderna”.⁵⁵ Esta era uma visão realmente antimodernista revelada no posicionamento do Papa. Mas lembremos que o Syllabus recebeu sérias críticas das alas mais progressistas da Igreja. No entanto, no Concílio Vaticano I, a Igreja mudou o seu discurso numa tentativa de buscar formas de entendimento com a sociedade moderna. Numa visão mais flexível diante das transformações sociais, a Igreja manifestou-se favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico, desde que as ciências não fossem desvinculadas da religião. No Concílio Vaticano I, ficou estabelecido que a fé e a razão deveriam ter uma relação harmônica. Mas isto só poderia ser atingido se a razão estivesse inteiramente sujeita à revelação. Afinal, afirmava o Concílio, foi o próprio Deus quem permitiu que o homem pudesse desenvolver-se intelectualmente, por este motivo o conhecimento humano jamais poderia ser utilizado para negar a existência da presença do divino entre os homens. A relação entre a fé e a razão deveria ser de auxílio mútuo, uma dando suporte à outra. Para Igreja, isto não significaria uma posição contrária ao desenvolvimento das ciências ou das artes, estas poderiam ter certa liberdade no desenvolvimento dos seus métodos. No entanto, era inconcebível que a liberdade da qual gozavam fosse ultrapassada em seus limites, ou seja, que fosse desenvolvida com objetivos de negar os dogmas da Igreja, entrando assim no domínio da fé, inatingível a qualquer capacidade intelectual.⁵⁶

Sobre o desenvolvimento das ciências, frei Agostinho de Loro Piceno, pretendendo demonstrar a possível ligação entre a teologia e as outras disciplinas, anunciava que os homens poderiam utilizar-se da ciência com o objetivo de entender as verdades reveladas. Para isto, seria necessário que agissem com neutralidade, pois, caso aqueles que buscassem o conhecimento da religião estivessem corrompidos pelos costumes e pelos vícios, não poderiam desenvolver o seu pensamento de modo hábil, e, assim, também não compreenderiam as verdades reveladas. Para ele a influência de concepções baseadas estreitamente na causa científica, a que denominava de corrupção dos costumes, seria a causa da recusa à crença na doutrina, culminando em atos de repugnância à religião. Enquanto o homem fosse movido por suas convicções científicas desprovidas do conhecimento teológico não teria jamais como atingir a razão, pois, “somente os limpos de coração verão a

⁵⁵ 80ª proposição condenada no Silabo de Pio IX - Contendo os Principais Erros da Nossa Época, Notado nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX, Op. cit.

⁵⁶ Concílio Vaticano I. Cap. IV – A fé e a razão, itens 795, 796, 797, 798, 799.[on line] Disponível na Internet via [http:// www.montfort.org.br/documentos/concilio](http://www.montfort.org.br/documentos/concilio) . Salvador, 2005

Deus”.⁵⁷ Para defender o pensamento de que existia uma suposta campanha anticatólica, Fr. Agostinho salientava que muitos dos cientistas que se diziam ateus vacilavam em suas convicções agnósticas ao aderirem a seitas que possuíam os princípios mais tolos, como a consulta de “espíritos, os sonâmbulos, magos falantes e outras diabruras”, o que comprovava que as idéias contrárias à religião pretendiam atingir apenas o catolicismo.⁵⁸

A intenção do frade era demonstrar o sentimento de perseguição que tomava toda a Igreja naquele momento de tantas acusações feitas pelos inimigos liberais. Segundo o capuchinho, esta perseguição estava levando a pôr em dúvida a real necessidade do templo, com a indagação de qual seria o proveito do edifício religioso para um deus criador universal.⁵⁹ Argumentavam os liberais que o templo era um exagero, uma vaidade desnecessária dos homens, freqüentado apenas como teatro ou qualquer outro lugar de sociabilidade. Mas, para os católicos, esclarecia o frei, o templo teria a função única de inspirar os homens em sua comunicação com Deus através das orações. Isto não significava que Deus precisasse de um lugar sagrado, já que pela sua onipresença poderia estar em todos os lugares. Os homens, sim, precisavam de um lugar onde pudessem oferecer suas homenagens, um lugar que propiciasse o estado de oração. O exercício da religião deveria ser feito com todo o respeito e decoro e em união com os demais fiéis, e justificou-se nas palavras de Jesus: “onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali eu estarei.”⁶⁰

Fr. Caetano de San Leó, em sermão para a festa de todos os Santos, falou sobre outro sinal da fé - as relíquias dos santos - que estaria sendo questionado por pensadores, baseados em noções racionalistas. Ele comentou aos fiéis sobre a intenção de adversários da Igreja em banir dos templos as relíquias dos santos, com o argumento de que tais objetos venerados na tradição católica constituíam um grande perigo para os fiéis, quando estes, em ato de superstição, depositavam as suas esperanças em cinzas e ossos, esquecendo-se de dirigir os seus pedidos ao próprio Deus. Segundo as considerações do Fr. Caetano, “os filósofos e falsos teólogos do século XX”, como chamava os livre-pensadores e seguidores das denominações protestantes respectivamente, agiam com malícia ao questionar os dogmas da Igreja que

⁵⁷ Agostinho de Loro Piceno, frei. Sermão. O astulto disse em seu coração não há Deus. Manuscrito avulso. ACNSP.

⁵⁸ Idem. Ibidem

⁵⁹ Durante o primeiro governo de J. J Seabra mais precisamente no ano de sua eleição, 1912 tivera início a reforma urbana da cidade do Salvador, quando para abertura da avenida Sete de Setembro, foi derrubada a Igreja de São Pedro, para que em seu lugar fosse construída a praça Barão do Rio Branco; e ainda a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda perdeu a sua forma original que datava da fundação da cidade. Tavares, Luiz Henrique Dias. História da Bahia, Salvador, Edufba, 2001, pp. 332-333.

⁶⁰ Agostinho de Loro Piceno, fr. Sermão, “Depois de três dias O acharam no templo.” Manuscrito avulso, 1910. ACNSP.

desprezavam, e se empenhavam astuciosamente por exigir a disciplina entre os católicos, chamando de superstição a presença das relíquias daqueles que tiveram uma vida dedicada ao exercício do evangelho na prática, e que eram para os católicos exemplos de santidade.⁶¹ Argumentava o capuchinho que, com essas críticas hipócritas sobre a presença das relíquias, os “falsos sábios” pretendiam conceituar de superstição esta prática da Igreja e posteriormente todas as outras devoções do culto externo. Portanto, para a defesa da doutrina da Igreja seria preciso que os católicos estivessem prevenidos, porque o objetivo maior dessas indagações era o de mostrar ao povo o caminho mais rápido para não se ter fé alguma.

A propagação da doutrina visava persuadir os fiéis a fortalecer sua fé através do conhecimento da ortodoxia da Igreja. Afinal, era necessário erradicar a ignorância dos fiéis sobre os diversos pontos da doutrina para defender a Igreja dos perigos que a secularização representava para a sua continuidade. “A suspeita que atinge os dogmas torna a rigidez e a defesa do grupo mais necessárias. Daí o novo significado da educação, instrumento de coesão numa campanha para manter ou restaurar a unidade”.⁶² Com o entendimento da realidade social, em que as pessoas estavam cada vez mais em contato com as reflexões de teorias liberais, os frades capuchinhos criticavam a ignorância religiosa e admitiam que muitos católicos viviam a fé sem a verdadeira noção dos preceitos, ao contrário de épocas passadas em que havia o interesse pelos assuntos religiosos e a Igreja influenciava as ciências, a família, a escola e a sociedade. O catecismo era para todos os homens o livro do qual se extraíam os ensinamentos mais importantes da vida. No entanto, a ciência da religião passou a ser desprezada e o homem não possuía mais indagações sobre a fé. Esta ignorância dos fiéis com relação às verdades cristãs, como descreve o capuchinho, teria origem na busca desenfreada pelos bens materiais na era moderna.

Hoje em dia fala-se muito de sciencia, de progresso, de commercio, porem vemos a maioria dos catholicos rejeitarem esse divino clarão, que ilumina nossa intelligencia, move nossas vontades, abraza nossos corações. Hoje em nome da sciencia se quer banir, essa força divina que nos annaes da historia, como cada um de nós, pode verificar, ilustra as intelligencias mais sublimes, immortalizam os gênios mais famosos, quer no campo científico, quer no espirital e material[...]Queridos ouvintes, não há coisa mais funesta para o homem, e que o faça cahir em maiores delirios, do que sua razão quando abandonado e entregue a si mesmo. Com effeito porque cahiram, dizem os padres e Doutores da Igreja, porque cahiram as philosophias do paganismo, em tantos erros e ridículas extravagâncias? Porque, respondem elles, não souberam sujeitar a própria razão deixaram-se guiar por ella.⁶³

⁶¹ Encontra-se em altares da Igreja de N. S. da Piedade o depósito de dois corpos de Santos Mártires, S. Bonifácio que data de 16 de outubro de 1856, e de S. Cristovam. Ver Fr. Gregório de S. Marino. Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia, Bahia, 1951. p. 551.

⁶² Certeau, Michel de, op. cit. p. 133.

⁶³ Agostinho de Loro Piceno, fr. Sermão. Manuscrito avulso. 1911. ACNSP.

Tentando mostrar aos fiéis a degradação a que caminhava a sociedade no afastamento do controle religioso, Fr. Agostinho apresentou, em sua homilia, São Francisco como símbolo de virtude e exemplo de vida cristã, admirado até por incrédulos da fé católica, protestantes e racionalistas. Os capuchinhos, ao analisar a sociedade dos novos tempos, definiu-a como em processo de degeneração causada pela ânsia do lucro, do consumo e de tudo que era efêmero. Procuraram então fazer do seráfico da ordem um modelo para reformá-la. Ao comparar a sociedade moderna e a sociedade na qual viveu o santo, o frade destacou que em ambos os momentos houve uma depreciação das autoridades eclesiásticas e civis, embora no tempo de São Francisco os homens ainda fossem submissos à fé católica.

[...]Não é assim porem em nossos dias. A fé, esta filha do céu, uma revelação que flui dos lábios de Deus, essa herança consoladora, deixada pelo Christo à sua Igreja, é neste século atacada de modos mil. O orgulho humano subiu tão alto, que os decantados cientistas quizeram sujeital-a a uma critica insane nos delitos carnaes, outros, como Diógenes na ambição, e todos corriam, precipitadamente de erro em erro, sem se deparar com a verdade. Daqui meus irmãos provem adorarem como deuses, os ídolos de pedra e de barro[...]e nós porque não cahimos nessas extravagâncias, é porque nos sujeitamos a razão ao clarão da fé. A razão humana privada da revelação não pode explicar o altíssimo e adorável mysterio da encarnação do verbo, assim como todos os outros mysterios.⁶⁴

Tendo ainda como exemplo a figura de São Francisco de Assis, os capuchinhos estimulavam os fiéis ao respeito para com a Igreja e seus sacerdotes.

Amados irmãos, se Francisco adorava a Deus nas obras da natureza, mais ainda o adorava na ordem da graça, na palavra revelada, na Igreja e nos sacerdotes. Elle costumava dizer, que se por acaso encontrasse um anjo e um sacerdote, primeiro cortejaria o ministro de Deus e depois o anjo, porque exclusivamente ao sacerdote Deus deu o poder de offerter o santo sacrificio da Missa.⁶⁵

O anticlericalismo caracterizado por uma rejeição à religião católica, aos seus sacramentos, ao culto da religião e aos seus sacerdotes, estimulou a Igreja a enfatizar à sociedade a importância e autoridade do padre, como aquele que está presente em vários momentos solenes da vida do homem, do nascimento até a morte E que ele como pregador da doutrina cristã deveria reunir as qualidades de sabedoria e santidade.⁶⁶ Jamais aqueles que professavam a explicação da lei, os guias do povo poderiam viver na ignorância. Era preciso dissipar a ignorância para que sobressaíssem as verdades católicas. A busca do conhecimento era, pois, fundamental para que a Igreja pudesse combater os seus adversários liberais com a

⁶⁴ Idem. Ibidem

⁶⁵ Idem. Ibidem

⁶⁶ “Quando a razão humana rebate vigorosa e facilmente as armas dos adversários, adquiridas com o auxilio da mesma razão, a victoria da fé torna-se esplendida, não só deante daquelles que servem de espectadores, como também dos que tomam parte na lucta movida contra a doutrina da Egreja.”D. Jerônimo, p. 6. (Carta de D. Jerônimo n. 3)

mesma arma.⁶⁷ Os sacerdotes além de se esforçarem por agregar o conhecimento das ciências teriam também que viver de forma santa, cientes de que sua opção de vida não permitia o apego às coisas mundanas, para tanto era preciso que fossem cautelosos nos gestos, no andar, nas práticas e nas conversações. Deveriam viver de forma moderada, apreciando os retiros espirituais como ocasiões especiais para experimentar a vida contemplativa e refletir sobre a eternidade, purificando-se dos pecados.⁶⁸

A Imprensa leiga

Desfeita em seus direitos de reguladora das liberdades, a Igreja viu decair ao longo do século XIX o privilégio que lhe fora concedido no período anterior pela monarquia portuguesa. Ainda nas primeiras décadas daquele século, a lei brasileira determinava que qualquer veiculação que ferisse as verdades da fé católica, defendesse outro dogma diferente daqueles reconhecidos pela Igreja, ou fizesse qualquer tipo de blasfêmia contra Deus, contra os santos ou ao culto católico fosse vista como crime. A pena variava de multa a um ano de prisão. De acordo com o decreto de 12 de julho de 1821, assinado por D. João VI, seriam punidos aqueles autores que violassem ou abusassem contra os bons costumes, publicando escritos contra a moral cristã, e escritos ou estampas obscenas, com penalidades de multa. No entanto, paulatinamente, a situação da imprensa brasileira foi sendo modificada: tratando-se primeiramente de excluir a inspeção católica sobre os abusos, até ser atingida a liberdade total, com a constituição de 1891.⁶⁹

A liberdade de imprensa dera início a uma nova fase na vida social brasileira, principalmente por ter contribuído para uma maior divulgação das obras literárias, ditando assim o novo modo de vida cada vez mais distanciado dos valores recomendados pela Igreja Católica. Durante o século XIX, a sociedade baiana letrada encantava-se com os romances que apresentavam uma temática relacionada aos tempos modernos e às liberdades individuais. Também muitos folhetins foram publicados em jornais da cidade para atender ao gosto do público feminino da elite que muito se dedicava às leituras.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 4-11.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*

⁶⁹ Sobre a liberdade de imprensa, assim está determinado na Constituinte Republicana: “em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determina. Não é permitido o anonimato”. Roure, Agenor. *A Constituinte Republicana*, Senado Federal, 1979. pp. 361-362.

A arquidiocese da Bahia já havia alertado aos fiéis sobre os periódicos escritos em base racionalista que compunham os instrumentos dedicados a abalar a fé cristã e católica. Segundo D. Jerônimo o uso desvirtuoso da imprensa não acontecia somente no Brasil, em vários países existiam publicações que se destinavam a insultar a Igreja, afirmando que a resistência da instituição a tamanho número de ataques que sofria a cada dia por parte da imprensa só poderia ter explicação na intervenção de Deus para proteger sua obra purificadora⁷⁰.

Religiosos católicos do século XIX manifestaram-se contra a publicação de romances com temáticas relacionadas à vida mundana, denunciando a influência do romantismo na forma de conceber determinados aspectos da vida humana, em particular, a disseminação do pessimismo nos leitores. Para a Igreja, este tipo de obra literária seria responsável por promover uma visão negativa da vida real, resultando em números expressivos de suicídios na população baiana da época. Mais uma vez, a Igreja atribuía acontecimentos desastrosos da sociedade ao processo de modernização, do qual foram excluídos os princípios religiosos para definição dos meios necessários à manutenção da paz social. Os suicídios seriam resultantes do sistema filosófico racionalista e da sua proliferação por todas as camadas sociais, as seqüelas das desordens iniciadas com a Reforma Protestante e o Iluminismo.⁷¹

Nas alocações capuchinhas encontramos a preocupação da Igreja com a liberdade de expressão representada na veiculação de impressos que promoviam idéias contrárias à Igreja Católica. Os frades censuravam o conteúdo de diversas publicações que estariam relacionadas a valores negativos para os jovens, como “a pregação de mentiras, imoralidades e corrupção”.⁷² Com a idéia de que “qualquer migalha de liberdade deve ser condenada, a liberdade de consciência é uma loucura, a liberdade de imprensa é um mal que jamais será suficientemente deplorado,”⁷³ a Igreja exortava os católicos para que não alimentassem as idéias dos inimigos da religião, consumindo suas publicações. Ao mesmo tempo, reconhecia na imprensa a sua benéfica utilidade, notadamente quando veiculava leituras religiosas indicadas pelos bispos para divulgação das verdades da fé cristã. No combate aos insultos dos adversários, o pensamento católico era o de que a imprensa fosse transformada em um apostolado capaz de servir aos seus interesses doutrinários, mas, para que tivesse o efeito

⁷⁰ D. Jerônimo, p.12 (Carta de D. Jerônimo n. 1)

⁷¹ Sobre o posicionamento da Igreja Católica sobre o grande número de casos de suicídio na Bahia ver Oliveira, Jackson André da Silva. Loucos e pecadores: Suicídio na Bahia do século XIX. Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2004. pp. 14-49

⁷² Ângelo de Monterrubiano, frei, Sermão. Manuscrito avulso, ACNSP

⁷³ Martina, Giacomo. op. cit. 316.

apostólico desejado, a imprensa católica deveria promover a veiculação de periódicos que defendessem a moral baseada na doutrina da Igreja, o respeito às autoridades e à ordem social.⁷⁴

Com este objetivo, fundaram-se no Brasil e tiveram difusão na Bahia, jornais e revistas considerados pelas autoridades eclesiásticas como benéficos aos ensinamentos da religião como o “*Mensageiro do Coração de Jesus*”, “*O Monitor Católico*” e o semanário “*Leituras Religiosas*”, de 1889, contendo assuntos variados, geralmente doutrinário, literário e de notícias locais.⁷⁵ E outros dedicados à defesa da Igreja contra as argumentações agnósticas divulgadas na época. Sobre as perseguições empreendidas contra a Igreja Católica, o Jornal “*Cidade de Salvador*” de 16 de junho 1897, em seu editorial descrevia uma possível perseguição pelos filósofos da época à Igreja, e expôs que em nenhum outro momento foi tão necessário discutir este assunto: “Não é unicamente, o culto que se ataca, nem os estabelecidos temporaes da Igreja que são batidos da brecha; mas é o espírito christao que unicamente se quer espesinhar; é Deus mesmo, é a pedra angular de toda religião que se quer abalar e despedaçar.”⁷⁶

O desenvolvimento na Bahia de tipografias deve-se principalmente à impressão de livros devocionais. Com grande destaque a “*tipografia do Convento de S. Francisco*”, que no combate aos romances da época, apresentava as orações do “*Adoremus*” com vinte e uma edições com cerca de dois milhões de exemplares. Ainda teve esta tipografia o mérito de publicar a primeira edição brasileira da Bíblia, em 1899.⁷⁷ Com a difusão de publicações religiosas, moralistas religiosos e personalidades da sociedade baiana de tendência mais conservadora pensavam em reduzir a irreligiosidade principalmente entre os jovens, que eram os maiores consumidores dos romances produzidos dentro e fora do Brasil. Para estes, a solução para evitar que pessoas que passavam por alguma dificuldade tivessem uma idéia pessimista da vida era recomendável a leitura dos evangelhos ou de romances com enfoques na moralidade para que fossem fortalecidos na fé e nos princípios de ordem e moral.⁷⁸

Fr. Ângelo de Monterrubiano fez alusão à publicação de livros que, segundo ele, favoreciam a corrupção dos costumes e os prazeres carnais, e denunciava que essas publicações eram também responsáveis pela falta de interesse das pessoas sobre a ciência da

⁷⁴ D. Jerônimo Thomé da Silva, pp. 41-47 (Carta Pastoral n. 2)

⁷⁵ Barbosa, Pe. Manoel de Aquino. A Imprensa Católica na Bahia. *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia, 1951*. p. 154.

⁷⁶ Jornal, Cidade de Salvador de 16 de junho de 1897.

⁷⁷ Barbosa, Pe. Manoel de Aquino. A Imprensa Católica na Bahia, op. cit. pp. 147-156.

⁷⁸ Oliveira, Jackson, op. cit. pp. 14-49

religião que pregava uma vida de castidade. Tendo constatado que a imprensa leiga, por tratar dos problemas sociais de maneira desvinculada da orientação religiosa, dava à sociedade outras opções para o entendimento das questões sociais, o discurso do capuchinho se mantivera fixo na idéia de que o catolicismo vivia um período de perseguição, em que a sociedade era cada vez mais estimulada a voltar-se contra os ensinamentos da doutrina cristã. Por isso frisava que seria inútil um religioso se esforçar tantos anos em estudos porque não haviam mais pessoas interessadas pelo catecismo, que passava a ser considerado como uma leitura desprezível por aqueles que se diziam cultos e de espírito elevado.⁷⁹ Para ele, a sociedade moderna se mostrava muda no que se refere a Deus. “É comunicadora das coisas deste mundo, aos prazeres, aos divertimentos, à vida material, mas totalmente muda quando se trata de bendizer a Deus, de agradecer-lhe. Muda quando se trata de exaltar as virtudes, a piedade, a caridade”. Lamentava o frei que as pessoas não se empenhavam mais em defender o respeito pela religião que era o fundamento da convivência social. O homem dos tempos modernos, dizia o capuchinho, precisava se aproximar mais de Deus, e se dedicar ao estudo da religião. Neste aspecto, demonstrava admiração pelos adeptos do protestantismo na Alemanha, pois, segundo Fr. Ângelo, estes se esforçavam por conhecer a fundo a sua religião. Para ele, este comportamento comum entre os protestantes deveria ser imitado pelos católicos. Afinal, a religião católica ensinava que é preciso se preparar para o destino eterno, desta forma os católicos deveriam também saber da importância de se informar cada vez mais sobre os meios para alcançá-lo, o grande problema entre os católicos seria a falta de conhecimento sobre a própria religião.

[...] Em verdade, as constituições, as leis, os costumes formam os principais alicerces da sociedade. Mas o freio maior contra a violação das leis, a regra mais perfeita de conducta para conservar os bons costumes, é propriamente o ensino da religião, porque ela forma o verdadeiro código regenerador da vida humana [...]⁸⁰

Os sermões tinham ainda um caráter moralista por transmitirem a idéia de uma religião capaz de manter a ordem entre a sociedade civil, mas, partindo de cada indivíduo no controle das paixões, dos instintos em favor da ordem e da moral social. Frei Ângelo de Monterrubiano, tentando estabelecer padrões de comportamento para os fiéis mais adequados à postura moralizante pregada pela Igreja, criticava aquelas pessoas que não tinham mais interesse por aprender as verdades da religião, que, entusiasmadas pelos modismos, desejavam conhecer as danças, os romances, as vestimentas da moda, que, embora indecentes

⁷⁹ Ângelo de Monterrubiano. Sermão. Manuscrito avulso, ACNSP.

⁸⁰ Ângelo de Monterrubiano, frei. Sermão, Prática para o domingo undécimo depois de Pentecostes. Manuscrito avulso, ACNSP.

e escandalosos, seriam “necessários para a freqüência em bailes, teatros, e outros divertimentos profanos que só fazem corromper os costumes.”⁸¹ O discurso de Fr. Ângelo revela a preocupação da Igreja com a emancipação da sociedade também na área cultural, mesmo frisando o religioso que os divertimentos eram práticas perfeitamente normais e que a Igreja não condenava o acesso dos fiéis aos momentos de lazer, criticava as danças típicas dos bailes que eram organizados nos pontos de encontro da elite baiana, onde eram apreciadas as danças e a moda de influência européia, principalmente, francesa. Para o capuchinho, aquelas pessoas que freqüentavam os ambientes da vida mundana, como os teatros e bailes, tinham objetivos diferentes de uma simples busca do entretenimento, para ele homens e mulheres que se dispusessem a tal comportamento faziam a fim de corromper os bons costumes. O simples pegar e apertar as mãos entre homens e mulheres por muito tempo com sensualidade era considerado por ele como um comportamento muito perigoso e que precisava ser evitado.⁸²

Ensino religioso

Enquanto a Igreja enfatizava a necessidade do ensino da religião, as autoridades republicanas estavam empenhadas em concretizar os ideais de progresso da nação. Ressaltava-se a necessidade de melhorar o ensino oferecido nas escolas do governo. Naquele momento da história, quando, a educação religiosa era vista por segmentos liberais do governo brasileiro como impedimento para o avanço da modernização do país, parte da sociedade brasileira abria-se para o pensamento anglo-saxão de progresso, isto se deu devido à liderança que estes assumiam no mundo. Voltado para a ciência e a técnica, a educação protestante começara a disputar com as escolas católicas a preferência entre as famílias das elites brasileiras. Não que isto se devesse ao interesse pela religião protestante, mas sim, ao modelo educacional técnico-científico combinado aos aspectos humanos.⁸³ Era preciso superar o programa proveniente da tradição religiosa, de influência jesuíta, considerado incompatível para uma sociedade em via de modernização e um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil. Por conta disso, as autoridades políticas, temendo que a ignorância predominante entre a maioria da população pudesse comprometer a soberania do país ao dar-lhe características de servilismo diante dos Estados mais desenvolvidos, julgaram

⁸¹ Idem. *Ibidem*

⁸² Ângelo de Monterrubiano, frei. Discurso para o domingo vigésimo segundo depois de Pentecostes. Manuscrito avulso. ACNSP.

⁸³ Mendonça, Antônio Gouvêa; Velasques Filho, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990. pp. 73-76.

melhor promover a sua erradicação. Assim, para corrigir tal atraso cultural, o lema republicano era atribuir ao ensino das ciências a incumbência de implantar no Brasil a prosperidade moral e material, pois se acreditava que só a partir do estudo científico seria possível “perceber os fenômenos, discernir as relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades e induzir as leis”.⁸⁴ A educação leiga com ênfase no ensino das ciências passou a ser então o caminho pelo qual o Brasil teria que percorrer para alcançar o progresso tão cobiçado pelos republicanos.

A introdução do ensino leigo foi uma das maiores preocupações para a Igreja. Na tentativa de amenizar esta perda de espaço para a expansão da fé católica entre crianças e adolescentes, D. Jerônimo fez alusão a uma carta em que o Sumo Pontífice pedia aos fiéis brasileiros que a moral não andasse separada da religião. Na carta, Leão XIII ressaltava que Deus deveria ser a base de qualquer ensinamento sobre os deveres dos homens, pois sem a instrução religiosa não poderia haver bom sistema de educação.⁸⁵

Os discursos católicos, aplicados à educação, com ênfase ao respeito às autoridades serviram para demonstrar a importância da moral cristã para a vida social, atendendo, ao mesmo tempo, às necessidades da classe média e alta da população, composta por uma pequena parcela da população. Com isto, proliferaram naquele período, as escolas católicas dirigidas por ordens religiosas. À educação católica aderiram os mais ricos que optaram por um ensino que reproduzia a idéia de uma sociedade estratificada, além de preparar os seus filhos para ocuparem as posições superiores na hierarquia social, e de prestar ajuda à Igreja na prática da caridade aos excluídos, ensinando-lhes as bem-aventuranças futuras que os recompensariam pelas carências da vida presente, afastando-os de possíveis rebeliões contra os poderes constituídos.⁸⁶ Benedetti, ao tratar da opção das elites pelo ensino religioso, descreve-a como de caráter paternalístico e agnóstico. A religião passou a atrair fiéis do sexo masculino não precisamente por questões ligadas a fé, mas pela seriedade e rigor característicos do ensino católico. Os pais das famílias abastadas esperavam que seus filhos

⁸⁴ Reforma do ensino secundário e superior. Parecer e Projeto apresentado em sessão de 13 de abril de 1892, Pela comissão de instrução pública: Rui Barbosa, Relator; Thomaz Bonfim Spendola, e Ulisses Machado Pereira Viana. Cit. In. Lourenço Filho, Manoel Bergtrom. *A Pedagogia de Rui Barbosa*. INEP/MEC, Brasília, 2001, pp. 60-61.

⁸⁵ D. Jerônimo, (Carta Pastoral n. 3), p. 25.

⁸⁶ Para as meninas pobres, Casa e Colégio da Providencia com 115 pensionistas, 70 órfãos gratuitos e 150 externas gratuitas; Casa dos Expostos - Asilo N. S da Misericórdia com 202 meninas internas, 185 externas gratuitas, dirigidas pelas irmãs da Caridade; Asilo para meninos desamparados de legado do benfeitor dos pobres o Conde Pereira Narciso, dirigido pelo Bom Pastor. D. Jerônimo Thomé da Silva. (Carta Pastoral n. 2), pp. 25-26.

herdassem seus lugares nas classes dirigentes, por isso, aprovavam a ênfase do ensino religioso sobre a exaltação das autoridades.⁸⁷

Esta menção de propósitos conservadores com base na família era como um ensaio católico em ambiente privado para posteriormente ser aplicada à sociedade civil. Na sociedade doméstica deveria prevalecer um regime de autoridade, caridade e obediência, qualificando respectivamente o papel do pai, da mãe e do filho. O pai, a Igreja determinava que deveria ser aquele que exerce a autoridade para defender a justiça, castigando os que erram e corrigindo-lhes os defeitos. O princípio de autoridade paterna deveria garantir o conhecimento temporal e espiritual, evitando oferecer aos filhos liberdades e estimular-lhes as paixões para que não vivessem em busca dos bens efêmeros.⁸⁸ Já as mulheres tiveram um papel fundamental como promotoras da religião católica entre as crianças, ensinando-lhes desde cedo o respeito às autoridades, a começar pela obediência para com os pais, evitando assim que a insubordinação fosse causa para as intrigas na sociedade doméstica, e, no futuro, revolta contra as autoridades da sociedade civil.⁸⁹ Naquele período era comum a participação delas na *Confraria das Mães Cristãs*, divulgadora da devoção a *Sagrada Família*, e responsáveis pela festa anual de consagração das crianças, da qual participavam as famílias e os colégios católicos de ambos os sexos.⁹⁰

Vamos encontrar ainda entre as práticas capuchinhas os retiros espirituais para as moças realizados nos conventos femininos de Salvador.⁹¹ Podemos considerar como tradicional a assistência religiosa dada pelos frades aos conventos e abrigos com finalidade de reforçar a formação cristã das jovens. Nesta atividade apostólica realizada em conventos, como do Desterro, dos Perdões e das Mercês eram promovidos dias reservados para avivar a

⁸⁷ Benedetti, Luiz Roberto, op. cit. p.156,

⁸⁸ Ancora da Salvação Cristã – livrinho de devoção. Lembrança da festa de S. José celebrada no Santuário de N. S. da Piedade dos missionários capuchinhos em 25 de Abril de 1926- obrigações dos chefes de família, p. 136.

⁸⁹ A partir do momento em que a religião estava desvinculada do poder político e mais ligada ao sentimentalismo em suas práticas devocionais, os homens não se interessavam tanto pela religião como no período anterior. A Igreja então se volta às mulheres, foram elas que propagaram os ideais conservadores católicos considerados como fundamentais para regenerar a sociedade. Uma das mulheres que se empenhou na Bahia nesta campanha foi Amélia Rodrigues, juntamente com a Liga Católica das Senhoras Baianas. Certa vez, no Mosteiro de S. Bento, palestrou a comunidade presente sobre a importância da palavra como instrumento para livrar a sociedade daquilo que contrariava as verdades da fé. Diário de Notícias, 4 de abril de 1910.

⁹⁰ Jornal A Tarde de 18 de junho de 1914.

⁹¹ A pregação capuchinha para as internas desses conventos era uma forma de reforçar a educação religiosa de mulheres das classes altas e baixas da sociedade. O modelo de educação seria reproduzido na forma de educar seus filhos baseado nos princípios de autoridade e de ordem. Sobre a educação feminina oferecida nas escolas católicas ver Passos, Elizete Silva. *A educação das Virgens: um estudo cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

fé, com pregações duas vezes ao dia, comunhão e instrução. A intenção era ensinar que a religião era um fator indispensável ao controle e disciplinamento das paixões humanas.⁹²

Segundo a praxe católica não adiantaria o conhecimento sobre os deveres da vida em sociedade sem estudar a religião. Seria um engano achar que somente a legitimação das leis pelo poder público bastaria para se fazer cumpri-las. A moral só seria possível com Deus, tendo por base a religião. “Sem o estudo sobre a religião o que seria das gerações futuras sem os princípios reguladores da vida humana”. A Igreja preconizava que coisas terríveis e irreparáveis aconteceriam como consequência das falsas doutrinas originárias de países que haviam abolido o ensino religioso. Os modernos reformadores teriam extinguido irresponsavelmente o ensino das escolas públicas, com o intuito de retirar da sociedade o agente moralizador, para que se pudesse utilizar toda a liberdade dos novos tempos.⁹³

Perguntai a crítica histórica, e vos responderá que os homens e as nações que tem melhor conhecido e praticado a lei evangélica, foram sempre os menos reprováveis nos seus costumes públicos e privados. Porque a mocidade dos nossos dias se mostra tantas vezes presumçosa e desordeira, e corrip os vícios? Porque não conheces as verdades mais fundamentais da religião que professa; porque na educação moderna não se pensa seriamente em ensinar-lhe o gosto do que é bom. Não nos causa espanto se corre como lama para os prazeres sensuaes.⁹⁴

A Igreja insistia em argumentar que não era contra o desenvolvimento das ciências, mas fazia uma real distinção sobre a relevância da ciência da religião em comparação às outras ciências e seus métodos desvinculados da influência religiosa. “Não se pode duvidar que a escola leiga e a escola da Igreja tem missões diversas; pois que aquella deve cuidar do desenvolvimento da razão, apresentando as verdades da ordem natural, em quanto que a Igreja, por seu lado cumpre examinar a todas, de modo que ellas jamais se afastem ou prejudiquem as verdades eternas, cujo fundamento é o próprio Deus.”⁹⁵ Esta distinção encontra-se também expressa no discurso dos frades capuchinhos que avaliavam a busca do conhecimento científico nos tempos modernos da seguinte maneira: Enquanto o homem se dedicava a estudar os livros, os objetos da natureza, e a se orgulhar de suas descobertas, seus esforços eram inúteis, pois muitas vezes estas experiências não serviam para as suas reais necessidades humanas, referentes aos motivos pelos quais o homem passa pela vida material, e sobre os meios de alcançar a vida eterna. Nos sermões, a educação religiosa é destacada como prioridade na formação do homem em virtude do seu objetivo específico que é tratar de ensinar a se ter fé, e não, a analisar criticamente os fundamentos sobre as verdades da religião.

⁹² Livro de Registro das Missões, 1890-1933

⁹³ Ângelo de Monterrubiano, fr. Sermão. Manuscrito avulso. ACNSP.

⁹⁴ Idem, Ibidem

⁹⁵ Jornal Cidade do Salvador, 9 de agosto de 1897.

O capuchinho determinava que sobre os ensinamentos católicos não havia o que se debater, ou, dúvidas que merecessem ser discutidas, ou contradições a se esclarecer.⁹⁶ No momento em que o catolicismo vivia o desvinculamento das ciências da teologia, era preciso frisar a importância na manutenção do ensino religioso nas escolas do governo, e, além disso, reafirmar a importância do clero como aquele que promove, entre as crianças e os jovens, o respeito às autoridades cuidando da educação moral, cívica e religiosa.

Em outros tempos as pessoas se entusiasmavam por conhecer a ciência da religião, ela dominava e informava as outras disciplinas. Na sociedade moderna pelo contrário impera uma ignorância com relação às verdades da fé. Os homens estão sedentos em saber e questionar tudo mais do que em períodos anteriores, mas esta inclinação pelo conhecimento não se estende também aos bens eternos. A sociedade atual, em todas as grandes cidades do mundo estão preocupadas com o dinheiro, os pensamentos, idéias e sentimentos foram materializados, parece até que não possuem alma, nisto se justifica a falta de interesse pela religião.⁹⁷

Com o crescente aparecimento de outras religiões no país, proveniente da liberdade de culto instituída no Brasil pelo novo governo, a Igreja chamava a atenção dos fiéis para os modismos que estavam sendo divulgados na época, considerando que tantos outros aspectos da vida social eram mais importantes do que a religião. Daí cada pessoa poderia espontaneamente optar pela adesão a qualquer religião, já que todas elas tinham o mesmo propósito. E ainda poder-se-ia até mesmo não escolher a nenhuma delas. Segundo Fr. Agostinho de Loro seria esta mais uma manobra de livres-pensadores, que queriam lançar dúvidas sobre a veracidade de ser a Igreja Católica a única e verdadeira religião, a única com o reconhecimento do próprio Deus. Criticava o frade que na verdade não teriam eles nenhum interesse em saber qual a verdadeira igreja ou qual o culto a ser prestado a Deus. Eles pretendiam com isto apenas retirar dela a autoridade como a única responsável pelos ensinamentos da doutrina de Cristo, e conseqüentemente lançar sobre a sociedade o questionamento de se manter a ideologia católica como fonte de discernimento para a estrutura social.⁹⁸

Com a mesma percepção, Fr. Agostinho ressaltava que a liberdade é um dom santo, mas que deveria ser vivido de forma moderada, principalmente no respeito para com as autoridades, fossem elas religiosas ou civis, caso contrário, poderia a liberdade se transformar em um desenfreamento.⁹⁹ Propagando o ideal católico de que a juventude não poderia ficar desprovida da fé e dos bons costumes como era ensinado nas escolas dirigidas por leigos que

⁹⁶ Ângelo de Monterrubiano, frei Discurso para o dia de Pentecostes. Manuscrito avulso. ACNSP.

⁹⁷ Ângelo de Monterrubiano, frei. Sermão. Manuscrito avulso. ACNSP.

⁹⁸ Agostinho de Loro Piceno, frei. Sermão. Manuscrito avulso, ACNSP

⁹⁹ Idem. Sermão. Manuscrito avulso, 1911, ACNSP

mencionavam a religião católica apenas para atacá-la, o capuchinho justificava que a falta do ensino religioso só resultava em anarquias. O desrespeito pelas autoridades civis e religiosas originava-se nas famílias, quando os pais, influenciados pelas doutrinas subversivas que pregavam as rebeliões, como meio de melhorar suas condições financeiras, negavam, aos filhos a educação religiosa. Essas doutrinas corruptoras perverteriam a inocência de crianças e jovens, ensinando-os o domínio da carne sobre o espírito, daí a falta de progresso na sociedade, nas famílias e nos governos. Somente o ensino religioso garantiria a prosperidade nas gerações futuras.

[...] prescreve aos pais a religiosa educação dos filhos afim de que formem para a Igreja uma geração que busque o senhor, e solicite a felicidade do Todo-Poderoso. Bem sei que hoje há muitos indiferentes e tíbios no cumprimento deste sagrado dever, exagera-se a decadência da mocidade, engrandecem-se as exigências da sociedade para justificar a negligencia de tão importante dever.¹⁰⁰

A questão social

Entre os movimentos políticos que surgiram no Brasil após o enfraquecimento institucional da Igreja, destacamos o Socialismo. Seus efeitos sobre a sociedade fizeram levar a classe operária a rebelar-se contra as arbitrariedades dos patrões. A Igreja, como defensora das autoridades, e, obviamente, não concordando com a desordem entre as classes sociais, logo condenou a participação de operários em movimentos que pudessem causar algum tipo de prejuízo ou dano para a coletividade.¹⁰¹ Em artigo do jornal “*Cidade de Salvador*” em 1 de setembro de 1897, a Igreja explicava aos fiéis a necessidade de repreender tal movimento. Afirmava que o movimento socialista era um atentado contra as virtudes, portanto se fazia preciso reprimir o ímpeto das paixões dos seus seguidores e impedir a sua expansão, prevenindo a sociedade contra os males que poderiam surgir do desentendimento entre as classes sociais.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*

¹⁰¹ Na *Civiltá Cattolica*, revista quinzenal criada em 1850 como um órgão oficial da Companhia de Jesus, a Igreja, durante os primeiros anos do periódico, fez severas críticas ao Socialismo, e aproveitou a divulgação da *Civiltá* para organizar um projeto restaurador do Estado Cristão. Neste projeto intencionava garantir o ensino religioso para os pobres no sentido de evitar que as idéias subversivas do Socialismo tivessem influência entre os filhos dos operários comprometendo as futuras gerações. A ação conservadora dos pensadores católicos relacionava o surgimento do Comunismo aos aspectos econômicos da sociedade liberal, que fizera aumentar o pauperismo com a política econômica defendida pelas indústrias que só almejavam o aumento do lucro, impondo aos trabalhadores mais horas de trabalho. A Igreja então reivindicava do Estado a santificação do domingo e feriados santos para que os operários pudessem dedicar-se à prática da religião, e enfatizava que o Socialismo nada poderia fazer pela causa operária, somente a Igreja se empenharia de verdade na questão com sucesso. Nesta solução apresentada pela Igreja católica era pregado o retorno da sociedade ao controle religioso. Menozzi, Daniele, op. cit. pp. 88-94.

A Igreja que reclamava a sua permanência na discussão que abrangia a esfera social buscava encontrar as soluções para que fossem equacionadas as contradições entre os interesses das classes trabalhadoras e dos patrões. Sua posição era a de barrar as intenções de equiparação social, característica do socialismo.¹⁰² Por conta do progresso industrial, do desenvolvimento das artes, e da crescente desigualdade social, a tendência era de um confronto cada vez mais intenso entre patrões e empregados. Demonstrando os seus interesses em preservar as autoridades e a ordem, a Igreja buscou encontrar os meios de validar a autoridade dos poderes constituídos, mas também, de auxiliar os mais pobres.

Reunir-se em associações com a intenção de planejar instrumentos de reivindicação popular consistia numa prática, de certa forma, ilícita, pelo desrespeito à hierarquia social. A Igreja entendia que a posição dos operários em suas dificuldades econômicas pertencia à ordem natural e imóvel, por isso, se fazia necessário que estes reconhecessem sua condição com resignação e paciência, esperando um dia receber como recompensa os bens eternos. Com base no dogma do pecado original, a compreensão católica sobre as greves de trabalhadores esclarecia que a paralisação do trabalho infligia a lei universal e o dever de todo homem. Ninguém poderia ir contra este princípio, que fora imposto por Deus como punição pelo pecado cometido por Adão e Eva. Todos deveriam ocupar-se, sujeitando-se cada um à sua área profissional, assim como o sacerdote, à Igreja, o juiz, ao tribunal e o professor, à escola, seguindo o exemplo de São José, paciente e conformado em seu trabalho de carpinteiro¹⁰³.

Com a finalidade de reforçar a argumentação na obrigatoriedade do trabalho a ser executado com dedicação e sem maiores transtornos para a sociedade, S. José, além de ter sido escolhido pelo Papa Pio IX como o patrono da Igreja, teve diante desta discussão trabalhista um papel relevante como protetor da Igreja contra os inimigos liberais da fé católica e patrono dos operários, modelo pelo qual os trabalhadores deveriam usar de mansidão diante da sua condição social subalterna. Segundo as Sagradas Escrituras, S. José fora escolhido por Deus como protetor de Jesus e, portanto, “*chefe*” da *Sagrada Família*, daí também teria a incumbência de proteger a Igreja naqueles tempos tão difíceis para a religião. “A Igreja Catholica deposita toda a sua confiança na proteção de S. José e nutre a viva

¹⁰² Rerum Novarum – Carta Encíclica de Sua Santidade, o Papa Leão XIII sobre as condições dos operários em 15 de maio de 1891 [on line] Disponível na Internet

via: <http://www.montfort.org.br/documentos/rerumnovarum.html>. Salvador, 2005

¹⁰³ Sermão. Agostinho de Loro Piceno.fr. Sermão – 27 de maio de 1911

esperança, de que por mercê do seu patrocínio contará Victória sobre os mais assombrosos adversários”.¹⁰⁴

O segmento liberal da população de Salvador pregava o direito de associação.¹⁰⁵ Esta seria uma forma de exercer a autonomia da sociedade, sendo permitido a todo homem reunir-se para a realização pacífica das reformas que pudessem contribuir para a melhoria das suas condições econômicas.¹⁰⁶ Este seria o instrumento da sociedade moderna para evitar a exploração do homem pelo homem.¹⁰⁷ A Igreja concordava com a idéia de associações, porém estimulava nos fiéis o retorno à vida cristã. Justificava a sua ação junto às massas de trabalhadores como a única conhecedora das normas válidas que poderiam definir uma boa convivência civil, apontando como solução a reunião dos trabalhadores em associações confessionais, onde estariam excluídos os estímulos às greves e rebeliões, e o pensamento estaria elevado primeiramente aos princípios religiosos e morais, e posteriormente, à questão econômica. Neste espírito de união é que surgiram, entre os fiéis, novas associações religiosas destinadas a promover, não somente, os bens espirituais, mas também, os bens temporais da sociedade e do Estado. Refutando a idéia de que a Igreja tinha a sua ação restrita à esfera espiritual dos homens, estas associações católicas atuavam na vida pública desenvolvendo atividades de assistência social, como na distribuição de dispensa para os pobres, asilos para os idosos e enterramento para os indigentes.¹⁰⁸ No entanto, percebemos aí, na ação católica junto às massas, as atitudes contraditórias que assumiu em relação ao Estado. Em algumas situações a Igreja se apresenta motivada a colaborar com o poder secular revigorando a sua autoridade sobre o povo. Em outras ocasiões, entrava em confronto com o governo ao mostrar através do desenvolvimento de trabalhos de caráter social, que poderia atender a população onde o Estado não atuava.¹⁰⁹

¹⁰⁴ Agostinho de Loro Piceno, frei. Sermão: Um homem fez uma grande ceia. Manuscrito avulso, ACNSP.

¹⁰⁵ Sobre a questão operária na Bahia ver Santos, Mário Augusto da Silva. A República do povo – Sobrevivência e Tensão (Salvador 1890-1930). Salvador, Edufba, 2001

¹⁰⁶ O período abordado neste estudo foi marcado por um intenso confronto entre operários e patrões com o surgimento dos sindicatos, deflagração de greves em todo o país, principalmente durante o ano de 1919, quando vários movimentos grevistas invadiram as ruas das cidades. Os capuchinhos se dedicaram a apontar o materialismo excessivo dessa disputa quando os patrões, envolvidos com a busca de mais lucros, não respeitavam os direitos de trabalhadores. E os operários desejavam a justiça social através dos movimentos socialistas. Elizete da Silva também tratou da questão social entre os batistas que se posicionavam de maneira a respeitar os direitos democráticos, porém, assim como os reformadores católicos, achavam que os trabalhadores seriam apenas manipulados por aqueles que desejavam o poder, construindo uma desorganização na sociedade. Assim como a Igreja Católica, os protestantes também diziam que a única esperança de paz social só se daria com base nas leis do Evangelho, Silva, Elizete da, op. cit. pp. 119-125.

¹⁰⁷ Jornal – O Monitor, 4 de junho de 1870.

¹⁰⁸ D. Jerônimo Thomé da Silva, (Carta Pastoral n. 3), pp.34-37.

¹⁰⁹ A disposição da Igreja em conduzir as massas foi uma das estratégias montadas pelos pensadores contrarrevolucionários. A Igreja articulou-se com o objetivo de divulgar ao povo princípios anti-liberais e exortar os

Não era somente a superficialidade da fé que incomodava a Igreja nos novos tempos. Em período anterior, a Igreja gozava de determinados benefícios oriundos da sua união ao Estado, isto no âmbito educacional, da saúde pública e das obras assistenciais. No entanto, à medida que o Estado se cercava de recursos técnicos e humanos para assegurar tais serviços à população, a Igreja sentia-se ameaçada de ter de sair da cena pública, caso sua ação fosse limitada à área privada e pessoal.

A igualdade de direitos defendida pelo Estado republicano era, na verdade, apenas um ideal liberal de sociedade, porque, na prática, as desigualdades sociais davam o tom da realidade no país. Instituíam-se a liberdade com a inclusão de fatores democráticos, porém, as desigualdades foram mantidas, e a Igreja reclamava a sua atuação como coordenadora dessa democracia. Nesses debates a maioria da população, sequer, participava, estava alheia a essas discussões.¹¹⁰ A república não trouxe progressos, mas mentira eleitoral, corrupção administrativa, politicagem reinante e o empreguismo. Não houve mudança para aqueles que estavam à margem da sociedade como, mendigos, capoeiras, menores viciados e prostitutas, estes não foram sequer incluídos em projetos de políticas públicas, pelo contrário, passaram a ser repreendidos pelo governo. Segundo Pe. Deschand (observador católico da época) o povo era somente contaminado pelas idéias liberais, e se esquecia dos princípios morais e religiosos.¹¹¹

Para a Igreja, ricos e pobres deveriam aceitar a sua condição. Foi a própria natureza quem estabeleceu as diferenças e não cabia ao homem querer mudá-las a seu gosto, seria impossível que todos tivessem a mesma condição social, o mesmo nível, pois é inegável a existência de pessoas com talentos, habilidades, saúde e força diferentes. São as diferenças que compõem o organismo social, onde cada um desempenha a sua função. Não adiantariam promessas mentirosas aos trabalhadores, como uma vida sem dificuldades, sem dor e sofrimento. A partir do pecado original, os bens que lhes foram dados e dos quais sobreviveriam sem dificuldades, tornaram-se sacrifício “A terra será maldita por sua causa; é pelo trabalho que tiraras com que alimentar-te todos os dias da vida”, a solução para os conflitos resultantes dessas diferenças era fazer com que as partes diferentes da sociedade se integrassem a ponto de tornar-se um todo harmonioso.¹¹²

fiéis à obediência às autoridades, mobilizando-os a participarem de seus movimento, exibindo às autoridades civis o quanto poderia exercer seu poder de influência no domínio espiritual, reunindo multidões. Nisto ela aproveitou-se do descuido do Estado que havia desprezado as massas. Dias, Romualdo, op. cit. pp. 107-108.

¹¹⁰ Lustosa, Oscar. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890), REB n.35, v. 139, set. 1975. p. 137.

¹¹¹ Cits. in Dias, Romualdo, op. cit. pp.20-21.

¹¹² Leão XIII. Rerum Novarum, op. cit.

O projeto socialista de uma sociedade igualitária, na visão católica, só aumentaria os problemas e toda a confusão social que vinha se formando. Esta definitivamente não seria a melhor das soluções, pois era totalmente inviável. Por não satisfazer os anseios de ambas as partes, só faria aumentar o ódio dos pobres pelos ricos e vice-versa, vez que os socialistas pensavam em suspender os direitos individuais, fazendo com que o Estado assumisse em nome do bem comum a administração do patrimônio privado. Ora, isto para a Igreja surgia como algo que atingiria em primeiro lugar a família, considerada a primeira sociedade do cidadão, a qual depende de bens passíveis de serem transmitidos por herança, fruto do trabalho transformado em bens de família para garantir a sobrevivência dos filhos.¹¹³

A República Velha ficou marcada pela desigualdade social. Foi também um período de estagnação econômica e empobrecimento da população. Para amenizar o pauperismo, a Igreja estimulava os católicos a ingressarem nas diversas associações de fiéis que tinham o objetivo de fazer caridade aos necessitados, mostrando ao Estado que, embora a criação da previdência no governo republicano tivesse superado a assistência social assegurada pelas irmandades, a Igreja permaneceria exercendo a sua função social trabalhando junto aos mais carentes. O apoio das instituições católicas concentrava-se na ideologia de sacralização da desigualdade, legitimando os pobres como aqueles que são abençoados por receber o auxílio através da providência divina e ao rico como o instrumento desta providência.¹¹⁴ Nesta época, propagaram-se na Bahia as associações de fiéis ligadas às atividades caritativas católicas, como a Sociedade S. Vicente de Paula; suas reuniões tinham em pauta o conselho central de atividades de caridade, como a quermesse anual em favor da viuvez e da orfandade. Em 1904, esta associação amparava 730 famílias, atendendo a 3.300 pessoas. Os associados reuniam-se na Igreja de Santo Antônio da Mouraria.¹¹⁵

Entre os frades capuchinhos, a maior contribuição aos pobres da cidade vinha através da piedade popular dos baianos a Santo Antônio de Pádua. Por ser este um dos santos católicos de maior devoção na Bahia, as ofertas vindas dos fiéis eram abundantes. Tradicionalmente, os devotos se dirigiam à capelinha anexa à igreja da Piedade para ali venerarem o santo.¹¹⁶ A grande confiança que os fiéis depositavam em Santo Antônio se revelava também nas grandes quantias em dinheiro que eram oferecidas em seus cofres,¹¹⁷ o que confirmava o santo como símbolo de caridade aos pobres, que naquele período já se

¹¹³ Idem, *Ibidem*

¹¹⁴ Benedetti, Luiz Roberto, *op. cit.* pp. 157-58.

¹¹⁵ Jornal - Diário da Bahia, 17 de setembro de 1904.

¹¹⁶ Regni, Pietro. Vol.3, *op. cit.* p.71.

¹¹⁷ Livro de Administração e Lembranças; Livro das contas. 1908-1925, ACNSP.

dirigiam ao convento para ali obterem o auxílio da Igreja, e assim amenizar a carência material. Santo Antônio era realmente o inspirador das obras de caridade entre os católicos que freqüentavam a igreja dos capuchinhos, fazendo correr pela cidade a fama do “Pão de Santo Antônio”, realizado pelos frades desde o início do século XIX.

Os capuchinhos, de acordo com a intenção da Igreja em estabelecer normas de organização social, fizeram circular entre os fiéis modelos de comportamento para ricos e pobres com vista a manter a ordem na sociedade, evitando, assim, os protestos e reivindicações das classes baixas. Aos ricos era recomendado que tivessem a certeza de que seus bens foram dados por Deus, e, portanto, não seria permitido que estes colocassem toda a confiança em sua riqueza, dedicando a sua vida a aumentar a sua fortuna. O dever daqueles privilegiados em bens materiais, sabendo que sua riqueza poderia ser a sua própria perdição caso fosse feito mau uso delas, era de contribuir com os pobres e a Igreja, participando dos projetos de caridade. Desta forma, seria através dos ricos que a Igreja legitimaria o seu papel como guardiã das condições de amparo à pobreza. Todo o supérfluo deveria ser dado aos pobres, assim, os ricos, além de cuidar das causas espirituais, praticando boas obras, favorecia a Igreja na medida em que a ajudava a justificar a sua autoridade diante do Estado e da sociedade como provedora do auxílio aos pobres e conseqüentemente da ordem social.¹¹⁸

Aos pobres, os capuchinhos orientavam a ter sempre resignação sobre a sua condição, não se envergonhando dela, mesmo porque Jesus também quis passar por esta experiência, foi também um operário, ensinando que o mais importante é a dignidade do homem que é possível a todos, independentemente de sua posição social. E não desejar se apropriar das coisas alheias, pecado condenado pela Igreja que estava associado ao interesse socialista do bem comum administrado pelo Estado. Ao invés disso, o pobre deveria buscar o crescimento profissional para ter de onde tirar a sua sobrevivência com honestidade.¹¹⁹

Nesta parte do estudo pudemos constatar que as ações reformistas realizadas pelo arcebispado baiano nas primeiras décadas republicanas, feitas principalmente através da reafirmação doutrinária, estavam relacionadas à consolidação da mentalidade contra-revolucionária da Igreja de Roma. Ao analisarmos os discursos capuchinhos proferidos nos cultos públicos celebrados na Igreja de Nossa Senhora da Piedade na cidade de Salvador, observamos que o clero, representado aqui pelos frades italianos, também esteve empenhado em nutrir entre os fiéis a necessidade de se manter a Igreja Católica como a única instituição apta a assegurar as regras da organização social no país. As suas pregações objetivavam

¹¹⁸ Lembranças das obrigações de vários estados. A Ancora da Salvação Cristã, op. cit., p. 140.

¹¹⁹ Idem.

propagar valores conservadores que versavam pela importância da função social da religião como provedora dos meios de se promover o respeito às autoridades civis e eclesiásticas e a ordem social. Mas, também, buscava mostrar o perigo que representava o liberalismo que se instalava no Estado Moderno, como prejudicial, não somente para a Igreja, mas igualmente, para toda a sociedade civil que poderia ser levada a um processo de degeneração, pois, no momento em que se enfraquecia a religião, considerada como a base da sociedade, todos os outros aspectos da vida social também ficariam comprometidos.

CAPÍTULO III

ESPIRITUALIDADE ROMANA REFORMA FIÉIS NA BAHIA

Queremos Deus – homens ingratos! – Ao Pae Supremo,
Ao Redemptor - Zombam da fê os insensatos –
Erguem-se em vão contra o Senhor.
Da nossa Fé ó Virgem – o brado abençoa
Queremos Deus, que é o nosso Rei –
Queremos Deus, que é o nosso Pae.¹

Hino – Queremos Deus. *Ancora da Salvação Cristã*

Vimos no capítulo anterior que os capuchinhos, objetivando firmar o poder de influência da Igreja no meio civil, quiseram enfatizar em seus discursos os benefícios sociais que a doutrina católica poderia propiciar na manutenção da ordem e disciplina na sociedade. Neste terceiro capítulo, discutiremos como os frades atuaram, em atenção aos anseios reformistas do arcebispado da Bahia, promovendo a prática sacramental, os cultos aos santos e a fundação de novas associações religiosas, com o objetivo de mobilizar os fiéis para uma ação militante pela permanência da Igreja como a instituição que proveria o sistema ideológico ao Estado Moderno brasileiro. Nosso objetivo nesta terceira fase do estudo será analisar as formas que a arquidiocese da Bahia e os capuchinhos empregaram para romanizar a prática de devoção entre os fiéis, investigando como, através de uma prática católica romanizada, a Igreja pretendia mostrar à sociedade civil e ao Estado seu controle sobre as massas de fiéis no âmbito religioso e como este poder de influência poderia estender-se à vida social, assegurando a ordem e o respeito às autoridades constituídas no país.

Tendo em vista que o processo de reforma do catolicismo abrangeu toda a arquidiocese da Bahia, preferimos, em alguns trechos do nosso trabalho, ampliar o nosso campo de estudo, não restringindo-o apenas às atividades reformadoras dos capuchinhos na igreja de Nossa Senhora da Piedade, pois se assim fizéssemos, estaríamos desperdiçando

¹ Este hino se tornou um dos símbolos do processo de reforma cantado em todas as missões, procissões e adorações do Santíssimo Sacramento. Trata-se de uma versão do hino francês “ Nous Voulons Dieu, de F. V. Moreou. Oliveira, Fr. Hermínio B. *Formação histórica da religiosidade popular no Nordeste: o caso de Juazeiro do Norte*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p. 84.

detalhes da reforma que se deu em outras igrejas de Salvador e do interior da Bahia, que são de fundamental importância para evidenciar a complexidade e dimensão do movimento reformador católico e, sobretudo, para que se possa avaliar como o catolicismo romanizado, de certa forma, tentou podar as manifestações da crença popular onde coexistiam antes elementos da religião oficial e do paganismo.

Percebemos no período que vai da segunda metade do século XIX às primeiras décadas republicanas, um desejo crescente da hierarquia eclesiástica em desvincular as questões da Igreja do poder secular vinculado a tendências galicanas, e aproximar, de modo efetivo, o catolicismo brasileiro das decisões da Igreja de Roma. No entanto, este movimento denominado por alguns historiadores como romanização da Igreja Católica não deve ser compreendido, apenas sob o aspecto político, afinal a reação católica que se implantou em oposição ao liberalismo estatal, ao racionalismo e a tudo que se distanciava das determinações da Igreja, deu-se também com a introdução do modelo de espiritualidade importado de Roma,² o que chamaremos neste estudo de reforma das práticas de piedade católica, que naquele momento, se tornou um instrumento de manutenção da existência pública daquela instituição.

Sabemos que, além de fornecer ao povo cristão um novo direcionamento em termos devocionais, a reforma pretendia atingir também o clero com a introdução de uma formação pautada pelo respeito ao celibato, mais piedosa e que promovesse o afastamento dos candidatos ao sacerdócio das questões políticas. Para isto, a Igreja se preocupou em instituir seminários capacitados, visando uma melhor preparação dos clérigos ajustada na doutrina religiosa. Porém, neste estudo nos concentraremos na apreciação da reforma dos fiéis.

No capítulo anterior, ao analisarmos a maneira obsessiva com que o programa de reforma buscou esclarecer aos fiéis quais seriam as consequências para a humanidade afastada dos preceitos da Igreja, evidenciamos também a existência real dos inimigos da religião católica, todos relacionados ao mundo moderno e responsabilizados pelas mazelas humanas. O intuito da Igreja com este bloco de argumentações era o de convencer o Estado e a sociedade de que ainda cabia a ela a garantia do monopólio ideológico, determinando a forma da conduta social no Brasil. Nesse período de constante ameaça para a Igreja, a fé cristã foi enfatizada como princípio de verdade absoluta, e qualquer afirmação só teria valor se estivesse de acordo com as concepções romanas.

² Mendonça, Antônio Gouvêa; Velasques Filho, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990. pp. 68-69.

Na *Imortale Dei*, encíclica promulgada por Leão XIII, em 1885, foi exposta a *Constituição Cristã dos Estados*.³ Nela, o Papa deixou evidente a relevância da Igreja para legitimar o poder dos governantes, apresentando a compreensão de que o poder das autoridades foi concedido por Deus. Segundo a Igreja, isto facilitaria a obediência e sujeição dos súditos, que saberiam que se de alguma forma rebelassem-se contra as determinações de seus líderes políticos estariam cometendo algo maior que uma infração como cidadãos, poderiam, sobretudo estar rebelando-se contra a vontade divina.

Tendo demonstrado o quanto poderia auxiliar os Estados na contenção de possíveis manifestações contrárias aos governos, a Igreja propôs então uma aliança de cooperação entre os dois poderes, evidentemente, destacando as diferenças que existiam entre ambos e deixando nítida sua rejeição a qualquer tipo de domínio de um poder sobre o outro. A proposta católica ainda esperava dos Estados o amparo para manter o seu culto e o reconhecimento como a única religião. Em compensação, a Igreja, ao divulgar determinados aspectos de sua doutrina, reforçaria a validação do poder estatal incutindo nos fiéis a idéia de subordinação às autoridades instituídas.

No Brasil, as idéias romanizadoras foram reveladas nas atitudes da hierarquia católica nas primeiras décadas do século XIX.⁴ O grande ideal dos bispos de tendência ultramontana, ou seja, de apoio irrestrito ao Papa, consistia em desvincular a Igreja da Coroa e submetê-lo às determinações romanas. A este processo alguns historiadores, como Ralph Della Cava, chamam de romanização, e está relacionado a um movimento universal da Igreja, ou seja, estabelecido em todas as dioceses católicas, que naquele momento tornaram-se totalmente obedientes às decisões papais.⁵

Quando falamos da reforma católica estamos nos referindo a uma das etapas da romanização que se concretizou no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Mas lembremos que esta não consiste efetivamente na primeira tentativa da Igreja de purificar as práticas da religião, adequando-as aos padrões romanos. A primeira aplicação de leis para a

³ *Immortale Dei* - Sobre a Constituição Cristã dos Estados. Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII, promulgada em 1 de novembro de 1880. [on line] Disponível via: <http://www.montfort.org.br/documentos/immortaledei>. Salvador, 2005

⁴ As idéias romanizadoras foram reveladas no Brasil na atuação dos bispos de tendência ultramontana, foram eles, D. Romualdo Antonio de Seixas, bispo da Bahia (1827-1861); D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana (1844-1876) e D. Joaquim de Melo, bispo de São Paulo (1851- 1861).

⁵ O objetivo do episcopado nacional era tornar o clero exemplar e virtuoso capaz de manter as práticas e as crenças da religião de acordo com as determinações da Igreja de Roma, dando-lhe características rígidas na estrutura hierárquica, moral e doutrinária. Della Cava, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 32-33.

regulamentação da vida eclesiástica no Brasil data do século XVIII. Foram as Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia, promulgadas por D. Sebastião Monteiro da Vide. Na época coube à Coroa Portuguesa a obrigação de atender às necessidades da Igreja na providência dos meios necessários para um maior controle sobre o clero e fiéis, o que definitivamente não ocorreu. Somente no século XIX, com o empenho dos bispos reformadores que tinham fortes relações com a Santa Sé e apoiavam veementemente as decisões da Igreja de Roma, houve um movimento católico vigoroso neste sentido.⁶

Com o decreto de abertura dos cultos pela primeira constituição republicana em 1891, ficou determinado que “nenhum culto ou Igreja gozarão de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”⁷. A Igreja sentia escapar o seu controle sobre a sociedade ao ter sido exonerada do posto de religião oficial do Estado. Temendo ser substituída em sua autoridade diante do povo, pelo positivismo e por ideologias liberais que entraram com força no Brasil, sua reação foi a de apontar a secularização das instituições como causa dos problemas sociais que afligiam a nação. Verificou-se nesta atitude do episcopado nacional a insistência em demonstrar as falhas políticas dos seus inimigos, que produziriam, na visão católica, uma série de problemas ao país. Benedetti, ao explicitar a adesão do político ao religioso na ação reformadora da Igreja, constatou que um exemplo disto é notado na condenação aos protestantes. A Igreja empenhara-se em acusar os adeptos do protestantismo por incitar a subversão e a reação contra as autoridades, ao ter questionado a autoridade da Igreja e dos sacerdotes.⁸ A questão eclesiástica também foi tratada pela Igreja em seus discursos, o que reforçou, entre os fiéis católicos, os erros de procedimento doutrinal do protestantismo, pela oposição que faziam aos dogmas e à doutrina católica.

⁶ Ao questionarmos os motivos que teriam levado o catolicismo brasileiro a um vínculo maior com a Santa Sé a partir do século XIX, observamos que havia um descontentamento de parte do episcopado nacional em relação à conduta do clero secular e à forte atuação de leigos na direção das práticas devocionais da religião. A historiografia de tendência ultramontana normalmente descreve a forma precária da religião no Brasil até a segunda metade do século XIX, como resultante da interferência do poder civil sobre as questões da Igreja, o que teria impedido a aplicação efetiva das concepções tridentinas. Sobre a atuação do Estado poderíamos afirmar que, em parte, esta tese se comprova, quando observamos que, no século XIX, o governo, apoiado em base política liberal e ligado à maçonaria, não se mostrou tão empenhado com a formação do clero. Thales de Azevedo comentou a falta de um seminário permanente que possibilitasse uma melhor preparação para os candidatos ao sacerdócio, o que justificava o desinteresse de uma parte do clero sobre as questões litúrgicas e propiciava a absorção de discursos liberais, desagradando os bispos que já manifestavam o interesse em restringir a ação do clero inteiramente ao campo espiritual. Azevedo, Thales, op. cit., pp.114-115.

⁷ Roure, Agenor. *A Constituinte Republicana*. Senado Federal, 1979, artigo 72. p. 299

⁸ Benedetti, L. Roberto, op. cit. pp.103-113.

Onde houvesse uma grande concentração de católicos era de interesse das autoridades eclesiásticas controlar as práticas de devoção, introduzindo ali o modelo romano do catolicismo. A Igreja, ao apropriar-se dos aglomerados de fiéis, realizaria o seu ideal de unir as massas que, sob o seu comando, legitimaria o papel social e político que a Igreja reivindicava como representante do povo.⁹ A proposta católica de programa de reorientação da sociedade aos princípios cristãos foi medida em uma tentativa de restabelecer uma aliança com o Estado para recuperar a condição de religião oficial. A sua estratégia tinha o caráter de comprovar que a manutenção da ordem social só poderia ser concretizada através da Igreja, da mesma forma como esta ordem se mostrava estabelecida nos interiores dos templos católicos e nos meios sociais onde exercia a sua influência.¹⁰

O Concílio de Trento como referência para a reforma

Na análise das reformas empreendidas pela Igreja Católica, ao longo dos séculos, podemos afirmar que a realização de concílios ecumênicos constituiu um recurso constante da Igreja para revigorar os seus dogmas e definir a atuação de religiosos e de leigos com o propósito de conservar o seu poder no meio civil.¹¹ O próprio Concílio de Trento teve origem, em parte, na necessidade dos governantes de manter a disciplina entre o clero e os fiéis através da doutrina católica. Sobre a análise da reforma católica na Bahia, é indispensável uma discussão em torno da influência das determinações de Trento para que melhor compreendamos as mudanças que foram estabelecidas na experiência cotidiana da prática devocional católica entre os baianos.

Ao analisarmos o Concílio Vaticano I¹² identificamos que a questão política da Igreja em querer reforçar a centralização da religião católica na pessoa do Papa é totalmente contemplada neste evento, enquanto que, sobre a questão doutrinal se fez nele apenas referência ao Concílio de Trento¹³ e até a outros concílios anteriores a este, o que vem nos

⁹ Steil, Carlos Alberto. *O Sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

¹⁰ Benedetti, L. Roberto, op. cit. p. 182.

¹¹ Alberigo, Giuseppe(org). *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 333.

¹² Concílio Vaticano I, [on line] Disponível na Internet via [http:// www.montfort.org.br/documentos/conciliovaticano](http://www.montfort.org.br/documentos/conciliovaticano). Salvador, 2005

¹³ Concílio de Trento, op. cit.

sugerir que a reação contra-revolucionária da Igreja pode não estar relacionada a um período de inovações para o catolicismo, como muito tem sido evidenciado em nossa historiografia. O que verificamos é um “voltar-se para si mesma”.¹⁴ A Igreja vai buscar instrumentos de resistência no que possui de mais forte para enfrentar as tribulações a que estava sendo submetida em meio a uma onda de modernização que encarava a religião como um agente de impedimento para o processo de elevação social.

É importante que verifiquemos o que o Concílio de Trento trouxe de novo para o catolicismo, já que no plano disciplinar apenas renovou o que já havia sido definido em outros concílios.¹⁵ Em primeiro lugar o que se entende é uma orientação de toda Igreja no sentido da salvação espiritual. A partir da afirmação tridentina da hereditariedade do pecado de Adão e Eva, que recai sobre cada homem a tendência para a prática do mal, a Igreja foi confirmada como a guardiã das práticas de salvação, portanto, somente através dela seria possível a busca do perdão para garantir a vida eterna. Tendo confirmado a Igreja como a única fonte de resgate espiritual, o Concílio de Trento ressaltou a necessidade dos fiéis de praticarem o sacramento da penitência para purificar-se dos pecados veniais e mortais. Isto foi estabelecido com base em um dos ensinamentos de Cristo que diz, “Recebei o Espírito Santo; aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, e aqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-aos retidos.”¹⁶

O Concílio de Trento pode então ser considerado como o ponto sintetizador da face católica por estabelecer o que viria a ser a Religião no período moderno. Isto se confirma também pela definição sobre os sete sacramentos, que compõem os sinais sagrados da salvação. São eles: o batismo, a comunhão, a penitência, a confirmação, o casamento, a ordem e a extrema unção,¹⁷ definidos como *ex-opere operato*, que significa a eficiência dos sacramentos e sua efetiva aplicação independentemente da fé de quem os recebe. A partir desta concepção, a atuação dos sacerdotes se tornou fundamental, afinal cabia ao clero dirigir as práticas sacramentais e presidir as missas.

¹⁴ Romano, R. Brasil: *Igreja contra estado*. São Paulo: Kairós, 1979. p.102.

¹⁵ Alberigo, Giuseppe, op. cit. p. 342.

¹⁶ Concílio Ecumênico de Trento, Sessão VI de 13-1-1547, Cap., 14 – A queda no pecado e a sua reparação, item 807, op. cit

¹⁷ No século XII eram também considerados como sacramentos o que hoje conhecemos como sacramentais a água benta, a imposição das cinzas, a bênção dos ramos e das velas, o toque dos sinos para chamar os fiéis. Uma definição sobre os sacramentos só começou a ser discutida entre os canonistas e doutores da Igreja no século XIII com as grandes Summas Teológicas de Alexandre de Hales, Boaventura e Tomás de Aquino. Outras foram aperfeiçoadas no Concílio de Lyon, em 1274, Florença em 1439 e finalmente de forma decisiva no Concílio de Trento. Cadina, Víctor. *O credo dos pobres*, sj. São Paulo, São Paulo, 1997.pp.19-22.

A hierarquia católica confirmada pelo concílio de Trento aumentou o poder dos bispos como os grandes intermediadores entre o papa e os fiéis, e definiu o clero paroquial como o grande executor da finalidade maior da Igreja que era a de cuidar das doenças do espírito. Sobrou para os leigos uma atuação limitada, na medida em que passaram a ser o foco da vigilância paroquial e todas as suas ações demandavam autorização dos padres.¹⁸ Nesse período, as missas tornaram-se propiciatórias para os fiéis vivos e mortos. Os falecidos poderiam ser beneficiados pelo sacrifício da missa em sua intenção, teriam assim uma forma de livrarem-se mais facilmente de um período intermediário de purificação imposto pela permanência provisória no purgatório, ou seja, a afirmação da Igreja da existência de um lugar transitório para aqueles que estavam em busca da salvação espiritual reforçava a importância da atividade do clero como o guardião do caminho para a vida eterna, a quem cabia a orientação das práticas sacramentais e devocionais que seriam feitas pela igreja militante em favor dos fiéis defuntos ou igreja purgante.¹⁹

Frisar a necessidade dos sacerdotes para a salvação espiritual dos fiéis tornou-se uma ação constante da Igreja para dissipar as críticas protestantes que incidiam sobre a negação dos sacerdotes como detentores da doutrina cristã. Para os protestantes, qualquer pessoa poderia interpretar as sagradas escrituras e presidir as cerimônias religiosas. Esta flexibilidade da visão protestante contrariava totalmente a idéia de autoridade e ordem que a Igreja pregava, por isto verificou-se nesse período a ênfase católica na idéia do pastor e do rebanho, das autoridades e dos que obedecem, baseada nas sagradas escrituras que relatam a escolha dos apóstolos pelo Cristo, como prova de que apenas alguns haviam sido escolhidos para a guarda da doutrina, e da orientação dos fiéis em busca da remissão dos pecados. Portanto, à Igreja e aos seus sacerdotes como herdeiros dos apóstolos, e somente a eles, estaria conferida a missão de guiar o povo cristão.²⁰

Estamos apontando as implicações das definições tridentinas para a reforma do século XIX, mas poderíamos nos questionar como podemos buscar em um concílio ecumênico realizado na Itália, no século XVI, as origens de uma reforma que acontece na Bahia a partir da segunda metade do século XIX. Sobre isto, é importante esclarecer que os princípios católicos determinados em Trento foram incisivamente incentivados pelos papas. O Vaticano recomendara aos bispos e aos príncipes, através de decretos, que se fizessem cumpri-los em

¹⁸ Alberigo, Giuseppe, op. cit. p. 359.

¹⁹ Concílio de Trento, Sessão XXV de 3 e 4 - 12- 1563), Decreto sobre o purgatório, item 983, op. cit.

²⁰ Pastoral Coletiva do Episcopado das províncias septentrionais do Brasil – Apresentando ao clero e aos fiéis os trabalhos das Conferências realizadas na cidade de Fortaleza, typografia S. Francisco, 1911. pp. 22-35.

todos os países católicos.²¹ Porém, não foi fácil a sua aplicação em diversas regiões, principalmente pela falta de recursos materiais, como no caso do Brasil que, pela escassez de clérigos bem preparados para o sacerdócio, como havia sido exigido em Trento, a reforma somente veio a se concretizar nas primeiras décadas do século XX,²² quando, após a separação do Estado e gozando de mais liberdade em suas questões internas, a Igreja viveu um momento propício para renovar o clero. Além disso, naquele momento, motivada pelo pensamento ultramontano, e movida por uma reação conservadora diante dos questionamentos do mundo moderno, a reforma do catolicismo pautada pela unidade da fé serviria para consolidar seu interesse de centralizar a religião, o que acreditava ser a garantia de sua permanência nos novos tempos.

No período pós-tridentino verificou-se entre os papas um desejo de fortalecer o poder da Santa Sé em todo o mundo católico. Para isto, se deu maior intervenção da autoridade papal entre os católicos das diversas dioceses espalhadas pelo mundo. A Congregação da Propaganda Fide é um bom exemplo deste período, pois, a partir da criação deste órgão, a Igreja de Roma conseguiu penetrar com maior força em terras distantes que até então tinham sido entregues aos Estados para que através deles fossem realizados os projeto de evangelização.²³

Além da retomada nas atividades de expansão da doutrina, após o Concílio de Trento, a Igreja inicia a sua questão política que estava relacionada a tomar para si todas as resoluções que estivessem no âmbito eclesiástico. É neste momento que surge a figura dos núncios, são eles responsáveis pela divulgação das determinações da Santa Sé. Além deles, as chamadas *visita ad limina* ou visitas apostólicas, que consistiam em visitas feitas pelos bispos a Roma com o objetivo de informar o Vaticano como estava sendo conduzido o catolicismo em suas dioceses. E nesta ocasião o papa também enviava por intermédio dos bispos determinações a serem acatadas pelo clero e fiéis locais.²⁴

Quanto à questão devocional, é interessante percebermos que no período pós-tridentino surge o modelo que será mais enfatizado a partir do século XIX no Brasil. A princípio, gostaríamos de focar a sensibilidade que foi promovida em Trento a respeito da forma com que o povo expressava sua fé. Mesmo tendo o cuidado de definir limites para que não fossem confundidos com atos supersticiosos, o Concílio aprovou o uso de imagens e o

²¹ Alberigo, Giuseppe (org), op.cit. pp. 352-355.

²² Azevedo, Thales., op. cit. pp.123-24.

²³ Alberigo, Giuseppe (org), op cit. pp.352-355.

²⁴ Idem, Ibidem, pp. 359-360.

culto às relíquias, práticas populares que não estão diretamente fundamentadas nas duas fontes reconhecidas na religião católica que são as escrituras sagradas e a tradição apostólica.²⁵

A inspiração dos reformadores nas determinações do Concílio de Trento demonstram que a reforma católica do século XIX não nasce de uma vontade da Igreja em acompanhar a modernização, como se ela estivesse implantando novidades. A reação da Igreja à secularização do Estado e ao distanciamento da sociedade dos valores religiosos se dá com a reafirmação dos dogmas e da doutrina que foram definidos em épocas bem anteriores ao decreto de independência do homem da influência religiosa.

Um dado importante a se considerar é que a implantação da reforma romanizadora tem a colaboração de religiosos estrangeiros. Não se pode dizer que sem eles a reforma no Brasil não se daria, porém torna-se importante salientar que a sua colaboração foi salutar para o movimento reformador, pelo motivo de não terem os religiosos estrangeiros vínculos profundos com as características do catolicismo local, já que estavam identificados com o modelo romano.²⁶

Quando falamos de uma Igreja romana no período pós-tridentino podemos também relacioná-la à atuação de ordens religiosas. E, indiscutivelmente, os capuchinhos estiveram inseridos nesse processo de reforma das práticas católicas, pois, não há dúvidas sobre o esforço que esses religiosos empregaram para doutrinar os fiéis de acordo com as orientações romanas²⁷. Gostaríamos, então, de detalhar alguns traços da ordem dos frades menores, para associarmos as suas características à purificação religiosa que a Igreja pós-tridentina desejou inserir no mundo cristão. Quando se tratou de reforma das ordens religiosas no Concílio de Trento, os representantes capuchinhos reafirmaram que não necessitavam de reformas, pois já viviam segundo a ortodoxia da Igreja. O empenho da Ordem nas atividades apostólicas foi então ali reconhecido inclusive entre alguns bispos italianos e de fora da Itália que aproveitaram a oportunidade para convidar os capuchinhos a se instalarem em suas dioceses para lá reavivar as devoções e despertar nos fiéis maior dedicação à religião.²⁸

Embora fossem essencialmente pregadores, durante todo o século XVI eram poucos os frades que se dedicavam aos discursos, visto que havia uma grande preocupação dos capuchinhos com a qualidade das pregações, por isso apenas os que estavam realmente

²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 355-361.

²⁶ Wernet, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1997. pp.183-84.

²⁷ Fliche e Martin.(org) *La Restauracion Católica – Vol.X – Período de Inocência*,Valencia EDICEP,pp.112-14.

²⁸ Mariano D' Alatri, frei, op. cit. p.29.

preparados executavam esta atividade.²⁹ Mariano D'Alatri, ao citar o cronista Bernadino de Colpetrazzo, destacou a pregação dos capuchinhos como pioneira quando se trata da divulgação do evangelho, dos mandamentos de Deus e da escritura sagrada, enfatizando as virtudes e fazendo críticas ferrenhas aos vícios. As suas alocuções, por eloqüentemente divulgar a palavra de Deus, causavam grande admiração entre aqueles que os ouviam, geralmente pessoas acostumadas a uma pregação filosófica que incluía fábulas de Esopo ou os versos de Petrarca, e que ficavam impressionadas com o conteúdo dos sermões capuchinhos.³⁰

Os frades capuchinhos não se contentavam em serem ouvidos em suas pregações, mas queriam também que os seus ensinamentos fossem realmente absorvidos pelos fiéis, por isso enfatizavam a necessidade da oração mental. Além da divulgação da oração individual, os frades faziam grande uso da prática das quarenta-horas.³¹ D'Alatri elencou ainda como característica desses religiosos a criação de confrarias destinadas à promoção devocional e sacramental. Essas associações de fiéis dedicavam-se, também, à assistência social aos prisioneiros e doentes.³²

Com relação à promoção da prática sacramental, os capuchinhos tornaram-se famosos em suas missões pelo incentivo, principalmente, à penitência e à comunhão. No entanto, fizeram nos primeiros anos de existência da ordem a opção por não se aproximarem muito de seculares, por conta disso raramente ouviam a confissão de não-religiosos, apenas em casos extremos. De certa forma esta determinação da constituição capuchinha resultava em dificuldades para aqueles frades que se dedicavam à conversão de “pagãos” em regiões onde havia a escassez de outros religiosos. A proibição de ouvir confissões de seculares foi prescrita na Constituição de 1608, e assim permaneceu por todo o século XVII e XVIII. Isto é, permaneceu a prescrição geral, pois, com o passar do tempo, abriram-se concessões como, em lugares de missões entre os pagãos, para famílias nobres, aos benfeitores da ordem, em períodos especiais como a Páscoa e Natal. Mas, em algumas regiões, foi feita a exigência do cumprimento da Constituição, inclusive com a retirada dos confessorários das igrejas capuchinhas. Somente no século XIX, após a revogação da lei que proibia esta prática, a confissão se tornou freqüente entre os capuchinhos.³³

²⁹ Idem, *Ibidem*, p.30.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.33.

³¹ Idem, *Ibidem*, p.34.

³² Idem, *Ibidem*, p. 35.

³³ Idem, *Ibidem*, p.85-86.

A reforma das práticas de devoção na Bahia

Apesar de ter uma veia política centrada na conservação do poder ideológico católico, a reforma romanizadora se estabelece através de ações religiosas, fundamentadas na ortodoxia da Igreja. Visando o entendimento de como fé e poder estiveram interligados nas ações da Igreja para reaproximar-se do Estado, passemos a analisar de que maneira a reforma católica foi estabelecida na vivência do catolicismo na Bahia nas três primeiras décadas republicanas. E como a tentativa da Igreja de permanecer junto ao poder político esbarrou no tradicionalismo do catolicismo popular.

Ao tratar da realidade da religião católica na Bahia, Edilece Couto constatou que existia no período de romanização uma pluralidade de conceitos, por isso entendeu ser mais apropriado falar em ‘religiosidades’ para definir o catolicismo entre os fiéis baianos. Para ela, por conta da presença de diversos grupos, que se manifestavam de maneira diversa daquela que era exigida pela religião oficial, torna-se inviável a definição de um único conceito. O que se identifica é um processo de complementação em que os fiéis facilmente participavam dos rituais da Igreja e, ao mesmo tempo, dos cultos afro-brasileiros, e também, do Espiritismo.³⁴

Edilece Couto identificou três agentes reformadores, cada um deles, movido por causas comuns ou distintas, tentava de maneira combinada reformar a grande maioria da população, formada de negros e pobres. A hierarquia católica em seu processo de reforma desejava a unidade como instrumento de manutenção da religião, da mesma forma como pretendia demonstrar ao Estado e à sociedade a sua capacidade em promover a ordem social, encontrando apoio nas autoridades civis que juntamente com a sociedade burguesa pretendiam promover a civilização na Bahia, o que envolvia principalmente uma necessidade de se excluir o que fosse proveniente da cultura africana e tudo que remontasse ao passado colonial, como a falta de moral e a selvageria.³⁵

Dessa posição intransigente sobre as manifestações da cultura africana, decorreram ações que se desenvolviam com o objetivo de boicotar as festas religiosas promovidas por

³⁴ Couto, Edilece Souza, *op. cit.*, p. 82.

³⁵ Neste período se estabelece uma espécie de código de conduta em que foram proibidas as queimas de fogos utilizadas pelas populações mais pobres. Nas manifestações populares era preciso pedir licença às autoridades competentes; quanto à prática de jogos nas datas sagradas, geralmente eram proibidos aqueles mais freqüentados pelos pobres, como barracas de roletas, sete, miudinha, cartas e dados. Porém os jogos eram permitidos nas festas do Rio Vermelho, para a diversão da elite baiana. A música, a dança e o uso de máscaras também eram proibidas no adro ou no largo em frente às igrejas. *Idem*, *Ibidem*, pp. 161- 173.

populares. A imprensa local, que, em suas edições dedicava espaços a divulgar os acontecimentos eclesiais da cidade, se manteve ao longo deste período numa postura de simplesmente ignorar as práticas religiosas promovidas pelas camadas pobres da sociedade, dedicando-se apenas a divulgar os acontecimentos religiosos em que participavam as famílias mais distintas da sociedade, como, por exemplo, as festas de Sant'Ana e da Conceição da Praia, promovidas pela elite baiana. Outras festas, como a de S. Bárbara, organizadas por populares e caracterizadas pela forte mistura com elementos da cultura africana eram ignoradas. A estratégia dos reformadores era extingui-las pela falta de promoção.³⁶

Alguns meses antes da instituição do regime republicano no Brasil, representantes da elite baiana já se manifestavam a favor de uma reforma que viesse definir um perfil mais ortodoxo às manifestações externas da religião. A vivência da fé entre os baianos, no “exagero de seus festejos”, incomodava àqueles que desejavam uma sociedade mais civilizada. A elite católica, as autoridades civis e a imprensa, enquanto agentes reformadores, tinham interesse de que o culto externo católico não fosse motivo para escândalos. Para as elites eclesiais era preciso que a religião desse evidências ao Estado e à sociedade de que estava disposta a trabalhar pela ordem social como fator indispensável para o respeito às autoridades. Organizar o culto público desfazendo-se de “inutilidades” seria uma forma de mostrar o real sentido da fé católica contra as argumentações de determinados segmentos liberais da sociedade³⁷ que consideravam as práticas de devoção católicas atos de idolatria e superstição. Na imprensa baiana era comum o comentário sobre a necessidade de uma reforma que pudesse estabelecer um sentido mais religioso às festas em louvor aos santos. A exemplo disto o editorial do jornal “*Diário do Povo*”, numa repulsa aos exageros populares na festa da Lavagem do Bonfim escrevia:

³⁶ O sincretismo religioso era manifestado nas festas em honra a N. Senhora da Conceição da Praia, festejada também pelos adeptos do candomblé, logo na data posterior a festa na Igreja localizada na cidade baixa. Pescadores que habitavam a ladeira da Preguiça se dedicavam a cultuar Yemanjá, orixá do ritual do candomblé. Era uma mistura do oficial com o culto afro-brasileiro. Eles realizavam a festa com missa e procissão mas em seguida as homenagens eram para o orixá. Edilece identificou que a urgência da Igreja não era separar tão nitidamente o sagrado do profano, mas sim a mistura religiosa que se mantinha entre a população negra. Já que o lado profano das festas da elite baiana era entendido apenas como uma necessidade de diversão, realizadas nos arrabaldes da cidade onde as famílias ricas da sociedade costumavam freqüentar no verão. Nestas festas, não se davam os batuques, as rodas de capoeira, mas eram freqüentes as batalhas de confeites e lança-perfumes. Compreende-se então que a preocupação maior da Igreja não era exatamente estabelecer uma real separação entre o sagrado e o profano, o que lhe incomodava eram as práticas do catolicismo mescladas a outras religiões, o que impedia o estabelecimento da unidade com que pretendia mostrar ao Estado seu poder de controle sobre as massas de fiéis. Idem, Ibidem 161-181.

³⁷ Primeiro Congresso Catholico Brasileiro, op. cit., p. 75.

Lavagem do Bonfim! Orgia em plena igreja. No templo o lupanar! E isto, santo Deus! n'um sec'lo em que se almeja Avançar, avançar..."[...] Realizou-se hotem a lavagem do Bonfin, isto é, mais uma vez a luz meridiana foi praticada, no templo do Senhor, a torpe bacharrala que tudo pode ser, menos um acto de religião e de respeito. Entretanto, veja-se bem, nós combatemos essa imoralidade, porque ela é uma bofetada na civilização de que nos gloriamos possuir. E deve desaparecer e com o tempo desaparecerá, desde que todas as potências que podem inferir no animo publico trabalhem todas para ver estirpado este consumo pagão. Afirmamos, porém, com tristeza que não é para já essa reforma alias urgentissima.³⁸

Naquele mesmo ano a instituição de Estado republicano daria à Igreja a oportunidade para implantar a reforma que já a tempo se propunha. Após ver o seu empenho por receber do Estado o reconhecimento oficial como a instituição que dominaria a sociedade em termo ideológico definir com a decretação do Estado laico, as ações da Igreja se desenvolveram para reconquistar o poder de influência que havia perdido junto ao governo. Para isto, a Igreja desejou reunir todo o povo católico demonstrando a sua capacidade de controlar as massas, dando sinais de que poderia cooperar com o Estado na manutenção da ordem social.³⁹ As autoridades eclesiásticas mesmo tentando mobilizar todos os fiéis de todas classes sociais entendiam que a elite baiana teria um papel fundamental neste processo porque estaria servindo como modelo de comportamento para as camadas populares da sociedade, ao mesmo tempo em que mostraria aos letrados agnósticos ser possível a compatibilidade entre a prática da religião e o desenvolvimento intelectual e social.

Para isto, notamos que a Igreja no Brasil adere a uma nova forma de conceber elementos do gosto popular já presentes na religião, mas que, naquele momento, passaram a ser incentivados, controlados pelo clero e adaptados às intenções reformadoras da Igreja. Em oposição ao racionalismo emergente na época, a Igreja apelou para o sentimentalismo em suas práticas, promovendo o fervor nas massas de fiéis, através do estímulo de devoções de cunho reparador, sacramentos, aparições e milagres reconhecidos por suas autoridades. As práticas de piedade foram também direcionadas para a salvação das almas do purgatório daí a necessidade de seguir métodos de alcançar as indulgências freqüentemente oferecidas pelo papa e bispos, mas somente acessíveis a partir de orações, sacramentos, visitas às igrejas e capelas, confirmando cada vez mais a idéia de que, somente através de tais ações, se

³⁸ Diário do Povo, 17 de janeiro de 1889.

³⁹ Dias, Romualdo, op. cit.

conseguiria a salvação espiritual, buscando evitar-se assim a saída de fiéis da religião e reconvertendo outros ao catolicismo.⁴⁰

Com a reforma romanizadora, a ação da Igreja na Bahia incidiu principalmente sobre as associações de leigos. Por terem sido estas instituições as grandes motivadoras das práticas populares da religião, elas foram vistas pelo bispado como um grande impedimento para modelar o catolicismo sob as orientações romanas. A Igreja, na busca por assegurar a fidelidade dos católicos à sua doutrina, procurou reorganizá-las, impondo-lhe práticas devocionais de caráter mais ortodoxo e dissipando qualquer ato que tivesse o cunho supersticioso. Esta intervenção nas irmandades, de certa forma, também respondia aos questionamentos dos seus adversários liberais e protestantes que eram incisivos nas críticas aos rituais católicos.⁴¹ Ao mesmo tempo, a reforma das práticas devocionais entre os fiéis, associados em irmandades demonstravam ao Estado e à sociedade o quanto a Igreja poderia contribuir para motivá-los a respeitar as autoridades constituídas no país, e demonstrar o poder da Igreja Católica como propiciadora do bem-estar social neste mundo, e a sua grande função religiosa como salvadora das almas.

Para entendermos mais precisamente o que representavam as irmandades de católicos, iremos evidenciar as transformações sofridas por essas associações do período colonial à república.

As associações de fiéis denominadas também de confrarias constituem uma herança da colonização portuguesa. As confrarias estavam divididas em irmandades ou ordens terceiras. Elas se originaram nas corporações portuguesas de artes e ofícios da época medieval. Já as ordens terceiras estavam diretamente ligadas às ordens religiosas tradicionais, como a dos franciscanos, carmelitas e dominicanos. Segundo Kátia Mattoso, o principal objetivo dos fiéis reunidos em uma irmandade era o de promover a devoção ao santo padroeiro. Todos os irmãos teriam o compromisso de angariar recursos para preparar o culto e a festa em homenagem àquele santo escolhido pelos associados. No entanto, as atividades dessas associações não estavam somente relacionadas à prática da religião. Estavam ali incluídas

⁴⁰ A Igreja anunciava, como parte de programa organizado em toda a arquidiocese para a comemoração do Ano Santo, que marcaria o retorno de toda a sociedade à fé católica, a organização da peregrinação ao Santuário de N. Senhora de Candeias, onde D. Jerônimo celebraria missa, sermão e comunhão. Diário de Bahia, em 01 de janeiro de 1901; O arcebispado da Bahia propagou entre os fiéis os benefícios das romarias e peregrinações, assim como as irmandades também se mobilizaram neste sentido. A exemplo disso, a irmandade do Sacramento e Santo Antonio Além do Carmo, a venerável Ordem terceira da Conceição do Boqueirão e o Apostolado do Coração de Jesus realizaram na Catedral uma romaria em comemoração ao jubileo da Imaculada Conceição de Maria, Diário de Notícias, 27 de novembro de 1904.

⁴¹ Primeiro Congresso Catholico Brasileiro, op. cit., p. 77

também relações de ajuda mútua que se revelavam em momentos importantes da vida dos associados, compartilhadas entre os irmãos.⁴²

Embora participassem dessas irmandades religiosas, os irmãos eram essencialmente pessoas leigas. A autoridade eclesiástica apenas dava a sua aprovação para instituí-las. Implantadas no Brasil durante a colonização, as irmandades ocupavam os altares laterais em vários templos de Salvador. A adesão a essas associações era sinônimo de prestígio, e se procedia a partir de critérios sociais e raciais.⁴³ Quanto às práticas devocionais em homenagem aos santos protetores, João José Reis observou que, independentemente da classificação social ou racial, as irmandades foram as grandes promotoras do catolicismo dito popular. Neste tipo de religiosidade os santos católicos tinham maior predileção entre os fiéis do que o próprio Deus no momento do pedido de intercessão ao sagrado. Para que seus pedidos fossem atendidos, os fiéis participantes das irmandades e ordens terceiras realizavam festas que se caracterizavam pela exuberância e pela combinação de elementos sagrados e profanos.⁴⁴

Sobre a prática do catolicismo popular de pessoas de diferentes raças e classes, gostaríamos de enfatizar nossa posição divergente da tendência em nossa historiografia que costuma definir a religião oficial como aquela que é praticada pelas elites, ou pelos grupos dominantes e as práticas populares, como manifestações religiosas daqueles das camadas mais pobres da sociedade. Nós preferimos discutir a relação religião oficial e religiosidade popular, a partir dos conceitos de Peter Burke, que apresenta, a grande e a pequena tradição praticadas por elementos das elites e das camadas populares.⁴⁵ Achemos imprecisa uma definição de reforma que se estabelece apenas para atingir determinada classe social. É evidente que, por se tratar de uma adaptação religiosa aos moldes europeus, a reforma das práticas devocionais católicas trouxeram uma identificação maior das elites, já admiradoras dos costumes dos povos daquele continente. No entanto, é necessário frisarmos que a intenção reformadora da Igreja era atingir todas as camadas sociais para mobilizar a grande massa de católicos numa demonstração de unidade e de penetração do catolicismo entre os brasileiros.⁴⁶

⁴² Mattoso, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 397-98.

⁴³ Reis, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp.49-69.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p.59.

⁴⁵ Burke, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Companhia das letras, 1998.

⁴⁶ Com este objetivo a Igreja recomendava aos fiéis, representantes de todas as classes sociais, a participarem das manifestações públicas de devoção. Para as irmandades, a orientação era: “ Que ellas promovam procissões nas quaes se dê um testemunho publico da Nossa Fé, e que para essas procissões sejam convidados todos os

A Igreja Católica, mesmo permitindo honrar os santos como meio de obter as graças pretendidas, ordenava que o culto soberano fosse dirigido exclusivamente para o próprio Deus, assim como para Jesus Cristo como a segunda pessoa da SS. Trindade. Seguindo o que foi confirmado no Concílio de Trento, a recomendação aos fiéis era para que estivessem atentos à veneração aos santos apenas pelo motivo de que aqueles agradam mais a Deus do que os pecadores, e por este motivo estariam aptos a intercederem pelos fiéis que, contritos, clamassem o seu auxílio. Esta advertência da Igreja visava não dar motivos às acusações dos protestantes e pensadores liberais que costumavam criticar a prática do culto aos santos entre os católicos como atos de idolatria e superstição.⁴⁷

A vigilância sobre as associações de fiéis não encobria o reconhecimento da Igreja da ação benéfica dessas instituições, como promotoras dos bens espirituais e da boa assistência que poderiam dar aos católicos na construção da vida de santidade e salvação. Poder-se-ia, inclusive, na visão do arcebispado, através do florescimento das irmandades, ser medido o bom desempenho dos trabalhos paroquiais. No entanto, seria necessário que nelas fosse acatada a presença do clero, como o responsável por conceder aos fiéis os bens espirituais, principalmente, na administração dos sacramentos e dos exercícios de piedade. A proliferação das associações foi estimulada pela Igreja, para que, a partir delas, houvesse o controle das práticas, e ao mesmo tempo, fosse uma maneira de fazer oposição às associações liberais como a Maçonaria.⁴⁸

Empenhados pela purificação das práticas nas associações, os capuchinhos mantiveram a sua ação reformadora sobre as associações de leigos existentes na igreja de Nossa Senhora da Piedade, onde foram evidenciados problemas de ordem disciplinar. Criada em 1871, a Ordem Terceira da Penitência tinha regra hierárquica e privilégios espirituais. Os seus associados eram considerados religiosos, mesmo vivendo fora dos conventos, e sem renunciar aos deveres familiares e com a sociedade. O seu objetivo era reunir pessoas das diferentes classes sociais e de diferentes raças em um verdadeiro modelo de fraternidade cristã.⁴⁹

catholicos, desde os da maior posição social até o mais humilde filho do povo.”Primeiro Congresso Catholico Brasileiro, op. cit., p. 77.

⁴⁷ Carta Pastoral de D. Manoel Joaquim da Silveira. Premunindo os seus diocesanos contra as mutilações, e adulterações da Bíblia traduzida em portuguez pelo padre João Ferreira A. d’ Almeida: contra os Folhetos, e livrinhos contra a Religião, que com a nossa Bíblia se tem espalhado nesta Cidade: e contra alguns dos que se tem publicado no Paiz, Bahia, Typ. Camilo de Luis Masson L &. 1896, pp. 28-35.

⁴⁸ Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva – Anunciando a Promulgação do Código do Direito Canônico por Sua Santidade o Papa Bento IV, Typ. S. Francisco, Bahia, 1918. pp. 72-87. (Carta Pastoral n.4)

⁴⁹ Regni, Pietro. Vol. 3, op. cit, pp.472-474.

No entanto, a Ordem Terceira da Penitência exemplifica a intervenção direta do clero para tentar manter as irmandades dentro do modelo de espiritualidade romana. A vontade dos capuchinhos em enquadrá-la na fidelidade ao seu sentido estreitamente religioso não foi suficiente. A associação estava se pautando pela escolha discriminada de irmãos, geralmente pessoas de muitas posses e prevalecendo entre eles interesses econômicos. Além de não obedecerem às determinações dos frades, alguns irmãos tinham ligação com a Maçonaria. Os capuchinhos então intervieram, proibindo o caixa comum e forçando para que cada um, de acordo com sua vontade, contribuísse com o que pudesse para as atividades de caridade da igreja⁵⁰

Para compreendermos melhor quais as exigências da Igreja para a criação e funcionamento das agremiações de fiéis, vejamos o que significava cada um dos tipos de associação da religião católica. Elas estavam divididas em ordens terceiras seculares, confrarias e pias uniões, segundo o Código do Direito Canônico de 1918. Os terceiros seculares estavam sob a direção de uma ordem religiosa e deviam seguir a espiritualidade daquela, para que se esforçassem por alcançar a perfeição cristã, tendo os religiosos como modelo de vida. E ainda, deveriam ser guiados pela regra definida pela Santa Sé. As confrarias e pias uniões eram associações destinadas a promover a piedade ou o exercício da caridade. A Igreja, através das confrarias, estimulava os fiéis à prática católica como meio de receber indulgências que eram alcançadas a cada exercício orientado pelo clero e realizado pelo fiel com contrição e fervor.⁵¹

Um dado importante é que as associações de fiéis, no período anterior à reforma, precisavam da atuação de uma autoridade eclesiástica apenas para legitimar a sua instituição, pois todos os eventos religiosos eram decididos pelos leigos associados. Esta autonomia laica no desenvolvimento das práticas devocionais passou a ser severamente condenada pela Igreja em seus discursos, quando defendia uma intervenção direta de religiosos desde a fundação das irmandades a um controle rigoroso de todas as funções e práticas de piedade e caridade, inclusive com penas previstas para aqueles associados que não obedecessem aos novos estatutos das associações.⁵²

Existia ainda uma grande atenção da hierarquia eclesiástica sobre a disposição das confrarias em termos espaciais. Não poderiam ser erigidas no mesmo lugar muitas confrarias

⁵⁰ Idem, *Ibidem*

⁵¹ D. Jerônimo Thomé da Silva, (Carta Pastoral n. 4), pp. 81-82.

⁵² Idem, *Ibidem*, p. 76-80.

ou pias uniões do mesmo título. No entanto, algumas delas tinham autorização para isto, eram aquelas que se destinavam ao esclarecimento da doutrina de acordo com a proposta reformadora da Igreja e/ou que realizavam atividades na área social, como a Congregação Mariana, Congregação da Boa Morte ou a Pia União das Filhas de Maria, Associação do SS. Sacramento ou da Doutrina Cristã, e a Associação de N. Senhora das Almas do Purgatório. Outras ainda, segundo as exigências das autoridades eclesiásticas, deveriam ser estabelecidas em todas as paróquias com incentivo da arquidiocese, eram elas, as do SS. Sacramento e da Doutrina Cristã que eram unidas às arquiconfrarias em Roma.⁵³ Em igrejas pertencentes à ordens religiosas, somente eram autorizadas as ereções de associações de mulheres ou de pias uniões voltadas para a prática da oração com a intenção de obter graças espirituais, como o Apostolado da Oração. Os associados deveriam ser devidamente informados acerca das graças espirituais concedidas pela Santa Sé e receber a liberação do ordinário do lugar para o uso de insígnias, hábitos e realização de procissões e outros atos públicos. O controle da Igreja sobre estas associações se revelava ainda na inspeção de autoridades religiosas que participavam das reuniões com os associados e eram encarregados de confirmar, ou não, os eleitos aos cargos, de corrigir ou de renovar os estatutos. Caso houvesse a necessidade dos associados de se reunirem repentinamente, o ordinário deveria ser avisado, caso contrário, poderia ele invalidar a reunião e o que foi decidido nela.⁵⁴

A participação nas procissões habituais era uma outra regra que deveria ser seguida pelas associações de fiéis. E, seguindo a determinação do ordinário do lugar, observar o uso das insígnias e estandartes, a depender das resoluções das autoridades eclesiásticas. Além disso, ficava totalmente proibida a prática de atos supersticiosos nas igrejas, em cultos externos ou domésticos.⁵⁵ O decoro nas procissões era uma preocupação constante do arcebispado da Bahia. Afinal este ato do culto externo tinha por objetivo maior fazer homenagem a Deus publicamente, por isso as irmandades que exageravam em suas manifestações de fé já teriam provocado o espanto das autoridades eclesiásticas, principalmente, pelo grande número de imagens que desfilavam, muitas inclusive que não tinham relação alguma com o santo de devoção. Outras procissões se destacavam negativamente por levarem imagens para casas de leigos, retirando do clero o domínio na organização da prática devocional. Este procedimento dos fiéis não era adequado ao princípio

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 84.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 76-87

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 85

de autoridade com que a Igreja pretendia enfatizar a atuação dos sacerdotes. Desta forma, os bispos já planejavam manter um maior controle das saídas de fiéis em procissões, garantindo assim o sucesso do culto externo que se traduziria no despertar devocional dos fiéis.⁵⁶

Tendo já observado quais as ações desenvolvidas pela Igreja com a intenção de confirmar a sua autoridade na organização da vida social e na orientação devocional dos fiéis, vejamos, então, como esses objetivos estiveram presentes no ambiente da Igreja da Piedade e quais as atividades que foram motivadas pelos frades capuchinhos em atenção ao projeto reformador da Igreja.

Cultos reparatórios:

Para a Igreja Católica a reforma protestante ao ter abalado a autoridade da Igreja nas questões da fé e na vida social provocou o início de um período de degeneração da humanidade. A única chance de salvação era o retorno à fé católica e a contrição pelos abusos cometidos contra a religião de Jesus. Com o objetivo de fomentar o arrependimento nos fiéis, a Igreja passou a propagar a devoção ao Cristo, ressaltando a sua misericórdia como Deus e homem que convida cada fiel a amá-lo. A pastoral católica promoveu a imagem do Salvador através da devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Assim, a Igreja, sobretudo, a partir do pontificado de Pio IX, quis oferecer aos fiéis a possibilidade de se desculparem pelos erros cometidos contra o Filho de Deus.

Os jesuítas foram os grandes responsáveis pela expansão do culto ao Sagrado Coração de Jesus entre os fiéis, tendo apresentado-o como uma espécie de protesto contra as ideologias racionalistas e o individualismo da época.⁵⁷ Porém, antes de incrementar as ações da Igreja no combate ao mundo descrente, esta devoção se transformou em um dos elementos utilizados pelos missionários para aumentar a ida aos confessionários entre os fiéis habitantes de localidades distantes dos grandes centros europeus.

A propagação da devoção ao Sagrado Coração de Jesus teve início no século XVII com as revelações sobre a imagem do Coração de Jesus tidas pela visitandina Margarida Maria Alacoque, em Paray-le-Monial, e foram divulgadas nas cidades européias através do

⁵⁶ Sobre a utilização das imagens no culto católico ver a Carta pastoral de D. Manoel Joaquim, op. cit., pp. 35-49

⁵⁷ Châtellier, Louis, op. cit.,p.

livro do padre Croiset S. J., publicado um ano após a morte da religiosa em 1690.⁵⁸ Os missionários que pregavam nas regiões rurais da Europa estavam à procura de uma maneira de incentivar a conversão das populações que habitavam nas cidades rurais da Europa. Este novo método requeria uma maior proximidade dos fiéis com Deus, por isso se pensou na associação do sagrado a uma imagem. Primeiramente, houve a propagação da cruz, a visão do Cristo crucificado poderia, segundo os missionários provocar a conversão de pagãos e reconversão dos católicos afastados. Mas foi a imagem do coração do Cristo, um grande coração de cor vermelha, rodeado de raios dourados que veio a ganhar popularidade entre o povo assistente das missões. Os missionários pensavam em transmitir aos fiéis a possibilidade da imagem do coração de Jesus despertar um verdadeiro arrependimento das culpas e a necessidade de reparo pelo pecados praticados, introduzindo assim ao método das missões maior sensibilidade para incitar os fiéis a praticarem com maior freqüência os sacramentos da penitência e comunhão. “Se muitas vezes acontece que o amor culpado se inflama pela visão da pessoa amada, quanto devemos desejar que o mesmo aconteça com o santo amor, graças a imagem do muito adorável coração de Jesus”⁵⁹

Para a Igreja romana o afastamento dos homens dos princípios da religião implicava em um pecado coletivo, daí a necessidade, a partir do século XIX, do incremento dos cultos reparatórios. Daniele Menozzi destacou que a Igreja identificara os males que transcorriam entre os homens como castigos de Deus, não só pelos pecados individuais, mas também pelo pecado político e social. Em razão disso, para enfrentar o processo de secularização, as devoções de desagravo, como a do Sagrado Coração de Jesus e a do Santíssimo Sacramento, passaram a ser intensamente divulgadas nessa época entre os fiéis do mundo inteiro, apresentando a instituição do reino cristão para eliminar o caos que se instalara nas sociedades humanas. Com isto, a Igreja pensava em convencer os fiéis quanto à necessidade de recorrer a essas devoções para aplacar a ira de Deus.⁶⁰

Édouard Glotin, ao focalizar a abordagem espiritual do Coração de Jesus, lembrou a importância para a Igreja da referência de Margarida Maria Alacoque em divulgar o culto público do Coração de Jesus, tendo ela determinado a sua função reparadora, aquela que se estabelece como a forma mais significativa do amor misericordioso de Jesus. O amor que supera o desprezo dos homens. Margarida Maria Alacoque soube centralizar a ação

⁵⁸ Segundo Châtellier antes de Margarida Maria Alacoque, foi a mística normanda Maria des Vallés a dar início ao culto da Sagrado Coração. Châtellier, Louis, op. cit. p. 148.

⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 141.

⁶⁰ Menozzi, Daniele. *A Igreja e a secularização*. São Paulo: Paulinas, 1999. p. 68.

reparadora de Jesus no seu Coração Divino. Mesmo definindo que toda a santa humanidade do Cristo sofreu a paixão, ela concluiu que, no entanto, o seu Coração sofreu desde o mistério da Encarnação, pois sabia do que se passaria com Ele. A sua santa humanidade ou todo o seu Corpo Santo só conheceu aquele sofrimento nas horas finais.⁶¹

Margarida Maria, tendo feito esta diferenciação, pregou a necessidade de uma homenagem particular de reparo dirigida ao Coração de Jesus, e disse “Que quer que Ele seja honrado com uma homenagem particular”. Só que este culto reparador não deve ser com base nos pecados dos homens cometidos no passado, mais sim um culto atual. Mesmo que seja um pedido de perdão pela sua crucificação e morte na cruz, mas o culto que lhe é prestado deve ter o caráter glorificador. O objetivo deste culto é não somente de penitência, mas uma busca constante de santificação.

Esse Coração todo amor, que sofreu mais que todo o resto da santa Humanidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, deseja que, ao nos santificar, nós o glorifiquemos. Porque desde o momento da encarnação, esse Sagrado Coração foi transformado em um mar de amargura, sofrendo desde esse primeiro instante até o seu último suspiro, na cruz. Tudo o que essa santa Humanidade sofreu interiormente, no cruel suplício da Cruz, esse divino Coração sentiu continuamente, e é por isso que Deus quer que ele seja honrado por uma homenagem particular, a fim de que os seres humanos lhe façam experimentar tanta alegria e prazer com seu amor e homenagem quanto eles lhe fizeram sentir amargura e angústias com seus sofrimentos.⁶²

Para a difusão do coração de Jesus como meio de reparo dos pecados do mundo moderno, a Igreja promoveu a instituição em todas as paróquias do Apostolado da Oração.⁶³ Na igreja dos capuchinhos, em Salvador, foi erigida a Arquiconfraria Romana do Sagrado Coração de Jesus ligada ao Apostolado, com o objetivo de promover a devoção de forma que os fiéis pudessem corresponder ao desejo do Coração de Jesus em se comunicar com todas as almas. Através da patente de agregação, os fiéis eram informados sobre a prática da associação, que consistia em uma obrigação estendida a todos, qual fosse a de rezar a cada dia um Pai Nosso, uma Ave Maria e o Credo mais a seguinte jaculatória: “Doce Coração do meu Jesus, fazei que vos ame cada vez mais”. Como forma de atrair o interesse dos fiéis

⁶¹ Glotin, Édouard, SJ. *O Coração de Jesus: abordagens antigas e novas*. São Paulo: Loyola, 2003. pp. 127-140.

⁶² Menozzi, Daniele, op. cit. p. 137

⁶³ Esta associação religiosa se propagou por várias paróquias de Salvador e do interior da Bahia. Vejamos como era realizada a festa em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus na cidade de Cachoeira em 1897: “A Igreja adornada com gosto, mostrava um bello aspecto, destacando-se o Apostolado da Oração composto como é sabido, de grande número de exmas. Senhoras, pertencentes às melhores famílias cachoeiranas. Todas elas trajavam vestidos brancos, tendo sobre o hombro fita de Setim vermelho e prendendo-se do miraculoso santo distinctivo estes pertencentes ao referido Apostolado. Após a festa, distribuiu-se orações do SS. Coração de Jesus. Antecedia a mais de 200 associadas do Apostolado a distinctiva phillarmônica Lyra Cecilianana, que durante o tracto executou bonitas peças de variado repertório. Jornal Cidade do Salvador, 13 de junho de 1897.

associados, pelas festas que a Igreja indicava como as principais, eram concedidas indulgências para aqueles que estivessem presentes nas festas em homenagem a Jesus e Maria, assim como, nas celebrações em homenagem a S. Pedro, S. Paulo, S. João Evangelista, S. José, S. Gregório Magno e S. Pio V. As sextas-feiras de cada mês eram dedicadas ao SS. Coração de Jesus. Como era uma associação vinculada ao Apostolado da Oração, os fiéis escritos na Arquiconfraria eram convocados, também, a participar das atividades do Apostolado, as quais citaremos mais adiante.⁶⁴

Ainda na Igreja da Piedade, uma outra congregação religiosa que constitui em nosso estudo um bom exemplo de associação de fiéis segundo o modelo romano, foi fundada sob o controle dos frades capuchinhos, a irmandade do Sagrado Coração Eucarístico de Jesus. Esta associação tinha por fim conclamar os fiéis à prática da oração e dos sacramentos como meio de obterem as indulgências necessárias aos fiéis vivos e defuntos, além de exercitar a devoção ao SS. Coração de Jesus.⁶⁵ Na Igreja da Piedade o mês de junho era todo dedicado a esta devoção. As funções começavam às 7 horas da manhã, quando os fiéis participavam das homenagens ao filho de Deus, entre preces e assistência às pregações dos sacerdotes.⁶⁶ Segundo Fr. Gregório de S. Marino, esta devoção era mais poderosa do que a popular associação do Apostolado da Oração do SS. Coração de Jesus⁶⁷, pois os seus fiéis não usavam bentinhos ou qualquer outro sinal exterior, era exigido apenas que se registrasse o nome da pessoa interessada no livro próprio da associação, e, assim, ela já estaria usufruindo de todos os privilégios dos associados. “É uma devoção de sentido mais profundo e mais tocante...” As práticas desta irmandade eram realizadas às sextas-feiras, terminando com a festa em honra do SS. Coração de Jesus. No altar da associação havia, também nas primeiras sextas-feiras de cada mês, a exposição do SS. Sacramento para adoração”.⁶⁸

Na Igreja da Piedade foi também erigida, para prestar culto ao Sagrado Coração de Jesus, a Associação de N. Senhora do Sagrado Coração de Jesus e das Vítimas do Sagrado Coração de Jesus. Funcionavam em conformidade com as arquiconfrarias instituídas na França e na Itália. Foram estabelecidas com a aprovação do Papa Pio IX, em honra de Maria, Mãe de Deus. A Associação de Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus foi fundada na Igreja da Piedade em 1878, sendo bem aceita pelo então arcebispo, D. Joaquim Gonçalves de

⁶⁴ Patente de Aggregação à Archiconfraria Romana do Sagrado Coração de Jesus e Apostolado da Oração – Patente de agregação, 1920, ACNSP.

⁶⁵ Gregório de S. Marino. , Op. cit

⁶⁶ Regni, Pietro V. Vol. 3, op. cit. p. 68

⁶⁷ Gregório de S. Marino, op. cit.

⁶⁸ Idem, Ibidem

Azevedo, que a dotou de indulgências, atraindo o interesse de fiéis que logo fizeram suas inscrições no livro da associação.⁶⁹ Criada a partir dos critérios reformadores da Igreja, assim como todas as outras irmandades fundadas no Santuário de N. Senhora da Piedade, era coordenada pelos frades capuchinhos. A associação das vítimas do Sagrado Coração de Jesus foi promovida pelo frei Afonso Maria de Bolonha, e tinha ainda autorização do comissário Geral das missões no Brasil, o frei Salvador de Nápoles, comissário geral dos capuchinhos no Brasil, e, depois, arcebispo em Otronte, na Itália. A festa da devoção era no dia da Assunção de N. Senhora, quando festejavam a N. Senhora do SS. Coração de Jesus. Em 1892 tinha 2.046 fiéis associados.

Comparando as atividades dos filiados das irmandades de modelo romano ao desempenho das associações de fiéis do período anterior, concluímos que, na preparação para as festas em homenagem à devoção, enquanto aquelas coordenadas por leigos, além de organizarem o ritual sagrado, como as missas, se ocupavam principalmente de promover festas suntuosas, caracterizadas pela forte mistura dos elementos sagrados e profanos, a preocupação maior das primeiras incidia, sobretudo, em participar de forma intensa dos preparativos da etapa sagrada da comemoração. Os associados das Vítimas do Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, ficavam encarregados da preparação das festas da devoção, como a contratação de músicos e cantoras para as novenas, e de padres, para as missas cantadas, geralmente por três sacerdotes, além da preparação para as missas dedicadas aos irmãos defuntos, flores, contratação de pessoas responsáveis pela armação dos adornos da igreja, foguetes e tapete para o altar.⁷⁰ Com isto, concluímos que as festas religiosas sob a inspeção do clero passaram a acontecer de forma mais austera, com a separação nítida entre o sagrado e o profano. A novena, o tríduo, a confissão e comunhão, o Te-Deum, a benção do Santíssimo, e somente depois, a comemoração popular, fora do ambiente religioso.⁷¹

Já falamos da insistência da Igreja Católica em estabelecer graus de hierarquia quando dispôs a participação do clero e dos fiéis na realização das cerimônias. Mas houve também o incentivo da Igreja para que a obediência à hierarquia estivesse presente entre os fiéis associados em irmandades. Desta forma aquelas associações controladas pelo clero e dispostas em níveis hierárquicos de seus associados seriam exemplos de ordem e obediência,

⁶⁹ Novenário e Semana de N. Senhora do Sagrado Coração de Jesus que se venera na igreja da Piedade seguida pela Associação das Vítimas e Ladainhas do Sagrado Coração de Jesus. Por Fr. Salvador Maria de Nápoles, Livraria e Typ. do Commercio, Bahia, 1924.

⁷⁰ Livro de despesa da Associação de N. Senhora do Sagrado Coração de Jesus, e das Vítimas do Sagrado Coração de Jesus. 1885-1940, ACNSP.

⁷¹ Paleari, Giorgio. *Religiões do povo: um estudo sobre a inculturação*. São Paulo: AM Edições, 1990. p.74.

pois, da mesma forma que a Igreja mostrava-se capaz de sustentar esses princípios no espaço sagrado, dava evidências para a sociedade e para o Estado de que sua atuação na vida pública teria os mesmos resultados, livrando a sociedade civil de implicações danosas ao seu desenvolvimento. Com efeito, o Apostolado da Oração possuía três graus de fiéis: o primeiro, formado por pessoas que fariam, todos os dias, pequenos atos de oferecimento das obras do dia; ao segundo grau correspondiam os associados que estavam obrigados a rezar diariamente uma dezena ou um mistério do rosário pelas necessidades da Igreja; e os de terceiro grau, que eram os fiéis que deveriam, uma vez por semana, fazer a comunhão reparadora. Todos os atos deveriam ser feitos unidos com o SS. Coração de Jesus na intenção definida pelos diretores da associação.⁷²

Participar desta associação era estar co-ligado com as ações de tantos outros milhões de católicos no mundo inteiro, como uma espécie de corrente de orações que trariam benefícios individuais e bênçãos coletivas, que se estenderiam a todas as pessoas incluídas nessa unificação de práticas de piedade. Cada fiel participante do Apostolado da oração estaria incluído de maneira especial nas “orações, penitência, comunhão, missas e outras boas obras de todas as grandes ordens monásticas e de mais de 120 congregações religiosas, estas unidas com mais de 30 mil paróquias e mais de 14 milhões de sacerdotes e fiéis espalhados em todo o mundo, que viviam em comunhão com os irmãos associados”.⁷³

O processo para instituição do Apostolado requeria certas formalidades bem características da vontade da Igreja em demonstrar a sua capacidade de organização nas suas ações, assim como, expressava o comprometimento e seriedade da associação. A paróquia que assim desejasse instituir o Apostolado deveria adquirir do diretor diocesano o diploma de agregação da paróquia que ficaria exposto em quadro na capela ou junto ao altar, e o padre, o diploma de diretor local da associação. Era necessário que a paróquia tivesse preparado um altar especialmente para receber a imagem do Sagrado Coração de Jesus, onde a associação faria os exercícios espirituais. A abertura de livro destinado à anotação daqueles admitidos era outra exigência da arquidiocese para a implantação do Apostolado nas paróquias.⁷⁴

Ao pároco responsável pelo Apostolado cabia a iniciativa de fazer propaganda da associação no intuito de obter novos associados, principalmente, para o segundo e terceiro graus, e eleger entre as associadas zeladoras aquelas que ficariam encarregadas de angariar

⁷² Carta pastoral de D. Luiz Antonio dos Santos – Ordenando preces públicas de conformidade com as prescrições de S. Santidade o Papa Leão XIII. Bahia, Typ. João Gonçalo Tourinho, 1883. p. 33.

⁷³ Idem, Ibidem, p. 34-35.

⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 35

novos irmãos e irmãs. Quando atingisse o número de quinze associados para o primeiro e segundo graus, esta receberia das mãos do diretor diocesano o diploma de zeladora do Apostolado em festa solene durante as reuniões da associação.⁷⁵

A associação, que tinha em sua hierarquia presidente, secretários e tesoureiros, fazia os exercícios todas as sextas-feiras com o acompanhamento do pároco, seguido de missa com cânticos e rezas do terço, comunhão e bênçãos do SS. Sacramento. O sacerdote tinha a obrigação de ouvir as confissões dos associados que desejavam participar mais intimamente de cada dia de exercícios com a penitência e preparação para a comunhão, e tinha também o dever da elaboração de um relatório onde deveria expor todas as atividades dos associados.⁷⁶

Aquelas paróquias que atingiam um número maior que 50 associados teriam os seus rosários, cruces, medalhas aplicados às indulgências apostólicas e os terços de S. Brígida. A remissão total ou parcial dos pecados, recebida pelos associados teria valor para os fiéis vivos e defuntos. A cada exercício se aplicava uma determinada indulgência. Para obtenção das indulgências, geralmente, a regra era ter-se confessado, comungado e orado nas intenções do Sumo Pontífice. As indulgências variavam segundo o grau de cada associado, e, às vezes, podiam se estender a todos independentemente do grau que possuíam.⁷⁷

A maior função do Apostolado da oração era a de difundir a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Esta devoção esteve inteiramente relacionada à reação católica ante os questionamentos liberais provenientes do processo de modernização pós-revolução francesa. Mesmo originada em período anterior à revolução, sem dúvida, é a partir do distanciamento dos homens dos princípios religiosos que ocorre maior propagação do Coração de Jesus como um culto reparatório capaz de fazer reacender a fé naqueles que, já influenciados pelas novas idéias explicativas da vida do homem, afastaram-se da doutrina católica. O Papa Leão XIII, ao determinar a consagração de todas as dioceses ao Coração de Jesus quis, através do Cristo Sofredor, recorrer à sensibilidade dos cristãos de maneira a opor-se ao racionalismo que se expandia na época.⁷⁸

No Brasil, a Igreja entendia o decreto de secularização do Estado não como um simples indiferentismo leigo, mas sim, como uma maneira hostil de se relacionar com a religião na medida em que “expulsou Deus das escolas, retirou o crucifixo dos tribunais,

⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 36.

⁷⁶ Idem, Ibidem.

⁷⁷ Idem, Ibidem, p. 37-38.

⁷⁸ Aubert, Roger.(org.) *História de la Iglesia* : Pio IX y su época. Valencia, Espana: EDICEP. p.520.

expeliu Deus das famílias.”⁷⁹ Contra toda esta situação de inimizade com o poder religioso, a Igreja atribuía aos fiéis o compromisso de executar ações que favorecessem a resistência católica entre a sociedade civil e o Estado. Cada fiel deveria se transformar em um combatente, que, numa ação combinada com os demais, trabalharia para defender o reino de Cristo e, assim, numa atitude mesclada de crença e patriotismo, também defender o seu país de possíveis ruínas.⁸⁰ A letra do hino ao Apostolado da Oração convidava os fiéis a atuarem como *soldados de Cristo*, que lutariam constantemente para instituir o seu reino. Pois, como filhos de Adão do qual tiveram a herança do pecado, pelejariam incessantemente pela vitória, que se daria com a redenção de todos os homens, sinal da graça divina em resposta à confiança em Cristo. A arma dos soldados do Apostolado da Oração seria a fé e o amparo na doutrina Cristã. “Levanta-e-vos soldados de Christo! Sus! Correi! Voae á vitória. Desfraldando a bandeira da glória. O pendão de Jesus Redemptor. Não nascemos senão para a lucta. De batalha amplo campo é a terra. Jamais finda, é constante esta guerra. É herança dos filhos de Adão”.⁸¹

As tragédias humanas, como as guerras, foram condenadas pelos papas e vistas como um dos grandes castigos de Deus sobre a humanidade descrente e praticante de impiedades, profanações, sacrilégios e mundanices. Na Bahia, o arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva, na ocasião da I Guerra Mundial, lançou um ato de desagravo e de reparação do Sagrado Coração de Jesus. Nesta oração, o arcebispo pediu o perdão a Deus em nome dos fiéis brasileiros e para as nações européias. O ato de desagravo deveria ser pedido por todos, e principalmente por aqueles ministros que não contribuía para o reinado de Cristo ao permitir e não combater as heresias e desacatos à Igreja.⁸²

Essa nova forma de piedade que se estabeleceu para restaurar os Estados apresentou-se também na oratória dos capuchinhos que ressaltaram o exemplo desta devoção para que os homens fossem gratos a Deus, “amando a quem tanto vos amam”. Sendo que esta retribuição deveria ser tríplice: reconhecimento, amor e imitação. No entanto, lamentavam os capuchinhos que, ao contrário disso, existia uma ingratidão dos homens para com Jesus, que tinha a sua Igreja perseguida por não-católicos e também por católicos afastados da religião.

[...] Mas infelizmente Jesus não é conhecido, nem amado, e até sem não poucas vezes offendido, blasfemado, perseguido, por seus próprios fiéis, se, pois o amamos

⁷⁹ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, op. cit.

⁸⁰ Idem, Ibidem, p. 239.

⁸¹ Âncora da Salvação Cristã, op. cit.

⁸² Anexado à Carta pastoral de D. Jerônimo Coletiva do Episcopado das províncias septentrionais do Brasil. Encadernada. (Carta Pastoral n. 5)

é mister que lhe compensemos tantos ultrajes que perpetua contra Elle essas mesmas pessoas a quem tanto beneficiam. Incubi-nos o sagrado dever de o consolar, de offerecer-lhe honrosa satisfação immensa tributar-lhe amor reparador [...].⁸³

Temos ainda neste período de reforma a exaltação às devoções eucarísticas que foram incentivadas para que os fiéis praticassem a comunhão freqüente, um meio eficiente de ressaltar a importância do clero num momento em que as religiões protestantes e o ateísmo colocavam em dúvida a importância do sacerdote e a veracidade da presença de Cristo na eucaristia. Reafirmando a doutrina da Igreja, os capuchinhos destacavam que somente a religião católica possuía os mistérios que demonstravam a fraqueza humana diante da divindade, contudo esses mistérios representados nos sacramentos católicos estavam sendo combatidos e desprezados, em meio a tantas ideologias com base racionalista. A exemplo disso, a presença de Jesus vivo na eucaristia era ridicularizada. Muitos descrentes indagavam como podiam os católicos adorar um deus invisível. Isto para o capuchinho seria uma repetição das perseguições dos judeus contra os cristãos. Porém na era moderna elas se concretizavam, “na devastação dos templos, na profanação dos altares, nos ataques aos vasos sagrados, em orgias e deboches que muitas vezes Jesus sacramentado precisava sair às escondidas para não ser mais agredido.”⁸⁴

A centralização da devoção católica na adoração ao Santíssimo Sacramento que corresponde ao Cristo Vivo na Eucaristia consistia numa forma de manter a unidade da fé católica em torno da dependência dos fiéis aos sacramentos da Igreja, como único meio de salvação espiritual.⁸⁵ Observamos, neste período, que o clero em diversas ações, procissões, preces, orações promoviam a prática da comunhão. Nos dias festivos da Igreja, ela era geral: todos os fiéis deviam comungar nas celebrações solenes da religião; às irmandades era recomendado que, antes de exaltar o seu santo padroeiro, propagassem a devoção ao Santíssimo Sacramento, principalmente, no primeiro domingo do mês.

Lembremos que no período anterior, quando predominava a participação leiga na organização dos festejos aos santos, as irmandades do Santíssimo Sacramento já existiam numerosamente em várias paróquias da cidade. Esta irmandade fora criada pelos dominicanos em 1538 e oficializada pelo Papa Paulo III. O objetivo de sua criação foi o de combater os questionamentos protestantes sobre a real presença de Jesus na Eucaristia. Mas, como na

⁸³ Sermão. Agostinho de Loro Piceno, frei. Assim como meu Pae me amou, assim vos amei eu. Manuscrito avulso, 1911. ACNSP.

⁸⁴ Caetano de San Leó, frei. Sermão para as Quarenta-horas, 1-3-1908, ACNSP.

⁸⁵ Collecção das devoções e exercícios piedosos que se praticam na igreja de Nossa Senhora da Piedade dos missionários Capuchinhos. Bahia, Litho – Tipographia Almeida, 1905. ACNSP

Bahia a sua instituição originou-se entre as associações de leigos trazidas pelos portugueses, identificamos um sentido muito popular em suas manifestações públicas, afastando-se do seu objetivo original, que fora distorcido. No Brasil os registros mostram que desde 1549 até 1889 elas existiam em quase todas as paróquias na zona urbana, e eram preferidas pelos homens pela sensação de poder que sentiam ao auxiliar o padre nas celebrações.⁸⁶

Porém, a proximidade com o clero não impedia a excentricidade nas procissões que organizavam. As comemorações destas irmandades eram feitas numa mescla do lúdico com o religioso. O viajante Froguer, descrevendo a procissão do Santíssimo Sacramento, observou a exterioridade na expressão da fé. Havia nesta prática do culto público uma grande quantidade de cruces, relicários, ricos ornamentos e de tropas em armas, de corpos de ofício, concorrência de confrarias e de religiosos e, ainda, grupos de máscaras, de músicas e de dançarinos.⁸⁷

Durante o período de reforma católica, as autoridades eclesiásticas se manifestaram de forma a reorganizar estas irmandades já existentes, ordenando que suas ações se dispusessem a enfatizar a Eucaristia com a finalidade de incrementar a prática da comunhão e, assim, valorizar a função do clero, mostrando que somente aos ministros da Igreja foi concedido o direito na administração dos sacramentos. Com isto, “os padres passariam a ter a oportunidade de manter os fiéis unidos e submissos, por um culto que tem garantida legitimidade no sagrado.”⁸⁸ Também, com o objetivo de propagar a devoção ao Santíssimo Sacramento, a Igreja que antes exigia que no mínimo os fiéis comungassem duas vezes na semana, neste período de reforma estimula a comunhão em todos os dias, inclusive para as crianças. A partir do momento em que uma criança já começava a distinguir entre o pão material e o pão alimento espiritual revelava-se ali a sua aptidão para após o conhecimento do catecismo receber a comunhão.⁸⁹ Segundo Fr. Gregório de S. Marino, os capuchinhos, com a intenção de propagar a prática sacramental da penitência e comunhão, estiveram empenhados durante a reforma em pregar às crianças o catecismo uma ou duas vezes por semana, instruindo-as sobre a necessidade da prática sacramental, como também se dispuseram a ouvir confissões de adultos a qualquer hora do dia – esforço revelado pela permanência de vários confessorários no espaço da igreja da Piedade.

⁸⁶ Mattoso, Kátia M. de Queirós, op. cit. p. 398.

⁸⁷ Verger, Pierre. Bahia: Corrupio, 1981. p. 63.

⁸⁸ Dias, Romualdo, op. cit. p.108.

⁸⁹ Aubert, Roger, op. cit. pp. 518-519.

Na Igreja dos frades italianos, a adoração ao Santíssimo Sacramento tornou conhecida uma prática eminentemente capuchinha que é das Quarenta-horas. Esta sempre ocupou um lugar especial na pregação destes franciscanos. Usadas para conversão e reconciliações públicas ou privadas, preferencialmente eram realizadas nas duas últimas semanas que antecediam a páscoa, embora pudessem ter lugar em qualquer época do ano. Esta prática confundia-se com o objetivo das missões na cristianização dos povos.⁹⁰ Regni, ao mostrar que não era possível falar da superficialidade da fé entre os baianos, pelo menos, entre os fiéis que freqüentavam a Igreja da Piedade, destacou que as manifestações dos fiéis ressaltavam o Cristo como o centro de todas as práticas devocionais, principalmente nas funções litúrgicas da Quinta-feira Santa com a exposição do Santíssimo para a adoração dos fiéis. Destacou também a prática das Quarenta-horas, que consistia na exposição do Santíssimo Sacramento por três dias consecutivos, durante os quais os fiéis revezavam-se para que Jesus na Eucaristia nunca estivesse sozinho. Durante toda a exposição do Santíssimo, os fiéis se dedicavam aos cantos, orações, e recebiam benção eucarística. Esta era uma ocasião em que os frades manifestavam-se sobre a importância desta devoção por celebrar a presença de Deus Vivo entre os homens, oferecendo-se como alimento espiritual, mas que, naquele momento, sofria os ataques de protestantes e católicos descrentes, obstinados na recusa em aceitar tal verdade.

[...] A vista, de um Sacramento, onde Deus mostra-se tão amoroso como poderoso, e sobre o qual com tanto ardor fallaram os gênios mais abalizados de todas as nações, que viam scintillar o lúcido astro da revelação possuía a humanidade: embora, em todos os tempos, e em modo particular no século décimo sexto os protestantes surgissem como ainda hoje, herejes e mais catholicos procuram atacar o dogma da Eucharistia. Estes são refregos da humanidade, são almas bastante sem fé, gênios vertiginosos, antes degenerados, espíritos de rebelião que não podendo comprehender esse Ente magestoso no abreviado circulo de uma hóstia, preferem antes passar por hereges obstinados do que por catholicos submissos[...]⁹¹

Nas palavras de Fr. Caetano fica evidente o entendimento do protestantismo como causador de desordens, na medida em que abalou a autoridade da Igreja ao questionar a veracidade do dogma da Eucaristia, ao mesmo tempo em que provocou a desconfiança sobre a função do sacerdote enquanto aquele a quem cabe a transubstancialização – transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Jesus Cristo. A Igreja como meio de amenizar os efeitos dessas contestações que foram iniciadas pela reforma protestante procurou exaltar em seu processo de reforma a sagrada comunhão como o bem mais precioso do cristão, afirmando que ali se encontra o corpo e sangue de Jesus. Segundo a crença católica esta é a grande

⁹⁰ Mariano D' Alatri, op. cit. p.35

⁹¹ Caetano de San Leo, frei. Sermão para as Quarenta-horas. Manuscrito avulso. 1-3-1908. ACNSP

função do sacerdote, a questão hierárquica da Igreja ali se justificava. Somente o clero poderia oferecer aos fiéis o alimento espiritual que os une a Cristo, o que torna a sua presença fundamental, da mesma forma, para que o fiel possa receber a hóstia consagrada há a dependência do clero, pois é necessária a preparação que se faz com a penitência para o perdão dos pecados. Quem comunga, sem antes haver confessado seus pecados a um sacerdote, renova o crime de Judas, come e bebe a sua própria condenação.⁹²

Para entender a dimensão da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, verifiquemos como outras paróquias também festejavam esta mesma devoção. Em setembro de 1910, a matriz de Brotas, através do Apostolado da oração, promoveu uma festa com procissão, sermão, benção e entrega da chave do Coração de Jesus. Na procissão, a Igreja enfatizava a ordem mantida nos gestos e na disposição do préstito, que saiu pelas ruas da seguinte forma:

[...]seis pares de bandeiras, rosas, três estandartes de S. José, seis pares de bandeiras, um andor, seis estandartes de N. Senhora, dez pares de bandeiras azuis, o andor da Virgem Maria, o Rosário, estandarte do Coração de Jesus, os apóstolos, trinta e seis pares de bandeiras vermelhas, as três virtudes, dez pares de bandeiras vermelhas, a paz e a União, dez pares de bandeiras vermelhas, a Paz e o coração, um andor, o pátio. Seguiram dois a dois, os que acompanharam o religioso préstito, que era puxado por uma banda de música[...]⁹³

As características da prática devocional de cunho reparatório mostra-nos exatamente a forma romana do catolicismo que atingiu a fé entre os baianos. Algumas vezes, em espaço privado para entronização da imagem do Sagrado Coração de Jesus, como a que aconteceu na residência do capitão Athalydio Caldeira da Costa, com a presença de numerosas famílias e cavalheiros, após missa festiva na matriz da Sé.⁹⁴ Outras vezes, durante cultos públicos como o que foi realizado na matriz de Santo Antonio além do Carmo, onde o espaço do templo tornou-se pequeno para abrigar o grande número de fiéis, entre cavalheiros, famílias ilustres e outras pessoas que lotaram a igreja. Durante a missa, o cônego explicou aos fiéis, em linguagem elevada, sobre a filosofia da natureza, com crítica severa ao monismo e ao seu principal adepto, Ernesto Heckel;⁹⁵ Outras ainda, em procissões realizadas pelo arcebispado

⁹² Ancora da Salvação Cristã. A comunhão – instruções para receber dignamente a Sagrada Comunhão, p. 68-79.

⁹³ Diário de Notícias, 1 de junho de 1910.

⁹⁴ Diário de Notícias 26 de junho de 1920.

⁹⁵ Filósofo alemão, nascido em 16 de fevereiro de 1834, defensor do livre pensamento. Ernest Haeckel combateu a doutrina católica e tentou resolver questões do mundo mental e moral, pregando a liberdade de pensamento. Se dedicou ao estudo das ciências naturais, medicina e zoologia. Em suas teorias buscava compreender a origem do homem. Foi um dos divulgadores do monismo – sistema filosófico que defendia a existência de uma substância primária, para os materialistas, esta substância seria o universo, outros de tendência espiritualista atribuía a criação do homem ao poder divino. Para conhecer melhor a obra de Haeckel ver História da Criação dos Seres

da Bahia, a exemplo da que ocorreu na Penha em julho de 1914, na qual a homenagem a *Jesus Cristo Rei e Salvador* foi antecedida por tríduo e seguida de soleníssima procissão do *SS. Sacramento*, na ordem descrita abaixo:

[...]crianças vestidas de fina lã representando o Cordeiro Imaculado, com o emblema – ECCE Agnus Dei – ladeada por duas outras crianças acompanhadas pelo colégio do prof. Horácio com o seu novo estandarte rodeado de guardas de honra, formando o Rosário de Maria, com lindas corbelhas cheias de pétalas de rosas para jogar nas ruas por onde ia passar o Rei da Glória. Seguem-se as Confrarias de N. S. de Lourdes e do Coração de Maria com seus estandartes e guardas de honra formadas por meigas crianças levando corbelhas de flores; após o centro o Coração de Jesus, com seu majestoso estandarte com guarda de honra, no qual iam criancinhas representando a Fé, a Esperança, a Caridade e a Oração. Seguida das Irmãs do Sacramento e philarmonicas.⁹⁶

As homenagens ao Santíssimo Sacramento e ao Coração de Jesus eram comuns durante o período de consolidação do processo reformador católico. Em procissões como as que descrevemos acima, a Igreja dava o exemplo de organização e disciplina. Todos os elementos envolvidos na cena incitavam a inocência e a pureza, contrastando com as características da sociedade da época que vivia um momento de questionamento dos princípios religiosos como o único meio de explicação dos fenômenos da vida humana. Canetti, ao analisar a forma como a Igreja lidava com as massas nas primeiras décadas republicanas, explicou que o objetivo católico, ao utilizar-se do recurso do culto público, como as procissões, era aumentar a fé dos católicos, mas dever-se-ia ter o cuidado de que esta excitação fosse feita de forma graduada, para se fazer valer o princípio da ordem social até na explicitação da crença... “a própria veneração também é graduada, ascendendo no decorrer da procissão, de degrau em degrau[...] A veneração aumenta de forma lenta e imperturbável como a maré; ela alcança seu nível mais elevado, e depois, lentamente, volta a cair”.⁹⁷

Os cultos marianos

As devoções marianas cultuadas na igreja da Piedade tiveram no final do século XVIII grande florescimento. Segundo Fr. Agostinho de Santa Maria, a igreja do convento dos frades capuchinhos era destino de romarias e tinha aspectos de um verdadeiro santuário mariano.

Organizados Segundo as Leis Naturais, Porto, Lello & Irmão Editores, 1961; O Monismo – Laço Entre a Religião e a Ciência (profissão de fé de um naturalista), Porto, Livraria Lello & Irmão, 1947.

⁹⁶ A Tarde, 23 de julho de 1914.

⁹⁷ Canetti, Elias. Cit. in. Dias Romualdo, op. cit. p. 118-119.

Neste período, as devoções com invocação a Maria de maior popularidade eram a de N. Senhora da Piedade, Nossa Senhora das Graças ou do Livramento, Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora da Soledade, sendo que, a de N. S. de Piedade, por ser a padroeira da Igreja, obviamente era a mais venerada. Vários fiéis depositavam suas esperanças de graças e curas no azeite das lamparinas que rodeavam a imagem da Santa. A devoção a N. S. da Piedade era motivada por uma confraria própria, da qual participava a aristocracia da cidade. A festa da devoção, que ainda nos dias de hoje acontece no último domingo do mês de outubro, realizava-se com a exposição do Santíssimo, e após, a missa, acontecia uma solene procissão à tarde, da qual participavam autoridades e populares.⁹⁸

Apesar da devoção a N. Senhora da Piedade ter permanecido grandiosa com a realização da festa anual, no século XIX outros cultos marianos ganharam a devoção dos fiéis. As invocações a Maria eram outras e estavam enquadradas no projeto da Igreja para resistir aos questionamentos protestantes e às idéias liberais do mundo moderno. O culto a Maria, inserido no processo de restauração da fé foi estimulado pela Igreja para tornar mais conhecidas pelos fiéis a doutrina cristã, ao mesmo tempo em que, através desta orientação de piedade, a Igreja pretendia reconverter os católicos afastados. Os frades capuchinhos estiveram empenhados em propagar através das devoções marianas um ideal de espiritualidade com forte apelo aos sentimentos dos fiéis em que destacavam a função da Igreja para a salvação das almas, mantendo-os fixados em práticas de purificação para alcançar as indulgências oferecidas durante as práticas de piedade dedicadas a N. Senhora.

Uma das invocações que os capuchinhos apresentavam, assim como toda a Igreja em reforma como meio de combater os questionamentos de filósofos e protestantes sobre o dogma do pecado original, era a de N. Senhora da Imaculada Conceição. No decorrer dos séculos, os doutores da Igreja, em concílios, tiveram a tarefa de justificar esta crença da fé católica. Mesmo após o reconhecimento oficial da imaculada conceição de Maria feita pelo Papa Pio IX, em 1854, as divergências entre católicos e protestantes sobre Maria permaneceram a gerar conflitos entre as duas religiões. Na Bahia, o então arcebispo D. Manoel Joaquim da Silveira advertira os fiéis de que estava em veiculação na cidade uma Bíblia protestante em que foram ignoradas várias frases de alguns capítulos que comprovavam muitos dos dogmas da Igreja, inclusive a frase do capítulo de S. Lucas interpretada pelos católicos, como a comprovação da Conceição Imaculada de Maria que diz:

⁹⁸ Regni, Pietro, Vol. 2, op. cit. pp. 44-45.

“que foi enviado por Deus o Anjo Gabriel a uma cidade da Galiléia, Nazaré, a virgem desposada com um varão, que se chamava José, da casa de David, e o nome da Virgem era Maria. Entrando o anjo onde ela estava disse-lhe – Deus te salve cheia de graça e o senhor é contigo: Bendita es tu entre as mulheres.” A Bíblia dos protestantes apenas dizia: Ave gratia plena –goza⁹⁹, ignorando o que a Igreja havia oficializado com a promulgação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, em que reconhecia o seu nascimento sem pecado, como também, reconhecia que após o nascimento de Jesus permaneceu imaculada, não tendo outros filhos. Naquele momento, a Igreja que já voltava a articular meios de enquadrar os fiéis à ortodoxia católica, tendo divulgado os privilégios dos cultos marianos com o objetivo de incentivar a confiança dos fiéis no poder da religião na vida espiritual e temporal, não poderia deixar de se manifestar contra uma publicação que negava a santidade de Maria.¹⁰⁰

A espiritualidade romana difundida entre os fiéis trouxe ao mundo católico a necessidade de cristianizar a religião, e, ao mesmo tempo em que focalizava todos os atos para o Cristo, o olhar dos fiéis passou também a destacar a figura de Maria. Maria pela posição que ocupa como a mãe do Salvador sempre teve uma ligação intrínseca com a Igreja de Jesus. Como destacamos anteriormente, a veneração católica a Maria constituía um dos entraves entre católicos e protestantes. Os protestantes não reconheciam o valor de Maria, assim como, de qualquer outro santo para o projeto salvífico de Deus. O que evidentemente era condenado pelos católicos que desde a era primitiva da religião exaltavam o nome da Mãe de Deus, como co-redentora no plano da salvação e cheia de graças por ter sido a mulher escolhida por Deus como mãe de Jesus. Este é o motivo pelo qual a Igreja se sentia motivada a salientar de várias formas a devoção mariana, principalmente, no momento em que os dogmas eram contestados por protestantes e também pelos adversários liberais da religião.

Para as intenções reformistas da religião católica, a ênfase sobre a figura da Mãe de Deus ganhava uma importância como modelo de fidelidade à Igreja e obediência às autoridades. Era exemplo de mãe que educa seus filhos na lei de Deus, de esposa e intercessora para cura e para a graça. Foi com esta concepção que a Igreja divulgou as diversas aparições de Maria durante todo o século XIX. Assim também, estimulou os fiéis a se organizarem em peregrinações aos locais de aparições, como Lourdes. A oficialização do dogma da Imaculada Conceição de Maria era festejada solenemente na Igreja da Piedade, com

⁹⁹ Dom Manuel Joaquim da Silveira, op. cit. pp. 8-9.

¹⁰⁰ Collecção das devoções e exercícios piedosos que se praticam na Igreja – Nossa Senhora da Piedade dos missionários capuchinhos, op. cit., pp-37-68.

novena que antecedia a grandiosa festa, em que os capuchinhos recomendavam a comunhão geral, missa solene com a participação de orquestra, o Te-Deum e benção do Sacramento. As preces solicitavam a N. Senhora a intercessão pelo triunfo da Igreja contra os males dos tempos modernos e as heresias causadoras das dificuldades pelas quais a Igreja passava, também pedia a proteção para as autoridades civis numa demonstração de que o momento da reforma era de se buscar o entendimento com Estado.

Ó Poderosíssima Protetora da Igreja, vós que semelhante ao cedro incorruptível do Líbano nunca fostes sujeita a menor maneira desculpa; rogai por nós peccadores afim de que Deos defenda da heresia a religião Catholica, proteja o Summo Pontífice, os nossos superiores Espirituais e Temporaes, e nos dê a graça e valor para conservarmos intacta e incorrupta a nossa Santa Fé.¹⁰¹

Com a reforma do catolicismo, houve uma intensificação dos festejos em homenagem a Maria durante todo o mês de maio, comum em todas as paróquias. Este culto estendera-se às casas particulares onde se erguiam altares com ornamentações e se assentava a imagem da Virgem para que os fiéis lhes rendessem orações e cantassem hinos solenes. Os festejos do mês mariano era um momento propício para que os frades capuchinhos explicassem aos fiéis os benefícios da devoção mariana, como aquela que protegia a Igreja, principalmente dos seus inimigos liberais.¹⁰²

Na Piedade, os exercícios do mês mariano, promovido pelos capuchinhos, enfatizavam os milagres para exemplificar aos fiéis o poder de Maria como modelo para conversão dos pecadores, principalmente entre ex-catolicos, protestantes, espíritas e maçons. Além disso, Maria era exaltada como modelo de obediência e de reconhecimento das autoridades, na obediência aos pais, aos sacerdotes no templo, a José, a Jesus e a João Apóstolo e, principalmente, a Deus, quando disse na presença do anjo Gabriel: “Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a Vossa Palavra”. As preces em sua invocação eram formuladas com pedidos de não-liberdade e de uma vida condicionada aos ensinamentos da Igreja e de nunca agir de livre consciência. “Não me deixes nunca na independência absoluta. Oh! Dai-me sempre, principalmente para as decisões da santa Igreja e as palavras do Summo Pontífice, uma tal submissão d’ espírito que não enfrenta nunca hesitar nem discutir, mas a todo ensino me faça dizer firmemente: Aceito e creio Maria a santa Comunhão”.¹⁰³

¹⁰¹ Novena em honra da Imaculada Conceição da Gloriosa Virgem, Igreja da Piedade, 1904, p. 8.

¹⁰² Livro de devoções que se praticam na Igreja da Piedade dos capuchinhos, op. cit. pp. 37-42

¹⁰³ Mez de Maria – Traduzido das Palhetas de Ouro. Augmentado com uma collecção de exemplos para todos os dias do mez, por Mons. Dr. José Basitre Pereira, Typ. S. Francisco, 1919.

Na igreja da Piedade foi fundada, para uma homenagem especial a Maria, a Associação da Arquiconfraria da SS. Imaculada Virgem da Boa Esperança. Instituída em 1876, esta irmandade estava sob a direção do Fr. Lourenço de Sassoferato e tinha o objetivo de prestar o culto a N. Senhora da Boa Esperança. A associação possuía um altar próprio na Igreja, conhecido como “*Altar privilegiado*”. Existia a crença de que as missas celebradas nele pelo sufrágio das almas do purgatório renderia aos fiéis a indulgência plenária. Segundo Fr. Gregório de S. Marino, os irmãos associados chegaram ao número de 3.977, e sua festa solene era realizada no dia 8 de setembro, quando a Igreja celebrava o nascimento de N. Senhora. Por muitos anos a “família Manoel Vitorino”, uma das mais importantes da cidade, esteve à frente nos cuidados para com o altar e as homenagens à Santa. O esplendor e a popularidade da devoção a N. Senhora da Boa Esperança mostram que a prática da fé católica romanizada e promovida pelo clero tivera uma aceitação considerável pelos fiéis que freqüentavam a igreja dos capuchinhos.¹⁰⁴

Os exercícios espirituais dos associados em honra de N. Senhora da Boa Esperança, basicamente, invocavam a intercessão de Maria para o perdão dos pecados, o medo do inferno e alívio da incerteza do perdão.¹⁰⁵ Práticas reparadoras como estas eram naquele momento significativas para que a Igreja legitimasse a importância da atuação dos sacerdotes. Quando protestantes e agnósticos negavam a intermediação do clero entre os fiéis e Deus, a Igreja ensinava que o poder dado por Jesus a seu discípulo Pedro, para decidir no céu e na terra - “Eu a ti darei as chaves do reino dos céus e tudo o que atares na terra, será também atado no Céu, tudo que desatares na terra, será desatado no céu” -, estendia-se a todos os seus ministros. Portanto, a missa rezada na intenção das almas do purgatório ou as indulgências oferecidas aos fiéis, confirmava a atuação do padre, como aquele que, pela ligação com o trono petrino, podia intermediar junto a Deus para o perdão dos pecadores vivos e para as almas do purgatório. A intenção dos frades em promover tais práticas era cada vez mais clericalizar a religião, tornando os fiéis dependentes da atuação dos padres e reforçando a questão hierárquica da Igreja que legitima sua estrutura interna como uma sociedade desigual, onde o clero e os fiéis reconhecem que somente a alguns é permitido santificar, ensinar e

¹⁰⁴ Gregório de S. Marino, frei., op. cit.

¹⁰⁵ A cada dia da semana os fiéis oravam nas seguintes intenções: oração para o perdão dos pecadores; oração para alcançar a perseverança por intercessão de N. Senhora e perdão para os pecados para os vivos e os mortos; oração para alcançar a graça de ser preservado do inferno; oração para conseguir o paraíso, oração para obter o amor e a fidelidade a Jesus e a Maria; oração para obter em tudo a proteção de Maria Santíssima. Lembrança da festa de N. Senhora da Boa Esperança na Igreja dos Religiosos Capuchinhos, Typ. S. Francisco, Bahia, 1914.

governar, e a outros, não. Da mesma forma que na vida civil, existem os que governam e aqueles que apenas são guiados pelas decisões de seus governantes.¹⁰⁶

Entre os cultos marianos, destacamos ainda, a devoção a Nossa Senhora do Rosário, festejada com novena na Igreja dos capuchinhos em Salvador.¹⁰⁷

No século XIX o Papa Leão XIII ordenou que, enquanto durassem as investidas dos inimigos contra a Igreja, os fiéis, no primeiro domingo de outubro de cada ano, deveriam festejar o Rosário de Maria. Convicto de que a sensibilidade promovida por esta devoção atrairia grande número de fiéis para se dedicar ao Rosário, e, com a intenção de que através desta devoção ajudaria a Igreja a conseguir superar a incredulidade da época sobre seus dogmas, quis enriquecê-la oferecendo indulgências para aqueles que visitassem o Santuário de Pompéia.¹⁰⁸

A devoção foi trazida para o Brasil pelos Jesuítas durante a colonização. Aqui várias confrarias foram erigidas para cultuar N. Senhora do Rosário, a exemplo da confraria de N. Senhora do Rosário das Portas do Carmo e da Irmandade do Rosário da Conceição da Praia. O que chama a atenção na proliferação de irmandades consagradas a esta devoção mariana é o fato dela ter sido muito bem aceita entre os negros escravos.¹⁰⁹ Com o tempo passaram a ser exclusivamente de negros e mulatos, livres, alforriados ou escravos.¹¹⁰ Arthur Ramos atribuiu isto ao contato anterior que os negros tiveram com a devoção, ainda no continente africano, principalmente, os de Angola e os do Congo, mais receptivos aos benefícios do rosário de N. Senhora.¹¹¹ João Reis destaca que nas celebrações realizadas nas confrarias negras havia uma verdadeira fusão entre o sagrado e o profano. Além de procissões e missas, comia-se muito, aconteciam mascaradas, danças e cantos em idioma Angola; entronizavam-se reis e rainhas

¹⁰⁶ As palavras de Jesus foram repetidas pelo arcebispo da Bahia, D. Jerônimo durante seu discurso no Primeiro Congresso católico do Brasil. D. Jerônimo explicava aos assistentes que Jesus ao enfatizar o poder atribuído a Pedro e dos seus sucessores não se restringia apenas ao campo espiritual. Imbuído da definição de S. Tomás de Aquino frisou que o poder do clero se estendia também à esfera temporal. Primeiro Congresso Católico Brasileiro, op. cit., p. 248.

¹⁰⁷ Sobre a devoção do rosário ver, entre outros, Souza, Juliana Beatriz Almeida de. Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar – {on line} Disponível na Internet via: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/texto/>

¹⁰⁸ Primeiro Congresso Católico Brasileiro. op. cit, p. 245.

¹⁰⁹ Tânia de Jesus, em sua dissertação de mestrado investigou a intensidade da devoção aos santos católicos entre os negros de Salvador e do recôncavo baiano, do século XVIII e início do século XIX. Investigou vários aspectos relacionados à devoção e à liturgia católica entre as irmandades de negros, dentre as quais a irmandade do Rosário. Pinto, Tânia Maria de Jesus. Os negros cristãos e o culto aos santos na Bahia Colonial. Dissertação apresentada ao Mestrado em história social da Universidade Federal da Bahia, 2000.

¹¹⁰ Mattoso, Kátia, op. cit p. 399.

¹¹¹ Sobre o uso do rosário, o viajante James Wetherell observou no século XIX que a maioria dos homens de classe baixa e os negros tinham o costume de usar o colar sob a camisa como um amuleto. O viajante interpretou este costume dos negros como mero enfeite sem fim religioso. Wetherell, James. Apontamentos sobre a Bahia – 1842-1857, p. 31.

negros com vestes e insígnias, ocupando cargos cerimoniais, como se as irmandades fossem espécies de monarquia parlamentar. A reação das autoridades civis oscilava entre proibições e permissões, pois, em alguns casos, contavam com a proteção de religiosos que viam naquelas cerimônias uma prova de conversão dos africanos ao catolicismo.¹¹²

A Igreja reformadora do século XIX não aceitava mais esse tipo de mescla da religião com elementos do “paganismo”. O arcebispado da Bahia, através de cartas pastorais, apresentava a devoção do rosário como um dos meios mais eficazes para reformar os costumes nas famílias e na sociedade, e pedia que se multiplicassem em todas as freguesias as suas confrarias onde deveria ser feita a difusão do jornal o “*Mensageiro do Santo Rosário*”, uma espécie de guia ou boletim mensal das confrarias em que estariam reunidas as intenções práticas relativas ao Rosário.¹¹³

Os capuchinhos que, em suas atividades apostólicas já tinham se destacado como propagadores da devoção, estiveram, também, durante a reforma da Igreja, enfatizando os benefícios do Rosário para que o sentimento católico fosse novamente elevado como antes, quando não havia a concorrência com outras religiões, principalmente a Protestante.¹¹⁴ Para facilitar a compreensão dos fiéis sobre o valor da reza do rosário, quiseram esclarecer o meio eficaz de praticá-la. Uma das recomendações é que não se contentassem por rezar apenas com os lábios, mas que fizessem uma seria contemplação dos mistérios. Este era também o meio para que se inteirassem dos pontos básicos do cristianismo e do valor dos dogmas, pois, em cada mistério do rosário, pensa-se em momentos importantes da vida de Jesus e de Maria, que marcaram a trajetória para a concretização do projeto salvífico de Deus e que consistem nos pontos básicos do catolicismo. Vejamos como os capuchinhos descreviam passo a passo o método para se rezar o rosário: Segundo estes, a Rosa Mística, como é chamada, ou o Santíssimo Rosário de Maria, é como uma rosa natural que se desabrocha. Porém esta rosa de Maria, ao se desabrochar, revela os quinze mistérios da fé, sendo cinco, de alvura deslumbrante que marca a pureza de Maria na concepção do filho de Deus; cinco, cingidas de sangue, que se referem à paixão do Seu filho; e as cinco últimas são douradas, por estarem relacionadas à vitória eterna e a glória. Os quinze mistérios são compostos por dezenas de Ave-marias, abrindo-se cada uma dezena pelo Pai-Nosso, e fechando-se pela doxologia ou o

¹¹² Reis. João José, op. cit. p. 62

¹¹³ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, op. cit. p. 245.

¹¹⁴ Agostinho de Loro Piceno, frei. Sermão – Salva ó Rainha do SS. Rosário. Manuscrito avulso. ACNSP.

Glória ao Pai. Devia-se rezar o Rosário concentrando-se em cada conta, revolvendo na mente com afeto e piedade os quinze mistérios.¹¹⁵

Contra as argumentações dos protestantes e de livre-pensadores, a Igreja enfatizava, no período de reforma, a figura de Jesus e de Maria, mas devemos destacar também a importância no movimento católico da ênfase sobre a figura de S. José. Isto devido à sua presença junto a Jesus e Maria, formando a Sagrada Família. Depois de Maria ele é o santo católico mais poderoso, por ter sido escolhido por Deus para proteger Jesus da ira de Herodes. Sua invocação era feita neste período para proteger a Igreja dos seus inimigos da era moderna.¹¹⁶ Os capuchinhos veneravam S. José de forma especial. A devoção era cultuada na primeira quarta-feira do mês, com missa, cânticos e orações especiais, e bênção com o SS. Sacramento. Sua festa solene era realizada no terceiro domingo depois da Páscoa, precedida por tríduo.

A devoção a S. José foi difundida no período de reforma, pelo modelo que Ele representa como chefe da Sagrada Família, pelos sofrimentos que suportou e pelas privações e desafios da vida para lhe prover o sustento e a proteção. A Igreja orientava os fiéis a confiar a S. José a dissipação dos males do mundo moderno, afastando as desavenças nas famílias e as desobediências dos filhos para com os pais e as autoridades, o anticlericalismo, responsável pela morte repentina, sem a devida preparação religiosa, nem a aplicação dos sacramentos.

S. José
 Ilustre filho de David,
 Luz dos Patriarchas,
 Esposo da Mãe de Deos,
 Guarda Puríssima Virgem,
 Sustentador do Filho de Deos,
 Stremo defensor de Jesus Christo,
 Chefe da Sagrada Família,
 José Justíssimo
 José castíssimo
 José prudentíssimo,
 José fortíssimo,
 José piedosíssimo,
 Espelho de paciência
 Amante da pobreza

¹¹⁵ Os mistérios do Rosário eram os seguintes: Os gozosos, 1 – anunciação ao Archanjo e a Encarnação do Senhor, 2 – Visita de Maria à sua prima Izabel e a santificação de João Batista, 3 – o nascimento de Jesus no presépio de Belém, 4 – na sua gloriosa purificação e apresentação de Jesus no templo, 5 – quando achou no mesmo templo a seu formosíssimo menino com os doutores da lei, com doze anos. Mistérios dolorosos. 1 – a agonia de Jesus no horto das oliveiras, 2 – a flagelação de Jesus, 3 – a coroação de espinhos, 4 – Jesus carregando a cruz, 5 – a sua crucificação e morte no Monte Calvário para a redenção dos homens. Mistérios gloriosos, nos quais se recorda e adora, 1 – a triunfante ressurreição de Jesus, 2 – sua ascensão gloriosa ao céu, 3 – a vinda do Espírito Santo, 4 – Assunção da Santíssima Virgem, 5 – a sua coroação como rainha do céu e da terra. Ancora da Salvação Cristã, op. cit., pp. 45-46

¹¹⁶ Agostinho de Loro Piceno, frei. Sermão – Um homem fez uma grande ceia. Manuscrito avulso. ACNSP

Modelo de artista,
 Honra da vida da família,
 Alívio dos miseráveis,
 Esperança dos enfermos,
 Patrono dos moribundos,
 Terror dos demônios,
 Protector da Santa Igreja¹¹⁷

Além do Cristo, das devoções marianas e de S. José, o programa de reforma da Igreja estimulava devoções aos santos párocos, missionários e religiosos educadores. Eles eram enfocados como modelo de vida religiosa, e de desprendimento das coisas mundanas. Na Igreja da Piedade, os frades capuchinhos incitavam os fiéis a cultuarem os santos, beatos e leigos da Ordem, como S. Braz,¹¹⁸ S. José de Leonissa, S. Diogo José, S. Fidelis de Sigmaringem, S. Felix de Cantalice, S. Felix de Nicósia, S. Crispim de Virterbo. No calendário destes menores franciscanos, as homenagens aos intercessores eram uma oportunidade para que o povo conhecesse as suas atribuições e os tivessem como modelos de comportamento e de vida penitente. No incentivo aos jejuns e desprendimento das coisas materiais, em oposição ao consumismo da época, que os franciscanos tanto combatiam.

[...]Observai ó queridos irmãos esta multidão que agita-se em todos os grandes centros povoados, em todas as mais ricas e progressivas cidades do mundo, e que se precipita com um furor frenético para teatro de todas as especulações para ali empregar uma fortuna agressiva fadigosamente, lançando-se em empresas arriscadas e temerárias? Esses não possuem outro ídolo senão o ouro; não tem outra preocupação senão o dinheiro, não tem outro fim senão o interesse[...] Os pensamentos, as ideias, os sentimentos de certa maneira se materializa, se transforma[...] que quase faria duvidar da espiritualidade de sua alma[...]¹¹⁹

Os santos da Ordem eram enfatizados como exemplo de uma vida dedicada à prática da caridade e à preocupação com a salvação espiritual. Na concepção dos reformadores católicos, a obtenção da salvação teria como uma das condições, a obediência divina, e conseqüentemente, àqueles detentores do poder pela vontade divina. Ao promoverem estas devoções, os capuchinhos pensavam também em oferecer aos fiéis a capacidade para combater a incredulidade e defender a fé católica, dando evidências à sociedade de que a doutrina da Igreja, não só, auxiliava os fiéis em preparação para a vida espiritual, mas também, que seus ensinamentos eram formadores de bons cidadãos que reconheciam o valor para o bem social em mortificar a própria vontade para aceitar serem guiados inteiramente

¹¹⁷ Trecho da Ladainha a S. José. Ancora da Salvação Cristã, op. cit. p. 111.

¹¹⁸ Um dos santos de maior veneração entre os capuchinhos, S. Braz, era padroeiro do arrabalde de Plataforma. Em fevereiro, mês de festejos ao santo, realizava-se em sua capela a festa comemorativa da devoção, com orquestra, procissão, filarmônica e o recreio de S. Braz. Diário de Notícias, 04 de fevereiro de 1905.

¹¹⁹ Ângelo de Monterrubiano. Sermão. Manuscrito avulso. ACNSP.

pelos superiores, executando com ânimo todo o preceito da religião e as ordens das autoridades civis: “não nos guiar conforme nossa vontade. Vivamos perfeitamente sujeitos as ordens daqueles que nos governam e que fazem as vozes de Deus na terra”.¹²⁰

A espiritualidade dos capuchinhos confundia-se com a urgência da Igreja em unificar a prática católica contra os inimigos da religião. Em seus discursos, os frades revelavam aos fiéis o momento difícil por que a Igreja passava vendo adeptos de seitas – eles não reconheciam outra religião senão o catolicismo - usarem de todos os argumentos para fragilizar a autoridade da Igreja sobre os seus fiéis, e, ao mesmo tempo, negligentemente banir as funções católicas da vida pública. Por isso tentavam incisivamente incutir naqueles que freqüentavam a igreja da Piedade que o primeiro e mais importante desejo do homem deveria ser salvar a sua alma e, para isto, todo o esforço teria que ser feito para não cometer os pecados mortais, que estavam relacionados à desobediência aos dez mandamentos da lei de Deus, como também, à aceitação de determinados valores de uma sociedade secularizada e afastada dos princípios ditados pela religião. Os frades capuchinhos lembravam aos fiéis a necessidade de estarem atentos a essas tentações mundanas, e de voltarem seus pensamentos para o juízo final, o inferno e o paraíso, ou seja, que cada um se empenhasse por praticar a religião da maneira como a Igreja e os seus ministros orientavam, para não desperdiçar a sua chance de buscar a salvação, somente encontrada na Igreja. A oração seria o meio pelo qual os fiéis poderiam ser resistentes às tentações, assim como, os exercícios espirituais, um bom instrumento de perseverança na fé, que deveriam ser praticados, não displicentemente, mas com fervor e devoção.¹²¹ E afirmavam que a maior obrigação da vida do católico deveria ser oferecer todo o seu viver a Deus e agradecê-lo por ter sido criado no seio da Igreja Católica, a única que possuía as revelações da existência trina, Pai, Filho e Espírito Santo, os dogmas necessários à salvação dos homens e a doutrina que os ensina o dever de fiéis e cidadãos.¹²²

Buscando organizar a atuação dos leigos no espaço sagrado, os frades demonstraram a preocupação com o modo de cada fiel comportar-se no templo de maneira que os princípios de ordem e autoridade fossem preservados. Cada gesto de homens e mulheres deveria ser dado com grande respeito, de modo que nada viesse a perturbar a realização dos ritos. Primeiramente, os fiéis, ajoelhados em sinal de respeito e contrição, teriam que manifestar a sua fé adorando o Santíssimo Sacramento. Evitando a dispersão e as conversas ou passeios

¹²⁰ Livro de devoções e exercícios piedosos que se cultuam na Igreja da Piedade, op. cit. p. 36

¹²¹ Âncora da Salvação, op. cit, p.40.

¹²² Ibidem

dentro da igreja, restringindo-se apenas a uma participação ativa com relação às respostas aos cânticos populares. Às mulheres, outras limitações eram impostas, como a de vestir-se moderadamente, em trajés modestos e ter a cabeça coberta, isto para que as suas preces fossem atendidas, pois, segundo os ensinamentos dos capuchinhos, caso estivessem vestindo-se sem pudor estariam profanando o templo, e Deus não as ouviria em suas orações. Uma outra exigência era a de que não fossem levadas ao santuário, crianças de colo que viessem perturbar o andamento dos rituais sagrados.¹²³ Nesta ênfase católica ao comprometimento dos fiéis com o respeito às autoridades, o conteúdo das preces ditadas pelos capuchinhos ensinavam aos leigos a incumbência que a eles fora atribuída no sentido de dissipar as heresias, por isso as orações incluíam o pedido de proteção divina para as autoridades eclesiásticas e civis, e principalmente para o papa, como o chefe da Igreja, e também, pelo chefe da nação.

A Igreja pede que todos os católicos façam a oração pela conversão dos pecadores e exaltação da santa igreja. A oração pela igreja e pelo santo padre. “Protegei a vossa Igreja dae-lhe santos pastores e dignos ministros, derramae bênção sobre o santo padre, o Papa, o bispo, o pároco e todo o clero, sobre o chefe da nação e do estado, e sobre todas as pessoas constituídas em dignidade, para que governem com justiça. Dae o povo brasileiro paz e prosperidade. Favorecei, com os efeitos contínuos da vossa bondade o Brasil, o Bispado, a paróquia em que habitamos[...]”¹²⁴

Ao enfatizarem o sacramento da penitência, os capuchinhos ressaltaram que este sinal da salvação refaz o direito do homem concedido por Deus para livrá-lo do pecado. Porém antes de expor diante do sacerdote os pecados mortais e veniais era preciso realizar o exame de consciência. Os capuchinhos explicavam aos fiéis o modo mais seguro de se fazer uma boa confissão, que lhes livrassem das penas no inferno. Neste tipo de exercício as ações dos cristãos eram avaliadas pela maneira como conduziam a confiança na Igreja e em seus dogmas, e ainda, como se comportavam para com o Estado. Eram avaliados os pecados cometidos por pensamentos, palavras, obras e omissões contra os mandamentos da lei de Deus e da Igreja e contra as obrigações de cada um dentro da organização social, condição considerada necessária para favorecer a obediência às autoridades e a manutenção da paz social.¹²⁵

O exame de consciência defendido pelos frades tinha como uma das prioridades verificar os pecados cometidos contra a fé católica, em que o fiel se deixou influenciar pelos

¹²³ Ibidem, p.13-14

¹²⁴ Ibidem, p.38.

¹²⁵ Ibidem

valores anti-religiosos da sociedade moderna.¹²⁶ Vejamos qual era o procedimento para verificar a falta da boa conduta religiosa: ter falado contra a Santa Religião ou contra os seus ministros. Caso tivesse falado gravemente o pecado era mortal; ter gostado de ouvir falar contra a religião, contra Deus e seus ministros, a depender da matéria e do consentimento que desse, poderia ser mortal ou venial; ter zombado das coisas santas, como da missa, das procissões, poderia ser considerado um pecado mortal ou venial conforme a matéria e o desprezo; ter se envergonhado da religião, deixando de ir à missa, ou de cumprir outro dever da religião em consequência do respeito humano; ter praticado leituras de livros ou jornais escritos contra a fé. Mesmo para aqueles que entendessem que a leitura de tais livros não provocaria nenhuma espécie de prejuízos à alma, nem por este motivo poder-se-ia estudá-los, nem mesmo para defender a sua fé católica, ou por achar nesses livros assuntos que abordassem o mesmo tema de seus estudos. O recomendável era que fosse pedida antes a licença do bispo para tal consulta.¹²⁷ Ter se descuidado de procurar instrução sobre os deveres da vida cristã, passando um tempo sem estudar o catecismo; se usou de devoções ou orações supersticiosas poderia ser um pecado venial, se foi por ignorância; ter consultado espiritistas, feiticeiros, benzedores ou cartomantes, poderia ser venial, também se fosse por ignorância; ter desconfiado de Deus, murmurando contra Ele, caindo em desânimo ou desespero em qualquer momento difícil, também poderia ser venial, caso fosse por ignorância, mas poderia ser mortal se não acreditou na misericórdia de Deus ou na possibilidade de salvação; ter pecado por presunção, e continuar a pecar, tendo deixado de se converter contando com a misericórdia de Deus é um pecado mortal.¹²⁸

Em síntese, a reforma católica na Bahia demonstrou o esforço da Igreja por estabelecer a unidade dos fiéis em torno das práticas devocionais e sacramentais que possibilitassem o fortalecimento da doutrina católica e do revigoramento de seus dogmas. Esta unificação tinha um objetivo maior que consistia em assegurar a resistência do catolicismo diante de todas as inovações modernas fossem elas ideológicas ou institucionais. Nesta tentativa da Igreja de instituir a unidade em torno do papado, do qual emanava a regra do procedimento do clero e dos fiéis, houve o embate com as características locais do catolicismo, mas nem por isso

¹²⁶ O católico deixou de ser reconhecido apenas pela crença, sua definição passou a ser feita através da prática. Foi a partir da prática que os grupos foram formados. Quem não praticava a religião como mandava a Igreja era denominado herege. Por isso se fez necessário esclarecer a doutrina, ensinar os fiéis o sentido de cada prática de devoção, caritativa e sacramental. O conhecimento da religião constituía a defesa que a Igreja impôs a todos os fiéis e também a maneira de atingir a unidade. Certeau, Michel, Capítulos 3 e 4, op. cit.

¹²⁷ Ancora da Salvação Cristã, op. cit., 39-40.

¹²⁸ Ibidem, pp.41-44.

deixou-se de executar as transformações previstas nas atividades da fé. É ainda importante salientar que os resultados do movimento reformador são perfeitamente comprovados na absorção das práticas devocionais de modelo romano introduzidas entre os fiéis na Bahia. E mesmo que reconheçamos que a reforma romanizadora não evitou a convivência dos católicos com os cultos afro-brasileiros, não excluiu definitivamente as práticas de religiosidade popular que misturavam o sagrado ao profano, como desejava o bispado da Bahia, e que não conseguiu realizar um dos objetivos deste processo reformador que era o de reconquistar o lugar que possuía junto ao governo, podemos dizer que a intenção da Igreja em cristianizar a religião e de centralizá-la na orientação de seus ministros foi concretizada, e isto independe da permanência ou não em nossos dias, de certas devoções e práticas devocionais.

CONCLUSÃO

O interesse principal deste trabalho foi compreender as formas de participação da ordem dos frades menores capuchinhos no processo de reforma católica, durante as três primeiras décadas republicanas. Nossa análise se concentrou na identificação dos instrumentos usados pelos frades para alertar os fiéis sobre a posição da Igreja diante da secularização do Estado brasileiro e do processo de modernização da sociedade. A atuação da ordem pautou-se na intensificação da ação missionária pelas cidades do interior baiano, principalmente no sertão; e na capital, os frades italianos se dedicaram a reafirmar a doutrina aos fiéis que freqüentavam a Igreja da Piedade, onde fundaram associações para alimentar a fé dos católicos nas devoções cristocêntricas, ajudando, assim, a autoridade arquidiocesana no seu projeto de tornar a religião na Bahia mais resistente às transformações sociais, vistas pela Igreja como uma ameaça ao seu poder de influência. Nos sermões proferidos nas celebrações realizadas na Igreja da Piedade, os frades procuravam mostrar que a Igreja não se opunha ao desenvolvimento social, mas aos sinais de indiferentismo da sociedade moderna.

Foi principalmente por meio das missões que os frades atingiram as populações dos sertões baianos. A Igreja entendia que devido à falta de uma ação doutrinária constante, aliada ao analfabetismo da grande maioria da população, o método aplicado para incentivar aquelas comunidades a praticar os sacramentos deveria ser simples e adaptado à realidade daquela gente. Ao doutrinar as comunidades rurais, a Igreja estaria também reunindo os fiéis para unificar a religião e mostrar o seu poder de influência sobre a grande maioria dos brasileiros, o que lhe daria créditos diante do governo recém-instituído.

Identificamos a incorporação de alguns elementos presentes na religiosidade popular sertaneja ao método adotado pelos missionários. Essa forma pedagógica missionária, embora tivesse a imposição dos sacramentos como o principal objetivo, os instrumentos utilizados fomentavam a visão popular daquelas comunidades. A Igreja que pensava em mobilizar a grande massa de fiéis viu na revolta de Canudos um impasse para sua tentativa de reconciliação com o Estado, mas ali estava o resultado do método penitencial aplicado ao povo sertanejo.

A ação missionária capuchinha apresentou características penitenciais que forçavam conversões instantâneas capazes de provocar, de forma urgente, o arrependimento coletivo

dos pecados, a ponto dos sacramentos tornarem-se indispensáveis, pelo menos, naqueles dias de recolhimento espiritual. No entanto achamos que esta não pode ser analisada como o único método empregado na evangelização das populações rurais. No período abordado por esta dissertação, já começava a ser introduzida nas cidades do sertão baiano uma forma de espiritualidade mais voltada à catequização. A intenção dos capuchinhos em suas atividades missionárias era também a de levar para o interior a experiência religiosa vivida pelos fiéis da capital, sendo enfáticos na apreciação do catecismo, na divulgação do rosário e no incentivo de devoções, como a do Sagrado Coração de Jesus. Dessa forma, davam maior sensibilidade à religião, diferentemente do que observamos, por exemplo, nos novíssimos. Embora pareça a aplicação de métodos inconciliáveis, isto, na verdade, comprova que a ação missionária dos frades capuchinhos passava por um período de transição motivado pela abertura de culto no Brasil e a conseqüente emergência de outras religiões. Disposta a reunir a grande massa de fiéis, numa demonstração de poder diante do Estado liberal, a Igreja precisava manter a grande massa de fiéis sob seu controle, utilizando para isto a imposição da prática sacramental por vias penitenciais, e, outras vezes, o esclarecimento da doutrina.

Por meio da atuação dos missionários capuchinhos, a Igreja mostrava ao Estado seu poder de manter a ordem, desfazendo as inimizades com a promoção de reconciliações entre populares. Não queremos dizer com isto que a Igreja tenha reformado suas práticas apenas para atender às necessidades de ordem social do Estado, mas afirmamos que, naquele período, houve uma campanha da Igreja para impor a reforma das práticas com intuito de exercer o seu controle sobre as massas de fiéis, ditando regras de comportamento social. Com isto destacava a função social que poderia desempenhar junto ao poder político em benefício de toda a população.

Vimos que nos discursos capuchinhos elaborados para as celebrações na Igreja de N. S. da Piedade em Salvador, os frades se dispuseram a difundir a mentalidade conservadora da Igreja de Roma, assim como fora recomendado pelo arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva em cartas pastorais. Os frades chamaram a atenção dos fiéis contra os possíveis males que acometeriam a nação, em decorrência do distanciamento das autoridades e da população dos princípios religiosos, e advertiram àqueles que assistiam as missas na igreja da Piedade contra o protestantismo e as correntes liberais, como a maçonaria, acusando-os de abalar o poder da Igreja na medida em que questionavam o papel social dos religiosos católicos espalhando a idéia de que o catolicismo seria um obstáculo ao desenvolvimento social do país.

Através da constatação da similaridade de conteúdo entre os sermões dos frades e as cartas pastorais de D. Jerônimo entendemos que um dos principais objetivos da reforma era tornar a Igreja resistente à modernização da sociedade, responsável por uma série de transformações sociais que abalara a autoridade da Igreja, como a secularização do Estado, o ensino leigo nas escolas públicas e a liberdade de imprensa.

A reforma das práticas devocionais demonstrou que as mudanças se traduziram num maior controle sobre a religiosidade dos leigos. Assim, foram criadas, na igreja da Piedade, associações religiosas controladas pelos frades para incentivar os fiéis a praticar os sacramentos da penitência e comunhão, promover missas na intenção das almas do purgatório e realizar as obrigações para receberem indulgências. Todas essas atividades serviam para reafirmar o poder dos ministros da Igreja como detentores do poder petrino e verdadeiros intermediários entre os leigos e Deus. Ao estabelecer um controle mais rígido sobre o espaço sagrado, as autoridades clericais também acreditavam estar sinalizando aos governantes o potencial da Igreja para auxiliá-los na organização da vida civil.

ANEXO

Caderno Iconográfico

Acervo do Convento da Piedade



Convento da Piedade em 1919. Em pé, da esquerda para a direita estão, Frei Inocêncio de Apiro, Frei Francisco de Urbânia, Frei Agostinho de Loro Piceno, Frei Domingos de Loro Piceno, Frei Camilo de Crispiero e Frei Fortunato de Tréia. Sentados, da esquerda para a direita, Fr, Caetano de San Leó, o Provincial, Frei Gabriel de Gagli, D. Raimundo de Melo já consagrado bispo, Frei João Evangelista de Monte Marciano e frei Ângelo de Monterrubiano.



Fr. Venâncio de Ferrara



Levantamento de um cruzeiro no interior da Bahia



Visita do Arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva (1893-1924) ao convento da Piedade. D. Jerônimo, sentado ao centro. À esquerda, sentado, o provincial, Frei Gabriel de Gagli. E à direita, em pé, usando barba comprida, Frei Ângelo de Monterrubiano



Frei Fortunato de Tréia em missão na cidade de Bom Jesus da Lapa



Igreja e Convento de N. Senhora da Piedade após os restauros de Frei Venâncio de Ferrara (1892-1906)



Imagem do interior da Igreja da Piedade no século XIX, antes da substituição dos oragos pelas pinturas de Teófilo de Jesus.

**Altars Laterais da Igreja de N. Senhora da Piedade
Atribuídos a Teófilo de Jesus – século XIX**



S. Brás abençoando o menino



Assunção de N. Senhora



Martírio de Fr. Fidélis de Sigmaringem



S. Felix de Cantalício com o menino Jesus



Santos da Ordem dos Capuchinhos: S. Fidélis, S. Félix e S. Serafim



Interior da Capela de Santo Antônio anexa ao Convento da Piedade



S. Francisco de Assis – século XIX



N. Senhora do Rosário, S. Gusmão e Santa Catarina de Sena – réplica. A original foi levada Pelos capuchinhos para a igreja de Esplanada em 1908.



S. José - séc. XIX



N. S. da Imaculada Conceição. Adquirida em 1904

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo do Convento de N. Senhora da Piedade – ACNSP

Germano de Citeroni, frei. Memórias do frei Agostinho de Loro Piceno, 1984, texto datilografado.

Relatório apresentado pelo Rev. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro, 1895.

Inocência de Apiro, frei. Manuscrito encadernado. Sermão para as missões.

Caetano de San Leo, frei. Sermão “Jesus na Eucharistia é um mysterio infinito de amor. Mysterium Amorie”. – 01-03- 1908.

____ Sermão, manuscrito avulso “O Coração de Jesus e a Eucharistia”.

____. Sermão, manuscrito avulso. Para a festa de S. Francisco, 4 de outubro.

____, Sermão para as Quarenta-horas, manuscrito avulso, 1-3-1908.

Agostinho de Loro Piceno, frei. Manuscrito avulso. “Sermão sobre a SS^{ma} Eucharistia.”

____, Sermão, manuscrito avulso, 1911.

____, Sermão, manuscrito avulso. “Um homem fez uma grande ceia.”

____, Sermão, manuscrito avulso, 27 de maio de 1911.

____, Sermão manuscrito avulso. “O astuto disse em seu coração: não há Deus.”

____, Sermão, manuscrito avulso. “O homem sem religião”

____, Sermão, manuscrito avulso. “Depois de três dias O acharam no templo, 1910”.

____, Sermão manuscrito avulso, 1911.

____, Sermão, manuscrito avulso. “E o pão que eu darei é a minha carne para ser a vida do mundo”, 1911.

____, Sermão manuscrito. “Assim como meu Pae me amou, assim vos amei eu, 1911”.

____, Sermão manuscrito avulso. “Salva ó Rainha do SS. Rosário”.

Ângelo de Monterrubiano, frei. Sermão manuscrito avulso.

_____, “Discurso para o Domingo Vigésimo Segundo Depois de Pentecoste”.

_____, “Prática para o Domingo undécimo depois de Pentecostes”.

_____, “Discurso para o dia de Pentecostes.”

_____, “Prática para o domingo undécimo depois de Pentecostes.”

Livro de administração conventual, 1908-1925

Livro de registro da Irmandade Sagrado Coração de Jesus – 1876-1892

Livro de Registros das missões 1890-1933.

Livro de despesa da Associação das Victimas do Sagrado Coração de Jesus. 1885-1940

Livro – Missionários capuchinhos 1^{os} na Bahia – 1682 – 1892

Patente de Agregação à Archiconfraria Romana do Sagrado Coração de Jesus e apostolado da Oração – Patente de agregação, 1920.

Periódicos

A Tarde, 1900 -1924.

Diário da Bahia, 1901-1910

Diário do Povo, 1889

Diário de Notícias, 1900 - 1924

Cidade do Salvador, 1897-1899

O Monitor, 1870-1876

Fontes impressas e Referências bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe(org). *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. São Paulo: Martins, 1970.

ANCORA DA SALVAÇÃO CRISTÃ – livrinho de devoção. Lembrança da festa de S. José celebrada no santuário de N. S. da Piedade dos missionários capuchinhos em 25 de Abril de 1926.

AUBERT, R., *Nova história da igreja, vol. V*. Petrópolis, 1975.

ÁVILA JÚNIOR, Celso Jaloto. *A maçonaria baiana e sua história*. Salvador: P&A Editora, 2000.

AZEVEDO, Thales de . *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *O catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1955.

_____. *As ciências sociais na Bahia: notas para sua história*. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciências Sociais, 1964.

AZZI, Riolando. Dom Antônio Macedo Costa e a reforma da Igreja no Brasil. REB, v. 35, fasc.139, p.683-701, set. 1975.

_____. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. D. Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia (1827-1860) e o movimento de reforma católica no Brasil. In: AZZI, Riolando & SILVA, Cândido da Costa e. *Dois estudos sobre D. Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia*. Salvador: UFBA, Centro de Estudos Baianos, 1984.

_____. *O Catolicismo Popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: 1978.

_____. Os capuchinhos e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 35, n.137, p. 123-139, 1975.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: EDUNB, 1993.

BARBOSA, Pe. Manoel de Aquino. A Imprensa Católica na Bahia. *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia, 1951*.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneiro, 1971.

_____. *O candomblé da Bahia*: São Paulo, Nacional, 1961.

BENEDETTI, L. R., *Os santos nômades e o deus estabelecido*, São Paulo, 1984.

BENICIO, Manoel. *O rei dos jagunços ou crônicas históricas e de costume sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro, 1999.

BERGHTHOM, Manoel Lourenço. A pedagogia de Rui Barbosa. Brasília: INEP, MEC, 2001.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986

BOURROUL, Estevam Leão. *Frei Caetano de Messina: estudo histórico-religioso*. Tipografia de Jorge Seckler, 1879.

BRANDÃO, C. R., *Os deuses do povo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CADINA, Víctor Sj. *O credo dos pobres*. São Paulo: Paulinas, 1997.

CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2 ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual da Cultura, 2001.

CARTA COLETIVA do Episcopado Brasileiro de 1890. Separação entre Igreja e Estado e Liberdade de Cultos. <http://permanencia.or.br/revista/politica/episcopado.htm>

CARTA COLETIVA do Episcopado das Províncias Septentrionais do Brasil – Apresentando ao clero e aos fiéis os trabalhos das Conferências realizadas na cidade de Fortaleza. Typografia S. Francisco, 1911.

CARTA PASTORAL de D. Jerônimo Thomé da Silva – Anunciando a promulgação do Código do Direito Canônico por Sua Santidade o Papa Bento XIV, Typografia. S. Francisco, 1918.

_____. Publicando a Carta do Santo Papa Leão XIII, Imprensa Econômica, 1894”.

_____. Por ocasião de sua transferência da diocese do Pará. Imprensa Econômica, 1894”.

_____. Por ocasião de seu regresso da Visita Limina Apostolorum. Officina Dois Mundos, 1895.

_____. Ao findar o século XIX. E ao começar o século XX, Imprensa Econômica, 1898.

CARTA PASTORAL de um Marques de Monte Paschoal. Ordenando um tríduo de preces públicas pela reivindicação da liberdade e Soberania do vigário de Jesus Cristo, Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, Bahia, 1889

CARTA PASTORAL de fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Premunindo os seus diocesanos contra as ciladas e maquinações da Maçonaria. Recife, 1873.

CARTA PASTORAL de D. Luiz Antonio dos Santos – Ordenando preces públicas de conformidade com as prescrições de S. Santidade o Papa Leão XIII. Typ. João Gonçalo Tourinho, Bahia, 1883.

CARTA PASTORAL de D. Manoel Joaquim - Premunindo os seus diocesanos contra as mutilações, e adulterações da Bíblia traduzida em portuguez pelo Padre João Ferreira A. d’ Almeida: contra os Folhetos, e Livrinhos contra a Religião, que com a mesma Bíblia se tem espalhado nesta Cidade: e contra alguns aos que se tem publicado no Paiz, Bahia, Typ. Camilo de Luis Masson L&. 1869.

CARVALHO, Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998.

CHÂTELLIER, Louis. *A religião dos pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno - Séc. XVI-XIX*. Editora Estampa, 1995.

COLLECÇÃO DAS DEVOÇÕES E EXERCÍCIOS PIEDOSOS que se praticam na Igreja da Nossa Senhora da piedade dos missionários Capuchinhos, Bahia, Litho – Tipographia Ameida, 1905. Livro das devoções que se praticam na Igreja da Piedade dos capuchinhos, 1905.

CONCILIO ECUMÊNICO DE TRENTO (1545-1563) – Contra as inovações doutrinárias dos protestantes. <http://www.montfort.org.br/conciliodetrento>

CONCÍLIO VATICANO I (1869-1870). [on line] Disponível na Internet via: <http://www.montfort.org.br/documento/conciliovaticanoI>

CONGRESSO CATÓLICO. Primeiro Congresso Catholico Brasileiro. Promovido pelo Apostolado da Oração. Bahia, 03 a 10 de junho de 1900. Actas e Documentos. S. Paulo: Typographia A Vapor – Paupério & Comp., 1900.

CERTAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CONSTITUIÇÃO E ESTATUTO DA ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS: com a regra e testamento de S. Francisco e ordenações dos capítulos gerais. Versão portuguesa do texto oficial. Edição da Conferência dos Capuchinhos no Brasil. São Paulo: 1992.

CONSTITUIÇÃO – REGULAMENTO GERAL – GRANDE ORIENTE E SUPREMO CONCELHO DO BRAZIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

COSTA E SILVA, Cândido da. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no Sertão da Bahia*: São Paulo: 1982.

COUTO, Edilece. *Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)* – tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, 35ª ed., 1981

DAVIS, Natalie Zemom. *Culturas do povo: sociedade e oficinas da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1900

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELUMEAU, Jean. *El catolicismo de Lutero a Voltaire*. Editora Labor, 1973.

_____, *História do medo no Ocidente – 1300-1800*. São Paulo, Companhia das letras, 1989

_____, *O pecado e o medo no Ocidente*, Bauru, EDUSC,

DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil – 1922-1933*. São Paulo: UNESP, 1996.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FIDELIS M. DE PRIMERIO. OFM Cap. *Capuchinhos em terra de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Martins, 1942.

FLICHE-MARTIN. *História de la Iglesia*. Valencia: EDICEP, 1980.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 17, n.34, 1997.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GLOTIN, Édouard, Sj. *O Coração de Jesus: abordagens antigas e novas*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GREGÓRIO DE S. MARINO, Frei. *Os Capuchinhos na Bahia – contribuição ao Primeiro Congresso de História da Bahia*, 1951.

HERMÍNIO B. DE OLIVEIRA, Frei. *Formação histórica da religiosidade popular no Nordeste: o caso de Juazeiro do Norte*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800*. Petrópolis, Vozes, 1974.

_____. *O cristianismo moreno no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991

_____. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Caxias do Sul: Paulinas, 1992. Tomo 2, Segunda Época – Séc.XIX. p.143.

HUMANUS GENUS – sobre a maçonaria – *Carta encíclica do Papa Leão XIII*, promulgada em 20 de abril de 1884. <http://www.montfort.org.br/documento/humanusgenus>

IRIARTE, Lázaro. *O. F. M. Cap. História franciscana*. São Paulo: Vozes, 1985.

IMMORTAL DEI – sobre a constituição cristã *dos estados*. *Encíclica de Sua Santidade o papa Leão XIII*, promulgada em 1 de novembro de 1880. [on line] Disponível na Internet via: <http://www.montfort.org.br/documento/immortaldei>

JESUS, Tânia de. *Os negros cristãos e o culto aos santos católicos na Bahia Colonial*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2000

JULIO MARIA. *A Igreja e o povo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1983.

LEMBRANÇA da festa de N. Senhora da Bôa Esperança na igreja dos religiosos capuchinhos. Typ. S. Francisco, Bahia, 1914.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido – o massacre de Canudos*, São Paulo: EDUSP, 1995.

LUSTOSA, Oscar. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890). REB v.35, n.139, set. 1975.

MAGALHÃES, Monsenhor Walter. *Pastores da Bahia*, Salvador, 2001

MANOEL JOSÉ GONÇALVES COUTO, Pe. *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fructo das missões*. Porto: em casa de Sebastião José Pereira, editor, 1878.

MARIANO D' ALATRI. *Os capuchinhos das Marcas*. Edições Est. Rio Grande do Sul, 1998.

MARTINA, G. *História da Igreja, de Lutero aos nossos dias: III – A era do Liberalismo*: São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1992.

MAXIMUMILLUD – del Sumo Ponticife Benedicto XV – sobre a propagacion de la face católica em el mundo entero, 30 de novembro de 1919. Cap. 14 – Caridad y Mansedumbe. <http://www.vatican.va>

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; Velasques Filho, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MENOZZI, Daniele. *A Igreja Católica e a secularização*. São Paulo: Paulinas, 1998.

MEZ DE MARIA – traduzido das palhetas de ouro. Augmentado com uma collecção de exemplos para todos os dias do mez por Mons. Dr. José Basitre Pereira, Typ. S. Francisco, 1919.

MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972.

MORAES FILHO, A. J. de M. *Festas e tradições populares do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: 1946.

NEMBRO, M., *Storia dell' attività misionaria dei minori cappuccini nel Brasile*. Roma: 1958.

NOGUEIRA, Ataliba. *A obra manuscrita de Antônio Conselheiro que pertenceu a Euclides da Cunha*. Brasília: 1974.

NOVENA em honra da Imaculada Conceição da Gloriosa Virgem, Igreja da Piedade, 1904

NOVENÁRIO e semana de nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus com que se venera na Igreja da Piedade seguida pela Associação das Vítimas e ladainhas do Sagrado Coração de Jesus coordenada pelo fr. Salvador Mario de Nápoles – Livraria e Typ.do Commercio, 1924.

OLIVEIRA, Jackson André da Silva. *Loucos e pecadores: Suicídio na Bahia do século XIX*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, 2004.

OS RELIGIOSOS capuchinhos da Bahia e sua igreja de Nossa Senhora da Piedade. Bahia: typ. S. Francisco, 1904.

OTTEN, Alexandre. *Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Loyola, 1990.

PALEARI, Giorgio. *Religiões do povo: um estudo sobre a inculturação*. São Paulo: AM Edições, 1990.

PASSOS, Elizete Silva. *A educação das Virgens – um estudo cotidiano do Colégio N. S. das Mercês, Rio de Janeiro*. Editora Universitária Santa Úrsula, 1995

PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife: Massangana, 1982.

PRIMEIRO Congresso Catholico Brasileiro. Promovido pelo Apostolado da Oração. Bahia, 03 a 10 de junho de 1900. Actas e documentos. S. Paulo: Typographia A Vapor – Paupério & Comp., 1900.

QUANTA CURA – sobre os principais erros da época. Carta encíclica do Papa Pio IX, promulgada em 8 de dezembro de 1864 – <http://www.montfort.org.br/documento/quantacura>

QUERINO, Manoel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Progresso, 1946.

REGNI, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*. Edições Paulinas, 1988. Vol. 1 – Os capuchinhos franceses.

_____. _____. Porto alegre: Palloti, 1988. Vol. 2 – Os capuchinhos italianos (1705-1892).

_____. _____. Jesi: U. T. J., 1991. Vol. 3 - Os capuchinhos das Marcas e a fundação da Província de N. Senhora da Piedade. Da Prefeitura à Custódia (1892-1937).

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RERUM NOVARUM – Carta Encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII – *Sobre a condição dos operários*, 15 de maio de 1891. <http://www.montfort.org.br/documento/rerumnovarum>

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Igreja Católica e a Modernidade no Maranhão (1889-1922)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2003.

RODRIGUES, Afonso. *Igreja e Estado*. Edições Loyola, 1975.

RODRIGUES, Ana Maria Moog (org). *A igreja na república*. Brasília: Edunb, 1981.

ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Editora, 1979.

ROURE, Agenor. *A Constituinte Republicana*. Senado Federal, Brasília, 1979.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Edunb, 1981.

SERRA, Ordep. *Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia*. Salvador: Edufba, 2000.

SÍLABO – CONTENDO OS PRINCIPAIS ERROS DA NOSSA ÉPOCA, *notados na alocações Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX* – <http://www.montfort.org.br/documento/silabo>

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas, Universidade de São Paulo-USP, 1998.

SILVA, Mário Augusto da. *A República do povo: Sobrevivência e tensão (Salvador 1890-1930)*. Edufba, 2001.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Viagens do rosário entre a velha cristandade e o alémmar*. [on line] Disponível na Internet no endereço: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/texto>

STEIL, Carlos Alberto. *O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SUASSUNA, Ariano. *O auto da compadecida*. Rio de Janeiro: AGIR, 1975.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A História da Bahia*. Salvador: Edufba, 2001.

VELASCO, Rufino. *A Igreja de Jesus: processo histórico da consciência eclesial*. Petrópolis: Vozes, 1996.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia: 1850*. Salvador: Corrupio, 1999.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2. ed. Brasília: Edunb, 1980.

VILA, Marco, *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

VIOTTI da Costa, Emília. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

WETHERELL, James. *Apontamentos sobre a Bahia: 1842-1857*.

WILLEKE, Venâncio, OFM. *Missões franciscanas no Brasil (1500-1975)*. Petrópolis: Vozes, 1974.